

# RUÍNAS DO ABAREBEBÊ

UM OLHAR ETNOBOTÂNICO PARA A DECOLONIZAÇÃO DA PAISAGEM

MÔNICA BERTOLDI ANDRÉ



Universidade de São Paulo  
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo - FAU USP

## **Ruínas do Abarebebê: um olhar etnobotânico para a decolonização da paisagem**

Trabalho Final de Graduação  
apresentado para a Faculdade de Arquitetura e  
Urbanismo da Universidade de São Paulo.

**Orientação:** Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Catharina Lima

**Co-orientação:** Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Renata Martins

São Paulo  
2019

*À memória de meus avós, Oneida e Odyr, que deixaram muitas saudades...*

## AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, cujo apoio e carinho foram essenciais para que eu chegasse aqui.

À Profª. Catharina, minha orientadora, que me mostrou o caminho da paisagem e contribuiu imensamente para a minha formação, enquanto profissional e, sobretudo, enquanto pessoa.

À Profª. Renata, por desvelar o universo indígena e mestiço de nossa arte e arquitetura e por me orientar, com tanto carinho e entusiasmo.

Ao Nelson e à Luciane, do APBA, que tão gentilmente disponibilizaram os desenhos e me explicaram sobre o projeto do Museu da Paisagem.

À Regina, que tão gentilmente me auxiliou na pesquisa histórica sobre as ruínas.

Aos monitores das Ruínas do Abarebebê, que sempre me receberam de braços abertos e tão solicitamente me apresentaram às ruínas.

Aos Tupi Guarani de Piaçaguera, que vêm realizando um trabalho maravilhoso de resgate de sua ancestralidade e gentilmente compartilham conosco sua imensa sabedoria. Aweté!

Ao Raul, ao Leandro, à Paula, à Cláudia e ao Alexandre, com quem aprendo todos os dias um pouquinho mais da arte que é pensar e projetar a paisagem.

À Luisa, à Bia e à Hudynne, minhas queridas amigas, por terem me inspirado a seguir o caminho da militância e a nunca desistir de lutar por um mundo menos injusto e desigual. Ao Artur, à Thaís, ao Pedro, à Ana Moraes, à Ana Lívia, à Babi, à Débora, ao Danilo e ainda outros muitos queridos amigos, pelos tantos momentos e experiências compartilhados, na FAU e na vida. Ao Gabriel, meu grande amigo, companheiro de discussões arquitetônicas e da vida, esse trabalho não teria saído sem ele.

Ao Lucas, meu companheiro, que sempre esteve ao meu lado, me dando forças, me encorajando e, sobretudo, escutando minhas angústias e aflições. Não existem palavras suficientes para te agradecer, por isso e por tudo. Obrigada por existir!

*"Jaguereko ja/y  
Jaguereko yvytu  
Ha peteĩ mbyja mimbi  
Jaguereko y/yry  
Yvy mara'ÿngatu  
Eme'ë oréve ne arandu"  
Torypápe, canção de Tonolec*

*"Minha jangada vai sair pro mar  
Vou trabalhar, meu bem querer,  
Se Deus quiser quando eu voltar do mar,  
Um peixe bom eu vou trazer.  
Meus companheiros também vão voltar,  
E a Deus do céu vamos agradecer"*  
Suíte do Pescador, canção de Dorival Caymmi

## RESUMO

A vegetação é um elemento essencial do projeto da paisagem, mas que nem sempre é pensada de forma criteriosa e holística, considerando todas as dimensões que a constituem – biológica, ecológica, estética, cênica e cultural. Nesse sentido, o entendimento da vegetação enquanto pertencente ao universo da cultura é marginalizado pela prática paisagística, o que acaba por criar frequentemente paisagens deslocadas em relação ao contexto cultural e ambiental do lugar onde se materializará o projeto. Entendendo, então, a paisagem enquanto um fenômeno culturalmente construído e como elemento estruturador de memórias e identidades, o critério cultural para escolha das espécies de um projeto surge como parte essencial do processo projetual. Como ferramenta para esta seleção, temos a Etnobotânica, ciência que se debruça sobre a relação entre as plantas e as diversas culturas humanas, compreendendo seus significados e usos de acordo com os diferentes contextos ambientais, materiais e cosmológicos de cada povo. Enquanto espaço que permite a transmissão dos conhecimentos etnobotânicos e a experimentação do uso do critério cultural para a seleção de espécies para o projeto da paisagem, temos o jardim etnobotânico, um equipamento dedicado a desvelar a profunda relação entre plantas e o ser humano. Levando em consideração o acima exposto, foi escolhido o sítio das Ruínas do Abarebebê, em Peruíbe/SP, como local privilegiado para a implementação de um jardim etnobotânico, uma vez que as ruínas nos remetem à construção cultural dessa paisagem litorânea. Além disso, essa região do litoral paulista se apresenta como uma área de forte presenças das culturas tradicionais, cuja relação com o meio é intensa. Por fim, a existência de um estudo interdisciplinar coordenado pelo MAE-USP, durante a década de 1990, que deu origem ao projeto do Museu da Paisagem, coordenado pelo arquiteto Paulo Bastos, sedimentou a escolha do local de projeto. Foi, então, elaborada a proposta do Jardim Etnobotânico do Abarebebê, que buscou desvelar a profunda relação estabelecida entre as culturas caiçara e guarani e as plantas, demonstrando a possibilidade de outras formas de relação com o meio e, principalmente, com a vegetação, a partir de uma abordagem decolonial.

**Palavras-chave:** etnobotânica, jardim etnobotânico, decolonial, arquitetura paisagística

## ABSTRACT

Vegetation is a key element of the landscape project, however it is rarely thought in a solid and holistic way, taking all its constitutive dimensions into consideration – biological, ecological, aesthetic, scenical and cultural. In this sense, the comprehension of vegetation while something related to culture is marginalized by the landscape project praxis, which often creates displaced landscapes that doesn't relate to the cultural and environmental context of the place in which the project will be materialized. Thus, understanding landscape as a culturally built phenomenon and as a structuring element of memory and identity, the cultural criterion for choosing plant species comes up as a essential part of the project process. As a tool for this selection, there is Ethnobotany, a science that searches about the relation between plants and human cultures, comprehending its meanings and uses according to the different environmental, material and cosmological contexts of each people. While a space which allows the transmission of ethnobotanical knowledge and the possibility of using the cultural criterion on plant selection, ethnobotanical gardens appear as key equipments, dedicated to reveal the deep connection between plants and people. Following these arguments, it has been chosen the *Ruínas do Abarebebé* site, in *Peruíbe-SP*, as a privileged place for implementing an ethnobotanical garden, once the ruins recall the cultural construction of the coast landscape. Besides, this region of *São Paulo* coast is an area of strong presence of traditional cultures, which have an intense relation to the environment. Finally, the existence of an interdisciplinary study coordinated by *MAE-USP*, during the 1990's, which has originated the *Museu da Paisagem* project, led by the architect *Paulo Bastos*, has definitively defined the choice of the project's site. So, it was elaborated the *Jardim Etnobotânico do Abarebebé* proposal, which thrives on revealing the deep relation between the *caíçara* and *guarani* cultures and plants, demonstrating the possibility of other ways to relate to the environment and, mainly, the vegetation, from a decolonial approach.

**Key-words:** ethnobotany, ethnobotanical garden, decolonial, landscape architecture

# Sumário

1. Introdução .....	1
2. Objetivos .....	5
3. Justificativa .....	5
4. Metodologia .....	7
5. Desenvolvimento .....	8
5.1. O município de Peruíbe .....	8
5.2. As ruínas do Abarebebê .....	14
5.3. Apontamentos sobre a cultura Tupi Guarani .....	23
5.3.1. Visita à aldeia Tapirema .....	30
5.3.2. As plantas e a cosmologia Guarani .....	39
5.4. Apontamentos sobre a cultura caiçara .....	45
5.4.1. As plantas e o universo caiçara .....	47
6. Um projeto para as Ruínas: o Jardim Etnobotânico do Abarebebê .....	49
6.1. Inspirações .....	50
6.2. Jardim Etnobotânico do Abarebebê .....	54
6.2.1. Levantamentos .....	57
6.2.2. Proposições preliminares .....	65

6.2.3. Plano de massas.....	71
6.2.4. Estudo Preliminar.....	74
7. Conclusão: Perspectivas Vegetais .....	102
Referências Bibliográficas .....	106

## Índice de Imagens

Figura 1 - Vista dos vestígios materiais da igreja do aldeamento de São João Batista. Autoria: Mônica Bertoldi André.....	4
Figura 2 - Municípios da Região Metropolitana da Baixada Santista.....	9
Figura 3 - Áreas protegidas no município de Peruíbe - SP. Fonte: Elaborado a partir de dados da CPRM, 2010.....	10
Figura 4 - Relevo e hidrografia do município de Peruíbe. Fonte: Elaborado a partir de dados da CPRM, 2010. ....	11
Figura 5 - Fitofisionomias do município de Peruíbe. Fonte: Elaborado a partir de dados do IBGE, 2016.....	12
Figura 6 - Representação ilustrativa das fitofisionomias de restinga no município de Peruíbe. Elaborado pela autora.....	13
Figura 7 - Vista de uma das paredes das ruínas. Autoria: Mônica Bertoldi André.....	20
Figura 8 - Vista da área mais preservada das Ruínas do Abarebebê. Autoria: Mônica Bertoldi André.....	21
Figura 9 - Vistas dos vestígios materiais do aldeamento de São João Batista, sob administração franciscana. (A) única porção da igreja que conserva o tamanho original das paredes; (B) Parede de divisão entre a igreja e a residência dos padres franciscanos; (C) Área da sacristia, bastante deteriorada. Autoria: Mônica Bertoldi André.....	22
Figura 10 - Vista da fitofisionomia de praias e dunas na aldeia Tapirema. Autora: Mônica Bertoldi André.....	30
Figura 11 - Vista da fitofisionomia de brejo de restinga na aldeia Tapirema. Autoria: Mônica Bertoldi André.....	30
Figura 12 - (A) Fruto do maracujá ( <i>Passiflora edulis</i> ); (B) Folhas e frutos da aroeira ( <i>Schinus terebinthifolius</i> ); (C) Araçá ( <i>Psidium cattleyanum</i> ).....	35
Figura 13 - (A) Frutos do caraguatá ( <i>Bromelia antiacantha</i> ); (B) Erva de São Pedro ( <i>Monstera adansonii</i> [?], <i>Heteropsis rigidifolia</i> [?]) ....	36
Figura 14 - (A) Inflorescência da caninha do brejo ( <i>Costus spiralis</i> ); (B) Orelha de gato ( <i>Tibouchina clavata</i> ); (C) Guaimbê ( <i>Philodendron bipinnatifidum</i> ).....	37
Figura 15 - (A) Carobinha ( <i>Jacaranda puberula</i> ); (B) Cajueiro ( <i>Anacardium occidentale</i> ); (C) Cipó-caboclo ( <i>Davilla rugosa</i> ); (D) Folhas da erva-baleeira ( <i>Cordia curassavica</i> ). ....	38

Figura 16 - Jerivá ( <i>pindovy</i> - <i>Syagrus romanzoffiana</i> ) no terreno das ruínas. Autoria: Mônica Bertoldi André .....	44
Figura 17 - Frutos do jenipapeiro. Autoria: Mônica Bertoldi André.....	44
Figura 18 - Implantação do projeto do Museu da Paisagem, em fase de Anteprojeto. Autoria: Arq. Paulo Bastos e equipe.....	52
Figura 19 - Cortes e elevações do projeto do Museu da Paisagem, em fase de Anteprojeto. Autoria: Arq. Paulo Bastos e equipe.....	53
Figura 20 - Localização das Ruínas do Abarebebê no município de Peruíbe. Imagem elaborada a partir de imagem de satélite do Google, utilizando software QGIS.....	56
Figura 21 - Entorno próximo das Ruínas do Abarebebê. Imagem elaborada a partir de imagem de satélite do Google, utilizando software QGIS.....	57
Figura 22 - Espécies vegetais existentes no terreno das Ruínas do Abarebebê. (A) Araçá ( <i>Psidium cattleyanum</i> ); (B) Caapeba ( <i>Piper umbellatum</i> ); (C) Cheflera ( <i>Schefflera actinophylla</i> ). Autoria: Mônica Bertoldi André.....	60
Figura 23 - Espécies vegetais existentes no terreno das Ruínas do Abarebebê. (A) Ingarana ( <i>Abarema brachystachya</i> ); (B) Areca-bambu ( <i>Dypsis lutescens</i> ); (C) Bromélia ( <i>Racinaea spiculosa</i> [?]). Autoria: Mônica Bertoldi André.....	61
Figura 24- Espécies vegetais existentes no terreno das Ruínas do Abarebebê. (A) Goiabeiras ( <i>Psidium guajava</i> ); (B) Aroeira ( <i>Schinus terebinthifolius</i> ); (C) Grumixama ( <i>Eugenia brasiliensis</i> ). Autoria: Mônica Bertoldi André.....	62
Figura 25 - Espécies vegetais existentes no terreno das Ruínas do Abarebebê. (A) Embaúba ( <i>Cecropia pachystachya</i> ); (B) Capim rabo de burro ( <i>Andropogon bicornis</i> ). Autoria: Mônica Bertoldi André.....	63
Figura 26 - Fitofisionomias de restinga observadas em campo. (A) Vegetação de restinga arbustiva na praia do Guaraú, em Peruíbe - SP; (B) Vegetação de praias e dunas na praia Juruvaúva, em Ilha Comprida - SP; (C) Guanandi ( <i>Calophyllum brasiliense</i> ) na restinga arbustiva da praia do Guaraú, em Peruíbe – SP. Autoria: Mônica Bertoldi André .....	64
Figura 27 - Zoneamento: Fitofisionomias. Escala 1:1000.....	66
Figura 28 - Zoneamento: Ambiências. Escala 1:1000. ....	69
Figura 29 - Vistas do terreno das Ruínas do Abarebebê. (A) Vista do Morro dos Prados/Mirante da Torre, a partir do local onde foi proposto	

o mirante; (B) Vista do mar a partir do topo da colina onde se encontram as ruínas; (C) Vista de uma clareira existente no terreno; (D) Vista da fisionomia de mata que ocorre no flanco sul da colina das ruínas. Autoria: Mônica Bertoldi André. ....	73
Figura 30 - Prancha de definição do percurso das trilhas. Escala 1:1000. ....	75
Figura 31 - Prancha de localização das ampliações. Escala 1:1000 .....	81
Figura 32 - Ampliação Quintal Caiçara. Escala 1:250.....	83
Figura 33 - Ampliação Quintal Guarani. Escala 1:250.....	87
Figura 34 - Croqui dos quintais Guarani e Caiçara.....	90
Figura 35 - Ampliação Roça e Viveiro. Escala 1:250.....	92
Figura 36 - Ampliação Floresta   Trecho 01. Escala 1:250.....	95
Figura 37 - Ampliação Floresta   Trecho 02. Escala 1:250.....	96
Figura 38 - Corte Longitudinal AA. Escala 1:500.....	101

## 1. Introdução

A utilização das plantas como elemento do projeto da paisagem nem sempre é abordada de forma criteriosa pelos profissionais e estudantes de arquitetura, urbanismo e paisagismo. No entanto, constituem-se como parte essencial da composição de projetos de arquitetura paisagística, e devem ser compreendidas mais cuidadosa e profundamente, não apenas em sua dimensão morfológica e cênica, mas também em suas dimensões biológicas, ecológicas e culturais.

Possuímos, sem dúvida, excelentes exemplos do emprego das plantas em composições de grande valor estético, artístico e ecológico, como nos mostram os jardins de Roberto Burle Marx, Rosa Kliass e Fernando Chacel, para citar apenas alguns dos mais importantes nomes do paisagismo brasileiro. Apesar disso, o legado destes profissionais parece cada vez mais se distanciar da prática corrente do projeto paisagístico, em um momento em que vemos proliferar em muitos casos jardins genéricos, com a repetição das mesmas espécies vegetais (em sua maioria exóticas), demonstrando um conhecimento limitado das inúmeras e ricas possibilidades existentes em nosso território. Por outro lado, se

acaso encontramos jardins idealizados com alguma preocupação em definir de forma consciente a vegetação utilizada, por meio de uma maior diversificação de espécies e preocupação ecológica, dificilmente nos deparamos com um refinamento estético-projetual capaz de criar lugares, espaços de vivência e convivência, e, em última instância, verdadeiras paisagens.

Para além da dificuldade em se encontrar projetos paisagísticos que reúnam em si as diferentes dimensões que a vegetação apresenta como potencialidade para a criação de espaços qualificados, existe uma dimensão desta que é praticamente inexplorada nos projetos de arquitetura da paisagem: a da cultura. A vegetação possui uma dimensão cultural que se revela na sua relação com o ser humano. Esta relação é ancestral e se modifica no tempo e no espaço, constituindo um valioso patrimônio, que pode e deve ser preservado e conhecido, tendo em vista a valorização de saberes tradicionais, bem como a preservação ambiental, através do estabelecimento de uma relação mais próxima com a vegetação.

A partir deste entendimento, entramos em contato com a disciplina da Etnobotânica, que pode ser definida como a ciência que estuda a relação entre os seres humanos e as plantas, tendo em vista a história e cultura de determinada população, o ambiente

natural com o qual ela interage e as características botânicas das espécies vegetais (ARAUJO, 2007). Por essa razão, é uma ciência que se propõe interdisciplinar, envolvendo conhecimentos de botânica, antropologia, etnografia, sociologia, história, arqueologia, farmácia, entre outros, dependendo da abordagem. No caso deste trabalho, não só a interdisciplinaridade, mas a transdisciplinaridade é também um elemento caro à sua concepção, uma vez que se une essencialmente a uma atitude e consciência decolonial, como colocado por Maldonado-Torres (2016, p. 94):

O caráter fronteiriço do pensamento decolonial também aponta para seu caráter transdisciplinar: o projeto e a atitude decolonizadora leva o sujeito cognoscente que emerge da zona do não ser a alimentar-se do ativismo social, da criação artística e do conhecimento (em algum caso também da espiritualidade), em vias de revelar,

desmantelar e superar a linha ontológica moderno-colonial<sup>1</sup>

Esta atitude decolonial é essencial para o desenvolvimento de um trabalho comprometido com o desvelar de cosmologias ameríndias e da cultura caiçara, esta nascida dos contatos interétnicos iniciados a partir da chegada dos europeus ao continente, que seria posteriormente nomeado América, entre o fim do século XV e início do XVI. Neste sentido, é preciso compreender que, a partir deste momento, se inicia uma intrincada rede de trocas mundial, que também pode ser entendida como uma primeira mundialização (GRUZINSKI, 2014), e que permitiu que o contato entre culturas tomasse proporções nunca antes imaginadas, originando um profundo processo de mestiçagem<sup>2</sup>. Assim, podemos encontrar motivos orientais representados no teto de igrejas jesuíticas construídas no Brasil, por exemplo. E essas trocas também afetaram a flora local.

---

<sup>1</sup> Para Maldonado-Torres, a linha ontológica moderno-colonial marca a linha divisória entre o ser e não ser, gestada no processo de formação da Modernidade ocidental, marcada por uma consciência eminentemente secular, racional e tolerante frente à diversidade religiosa - dentro da zona do Ser. O não ser é marcadamente aquele julgado como o sem religião, sem alma e foi esta divisão

subontológica, como colocado por Maldonado-Torres, que conformou o intrínseco racismo da consciência e atitude do sujeito moderno.

<sup>2</sup> O conceito de mestiçagem é utilizado por Serge Gruzinski para “designar as misturas que ocorreram em solo americano no século XVI entre seres humanos, imaginários e formas de vida, vindos de quatro continentes – América, Europa, África e Ásia” (GRUZINSKI, 2001, p.62).

Plantas como a bananeira, a cana de açúcar e a jaqueira foram trazidas de diversas partes do mundo e se aclimataram e naturalizaram no solo americano, sendo abraçadas pelas culturas aqui formadas através dos contatos entre as culturas indígenas e exógenas; e apesar de serem espécies exóticas, tornaram-se espécies muito importantes para a cultura e alimentação brasileira. Frente a isso, cabe questionar o discurso simplista elaborado em torno do uso de espécies “nativas” nos projetos paisagísticos, que, no geral, fetichiza a origem “brasileira” das espécies, levando mais em conta limites políticos do que ecossistêmicos, sem pensar de fato na significância cultural e na inserção ecológica das espécies. Ou seja, é preciso que fique claro que uma espécie amazônica não pode ser empregada como nativa, por exemplo, na cidade de São Paulo, localizada no domínio da Mata Atlântica (IBGE, 2004).

Para além disso, deve-se também considerar que o manejo da flora não teve início apenas com o contato europeu. As populações indígenas que aqui habitavam antes deste contato também intervinham na biodiversidade a sua volta, manejando espécies *in situ* e domesticando espécies para sua alimentação, de formas que levam ao questionamento do que o conhecimento ocidental considera como agricultura e domesticação de espécies vegetais (DÓRIA; BASTOS, 2018, p.55).

A pretensão de trabalhar com a vegetação explorando suas dimensões culturais, através de conhecimentos transdisciplinares, e de desvelar, nesse processo, a diversidade e riqueza da cultura caiçara e de algumas cosmologias ameríndias, em uma perspectiva decolonial, nos leva, então, ao universo do patrimônio dos aldeamentos cristãos no litoral sudeste do Brasil, palco dos primeiros contatos euro-indígenas (GIANESELLA, 2012) e de formação da cultura mestiça caiçara, a partir destes encontros. Em 1549, se estabelecem as primeiras missões jesuíticas no Brasil, ao longo do litoral, em Salvador e em São Vicente. No entanto, houve a formação também de aldeamentos seculares, em que a administração cotidiana dos indígenas aldeados cabia à colonos, como foi o caso do Aldeamento de São João Batista de Itanhaém, cujos vestígios atualmente se encontram no sítio conhecido por

ruínas do Abarebebê<sup>3</sup>, em Peruíbe, litoral sul de São Paulo.

Um estudo mais aproximado da trajetória do Aldeamento de São João pode nos remeter ao intenso contato cultural que se deu durante os primeiros séculos da colonização portuguesa, evidenciando tanto as mudanças que a cultura ocidental europeia impôs aos originários da terra, como as permanências da cultura indígena e as adaptações de ambas a esse encontro. Assim, por toda essa riqueza e potencialidade, as Ruínas do Abarebebê se mostraram um local privilegiado para a investigação proposta por este trabalho, que buscou compreender de forma mais profunda como se dão as relações entre culturas e vegetação, e quais as possíveis formas de abordagem que o projeto da paisagem pode ter acerca desta dimensão cultural que as plantas tão unicamente nos oferecem. Nesse sentido, foi proposta a implementação de um jardim etnobotânico no entorno das ruínas, como uma ferramenta capaz de possibilitar a expressão, no próprio sítio, de toda a potência desses encontros interétnicos, iniciados durante o período colonial, e da riqueza e resistência das culturas caiçara e guarani, que estão

presentes, atualmente, em todo o litoral paulista, através de percursos por entre as diversas plantas que, de alguma forma, fizeram parte da constituição do que, hoje, é nossa cultura e identidade.



Figura 1 - Vista dos vestígios materiais da igreja do aldeamento de São João Batista.  
Autoria: Mônica Bertoldi André

<sup>3</sup> Abarebebê, do tupi-guarani “Padre voador”, se refere ao padre jesuíta Leonardo Nunes. Acreditava-se que as ruínas do Abarebebê fossem vestígios de um primitivo aldeamento constituído pelos padres Jesuítas na região de Itanhaém, o

que foi desmentido após as pesquisas histórico-arqueológicas realizadas nas ruínas.

## 2. Objetivos

O presente trabalho tem por objetivo geral contribuir com o levantamento e preservação do patrimônio histórico, artístico e cultural do litoral paulista, bem como a preservação do patrimônio paisagístico-ambiental desta região, priorizando a perspectiva dos saberes tradicionais das culturas ameríndias e caiçara que ali se desenvolveram e dos contatos interétnicos, através de uma atitude decolonial.

Além disso, se propõe compreender o projeto da paisagem como um processo de pesquisa investigativa, em uma abordagem transdisciplinar que permita expandir os subsídios para a elaboração projetual, se valendo tanto de diferentes disciplinas acadêmicas quanto da criação artística e, tanto quanto possível, do envolvimento com atores locais.

## 3. Justificativa

Este trabalho, além de contribuir para o desenvolvimento dos conhecimentos acadêmicos acerca das disciplinas da Arquitetura da Paisagem e da História da Arquitetura, também se coloca como um esforço interdisciplinar que visa à conexão de saberes diversos para a elaboração de um projeto da paisagem consistente e organicamente inserido na realidade local. Para tanto, pretende utilizar metodologicamente uma atitude decolonial, essencialmente transdisciplinar, e que se propõem “decolonizar, des-segregar e des-generar o poder, o ser e o saber” (MALDONADO-TORRES, 2016, p.93-94).

Além disso, se apresenta como um instrumento para a preservação do patrimônio histórico, artístico e cultural regional, através de uma perspectiva pedagógica que conecta os habitantes da região com sua história e cultura, contribuindo para a compreensão da importância deste patrimônio e sua preservação para as futuras gerações, uma vez que seu abandono é patente no momento presente:

El patrimonio jesuítico del litoral entre Río de Janeiro, São Paulo y Paraná – como aquella banda de tierra que la resaca del mar amenaza consumir,

avanzando cada vez un poco más –, casi siempre fue destruido o desfigurado como ocurrió en el caso de San Vicente, donde los vestigios del primer período jesuítico son parte del panorama de una villa colonial fake, y siquiera fueron realizadas prospecciones arqueológicas. En el caso de las ruinas en Peruíbe del sitio del Abarebebê (así llamado en memoria del jesuita Leonardo Nunes, el “padre volador”), ni siquiera las mejores intenciones y la acción de especialistas y instituciones, incluyendo ahí un proyecto para la creación de un Museu da Paisagem, fueron capaces de protegerlas de los vándalos. Al mismo tiempo iniciativas puntuales de instituciones y de las comunidades son cruciales para la

preservación de lo que todavía queda<sup>4</sup>. (MARTINS, 2018, no prelo).

Ainda, contribui para o desenvolvimento de uma consciência acerca da importância da preservação ambiental e da paisagem, na medida que aproxima as pessoas da paisagem e de sua flora, através do conhecimento da relação estabelecida entre as diferentes culturas que ali se fixaram através do tempo e o meio físico, dando especial atenção aos diversos usos atribuídos a cada espécie vegetal.

Finalmente, o presente trabalho pode contribuir para novas abordagens metodológicas do projeto paisagístico, entendendo o fazer projetual como um processo de pesquisa que se materializa na paisagem.

---

4 “O patrimônio jesuítico do litoral entre Rio de Janeiro, São Paulo e Paraná - como aquela banda de terra que a ressaca do mar ameaçava consumir, avançando cada vez um pouco mais -, quase sempre foi destruído ou desfigurado como ocorreu no caso de São Vicente, onde os vestígios do primeiro período jesuítico são parte do panorama de uma vila colonial fake, e sequer foram realizados prospecções arqueológicas. No caso das ruínas em Peruíbe do sítio do Abarebebê (assim chamado em memória do jesuita Leonardo Nunes, o “padre voador”), nem sequer as

melhores intenções e a ação de especialistas e instituições, incluindo aí um projeto para a criação de um Museu da Paisagem, foram capazes de proteger-las dos vândalos. Ao mesmo tempo, iniciativas puntuais de instituições e das comunidades são cruciais para a preservação do que, todavia, se mantém” (tradução da autora)

## 4. Metodologia

Este trabalho se dividiu em duas etapas gerais: uma de caráter mais investigativo e outra de caráter mais propositivo. Essa divisão serve tão somente para tornar mais claras as atividades que foram desenvolvidas, não sendo uma divisão temporal. Dessa forma, tanto as atividades investigativas, mais teóricas, como as propositivas, mais práticas, foram realizadas concomitantemente, seguindo uma lógica investigativo-projetual que se vale da superposição de ambas as dimensões.

Tendo isso em mente, foi definida a etapa investigativa, contando com:

- Uma breve revisão bibliográfica sobre os principais conceitos que norteiam a elaboração do presente projeto, sendo eles “etnobotânica”, “jardim etnobotânico”, “decolonização”, “paisagem cultural” e “mestiçagem”.
- Um extenso levantamento de dados, divididos em quatro frentes:
  - Levantamento de dados do meio físico da região do projeto: estudos de composição

florística, levantamento das formações vegetais e fitofisionomias que ali ocorrem, hidrografia, relevo, características climáticas, fauna, entre outros dados concernentes à região do município de Peruíbe;

- Levantamento de dados socioeconômicos e demográficos da região do município de Peruíbe;
- Levantamento de estudos etnobotânicos acerca das culturas caiçara e guarani;
- Levantamento de dados sobre o local imediato de projeto, o sítio das ruínas do Abarebebê: levantamento planialtimétrico, cadastramento arbóreo, plantas, cortes e outros documentos do projeto arquitetônico para o Museu da Paisagem.

A etapa de caráter propositivo contou, por sua vez, com:

- Realização de visitas de campo para o reconhecimento da paisagem e flora e fauna locais, com a realização de trilhas por ambientes de restinga e breve levantamento das espécies vegetais de destaque;

- Elaboração de prancha com a vegetação existente na área de projeto;
- Elaboração de modelo físico tridimensional da área de projeto;
- Elaboração de zoneamentos, plano de massas e estudo preliminar, com plantas, cortes e ilustrações da proposição projetual.

Dessa forma, pretendeu-se que o levantamento de dados e a revisão bibliográfica subsidiasssem a elaboração projetual para a área livre do entorno das Ruínas do Abarebebê, entendendo o projeto da paisagem como um extenso e complexo processo de pesquisa.

## 5. Desenvolvimento

### 5.1. O município de Peruíbe

Peruíbe é um município do litoral sul do estado de São Paulo, fazendo fronteira com Itanhaém a norte, Iguape a sul e Itariri e Pedro de Toledo a oeste. Pertence à Região Metropolitana da Baixada Santista (Figura 2), sendo o município mais a sul desta região administrativa. Sua população, segundo dados do IBGE, é de 67.548 habitantes (IBGE, 2018), porém há uma expressiva população flutuante durante a temporada de veraneio, que chega a atingir mais de 50% da população fixa. De fato, Peruíbe é um dos 15 municípios reconhecidos como estância balneária pelo estado de São Paulo<sup>5</sup>, recebendo uma verba maior para a promoção do turismo regional. Dessa forma, fica evidente a importância que o turismo possui para a economia local. Mas nem sempre foi assim.

Até o início do século XX, Peruíbe era uma pequena vila, subordinada ao município de Itanhaém. Sua história anterior a este momento está intimamente ligada ao estabelecimento e

---

<sup>5</sup> De acordo com o Resumo Executivo de Peruíbe, elaborado pelo Instituto Pólis em parceria com a Petrobrás, em 2012.

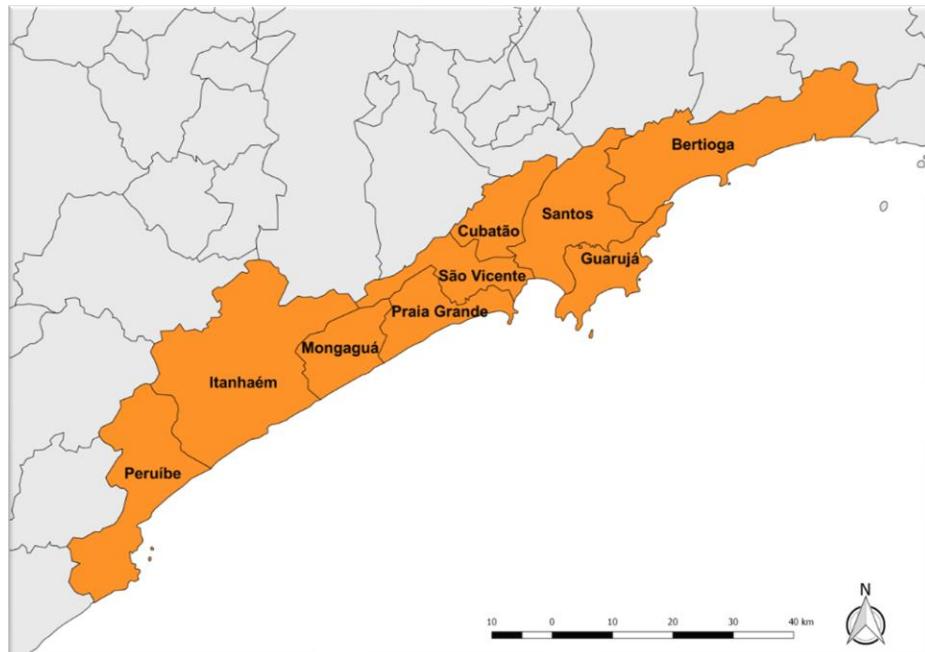


Figura 2 - Municípios da Região Metropolitana da Baixada Santista

desenvolvimento da Aldeia de São João Batista, cujos vestígios atualmente se encontram no sítio arqueológico Ruínas do Abarebebê, e será melhor analisada adiante. Por ora, nos atenhamos a sua evolução urbana contemporânea. Desse modo, em 1914 é inaugurado o ramal da Estrada de Ferro Sorocabana que ligava Santos a Juquiá, e com a instalação da estação ferroviária de Peruíbe, se inicia um fluxo migratório que dá início a ocupação da região que hoje é o centro de Peruíbe. Durante a década de 1920, se inicia a bananicultura, que seria uma importante atividade para o

município, ainda existindo plantios de banana na zona rural até os dias de hoje. Entretanto, é a partir das décadas de 1950, com a abertura da rodovia Anchieta e saturação das praias de Santos, e 1960, com a inauguração da rodovia Padre Manoel da Nóbrega, que se inicia uma expansão urbana mais acelerada, com o aquecimento do mercado imobiliário e da ocupação turística da cidade. Dessa forma, em 1959, Peruíbe se emancipa de Itanhaém e se torna um município independente. É neste processo que a população mais pobre, ou seja, as comunidades caiçaras e indígenas, acaba expulsa da orla e vai se estabelecer nas áreas mais distantes do centro urbano.

Em 1974, o município de Peruíbe é reconhecido como Estância Balneária, e durante a década de 1980 a orla marítima é plenamente ocupada, se iniciando a expansão da mancha urbana para além da Rodovia Manoel da Nóbrega, nas porções mais a oeste do município, processo que se dá até o presente. No entanto, podemos observar que a área efetivamente urbanizada do município de Peruíbe representa apenas 11% de seu território, o que reflete sua riqueza em áreas ainda preservadas, com diversas áreas legalmente protegidas em seu território (Figura 3).

Assim, o território do município de Peruíbe abrange três

Unidades de Conservação, segundo o SNUC<sup>6</sup>, sendo elas: a Estação Ecológica Jureia-Itatins, a Área de Proteção Ambiental Cananéia-Iguape-Peruibe e o Parque Estadual da Serra do Mar – Núcleo Pedro de Toledo. A E.E. Jureia-Itatins e o P.E. da Serra do Mar são unidades de conservação de proteção integral, onde é permitido apenas o uso indireto dos recursos naturais, enquanto a APA Cananéia-Iguape-Peruibe é uma unidade de conservação de uso sustentável, cujo objetivo básico é “compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais” (SNUC, 2000).

Além das unidades de conservação, Peruibe possui duas reservas indígenas, a Terra Indígena Peruibe, onde se encontra a Aldeia Bananal, e a Terra Indígena Piaçaguera, onde se encontram as aldeias Piaçaguera, Nhamandu Mirim, Tanigwa, Tabaçu Reko Ypy, Tekoa Porã, Purungawadju, Tekoa Kwaray, Tengwaeté, Gwyrajdja, Jaragua, Aldeinha e Tapirema. Os indígenas de ambas as Terras Indígenas se autoidentificam como Tupi Guarani e representam 0,7% da população de Peruibe. Essa riqueza natural e cultural é complementada pela presença da comunidade caiçara da Barra do Una, na beira do rio Una do Prelado, no extremo sul de

Peruibe, área que é isolada do núcleo urbano central pelo maciço de Itatins.

Percebe-se, então, que a paisagem de Peruibe é ainda marcada pela presença de uma natureza exuberante, com matas e

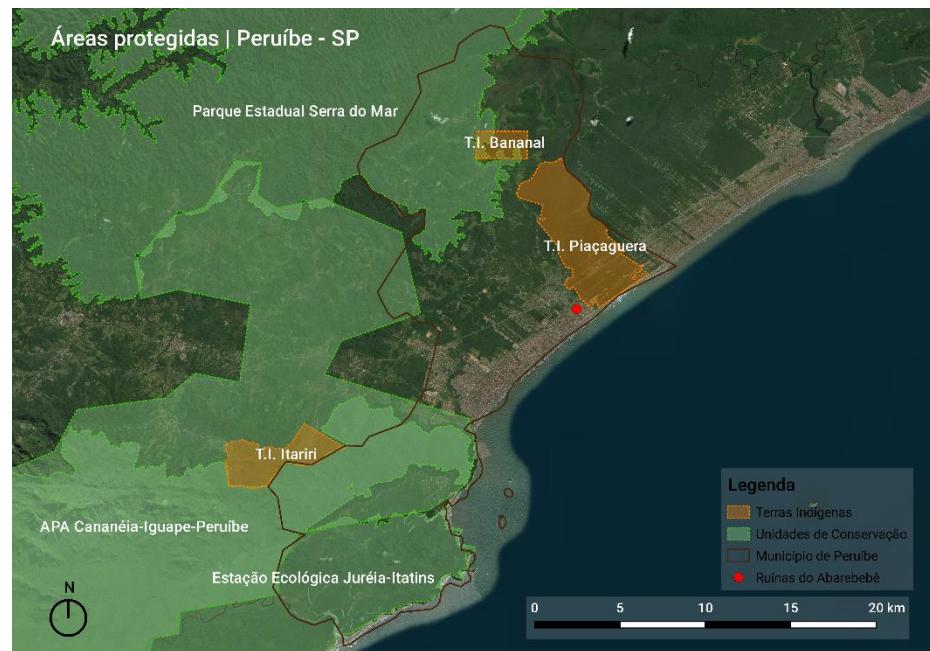


Figura 3 - Áreas protegidas no município de Peruibe - SP. Fonte: Elaborado a partir de dados da CPRM, 2010.

<sup>6</sup> SNUC: Sistema Nacional de Unidades de Conservação, definido pela lei federal nº 9985/2000.

rios preservados. Essa paisagem se caracteriza pela predominância de uma vasta planície litorânea, uma vez que as escarpas da Serra do Mar vão se distanciando da orla marítima conforme se avança para sul no litoral de São Paulo. Destas planícies sedimentares, abruptamente surgem alguns maciços rochosos remanescentes, que se tornam marcos nesta paisagem. É o caso do maciço de Itatins, se elevando a mais de 500m do nível do mar, a sudoeste do núcleo central de Peruíbe. A sul do Itatins se encontram as áreas mais preservadas de Peruíbe, a praia do Guaraú e a praia da Barra do Una.

Ainda, outra característica destas extensas planícies litorâneas do litoral sul de São Paulo é a presença de grandes rios, muito piscosos. É o caso do rio Peruíbe, cuja foz se encontra na região do centro urbano de Peruíbe, do rio Guaraú, na praia do Guaraú, e do rio Una do Prelado, na praia da Barra do Una, que também constituem elementos importantes na paisagem de Peruíbe (Figura 4).

Em relação à vegetação, Peruíbe se encontra no Bioma da Mata Atlântica, que se estende pela costa litorânea brasileira desde o Nordeste até o extremo Sul. Este Bioma está associado ao “clima tropical quente e úmido, sem período seco, com chuvas bem

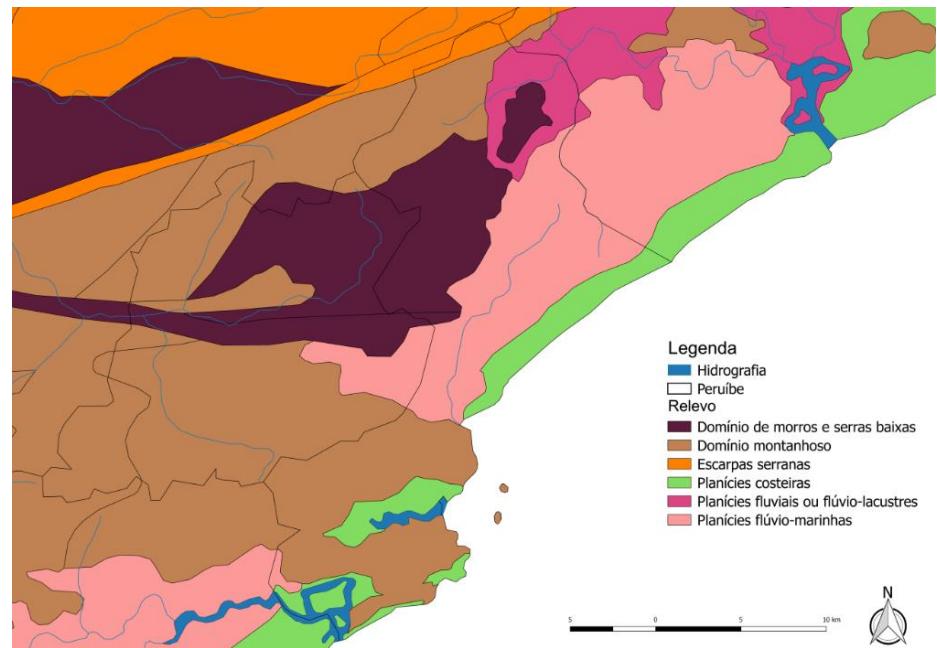


Figura 4 - Relevo e hidrografia do município de Peruíbe. Fonte: Elaborado a partir de dados da CPRM, 2010.

distribuídas durante o ano (com até 60 dias de umidade escassa, o que não é comum) e temperaturas médias variando entre 22°C e 25°C” (CAMPANILLI; SCHAFFER, 2010 *apud* PAULA, 2018, p.23). A Mata Atlântica é composta por diferentes formações florestais, como a Floresta Ombrófila Densa, a Floresta Ombrófila Aberta, a Floresta Ombrófila Mista, a Floresta Estacional Semidecidual e a Floresta Estacional Decidual, e possui diversos ecossistemas associados, como os mangues, as restingas, os campos de altitude, os brejos interioranos e os encraves florestais do Nordeste (BRASIL,

2006 *apud* PAULA, 2018). No caso de Peruíbe (Figura 5), predominam as formações florestais de Floresta Ombrófila Densa, com diferentes fitofisionomias, de acordo com a altitude onde se encontra tal formação, e o ecossistema associado de restinga, também com diferentes fitofisionomias. Em relação às formações florestais, temos a Floresta Ombrófila Densa das Terras Baixas, presente em altitudes entre 5m e cerca de 50m acima do nível do mar, entre as latitudes de 16° a 24° S, e a Floresta Ombrófila Densa Submontana, entre 50m e cerca de 500m de altitude, também nesta mesma variação latitudinal (IBGE, 2012). A Floresta Ombrófila Densa das Terras Baixas pode ser incluída como uma fitofisionomia de restinga, compreendendo esse ecossistema segundo sua definição para o campo da botânica, em que *restinga* "representa o conjunto das comunidades vegetais fisionomicamente distintas, sob influência marinha e fluvio-marinha, ocorrendo sobre os depósitos arenosos costeiros" (ARAÚJO & HENRIQUES, 1984; CERQUEIRA, 2000 *apud* MARTINS *et al*, 2008, p.249).

Considerando tal definição, existem outras fitofisionomias que foram levantadas por Martins *et al* (2008), a partir da Resolução CONAMA n.7, de 23 de junho de 1996, e de levantamento florístico das comunidades vegetais de restinga no município de Bertioga, estado de São Paulo. Segundo a Resolução CONAMA n.7, existem as

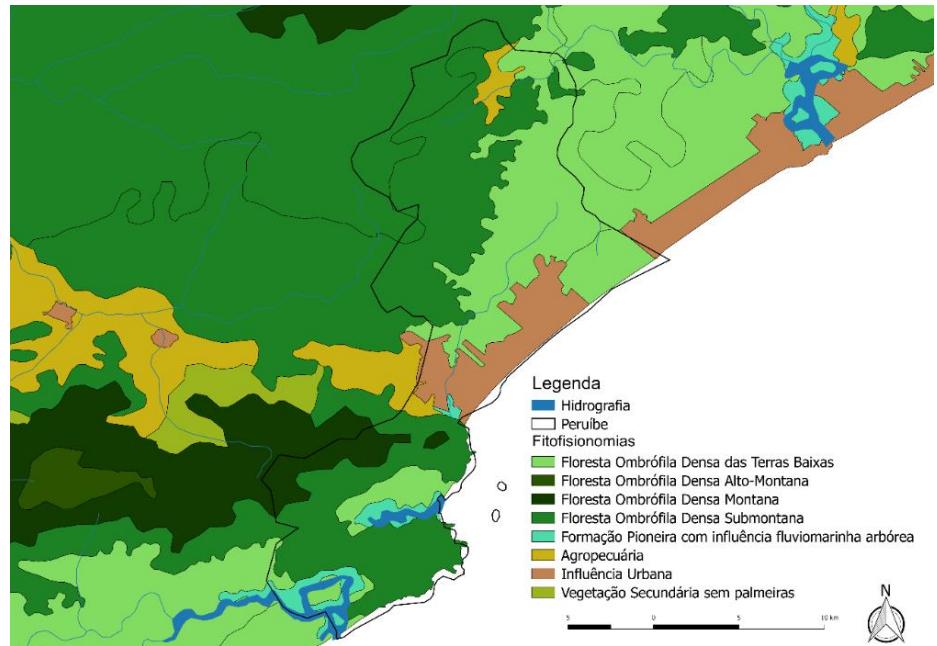


Figura 5 - Fitofisionomias do município de Peruíbe. Fonte: Elaborado a partir de dados do IBGE, 2016.

seguintes formações vegetais para o ecossistema de restinga: Vegetação de Praias e Dunas, Vegetação Sobre Cordões Arenosos (Escrube, Floresta Baixa de Restinga, Floresta Alta de Restinga) e Vegetação Associada às Depressões (Entre Cordões Arenosos, Brejo de Restinga, Floresta Paludosa, Floresta Paludosa sobre Substrato Turfoso) (MARTINS *et al*, 2008). Tais formações são definidas de acordo com o tipo de substrato, a altura dos estratos e suas principais espécies e a presença e a altura da camada de serapilheira, e sua variação está ligada ao "tipo de substrato

(arenoso, orgânico), níveis de nutrientes e salinidade, profundidade do lençol freático, proximidade da praia ou de manguezais, regime hídrico [...]” (HENRIQUES *et al*, 1986; SILVA & BRITZ, 2005 *apud* MARTINS *et al*, 2008, p.268).

Assim, foram reconhecidas, para as comunidades vegetais de restinga do município de Bertioga, as fitofisionomias de Praias e Dunas, onde predomina uma vegetação herbácea a subarbustiva, sobre substrato arenoso em uma estreita faixa paralela ao mar;

Escrube ou Restinga Arbustiva, onde predomina uma vegetação de porte arbustivo bastante densa, com altura entre 1 e 4m, sendo bastante influenciada pela salinidade e pelos ventos, ocorrendo no primeiro cordão arenoso; Floresta Alta de Restinga, caracterizada como uma formação florestal de dossel fechado, com altura entre 15 e 18m, podendo haver espécies emergentes que atingem os 25m de altura, sobre substrato arenoso, porém com presença de camada espessa de matéria orgânica, e cuja superfície, em geral, não é

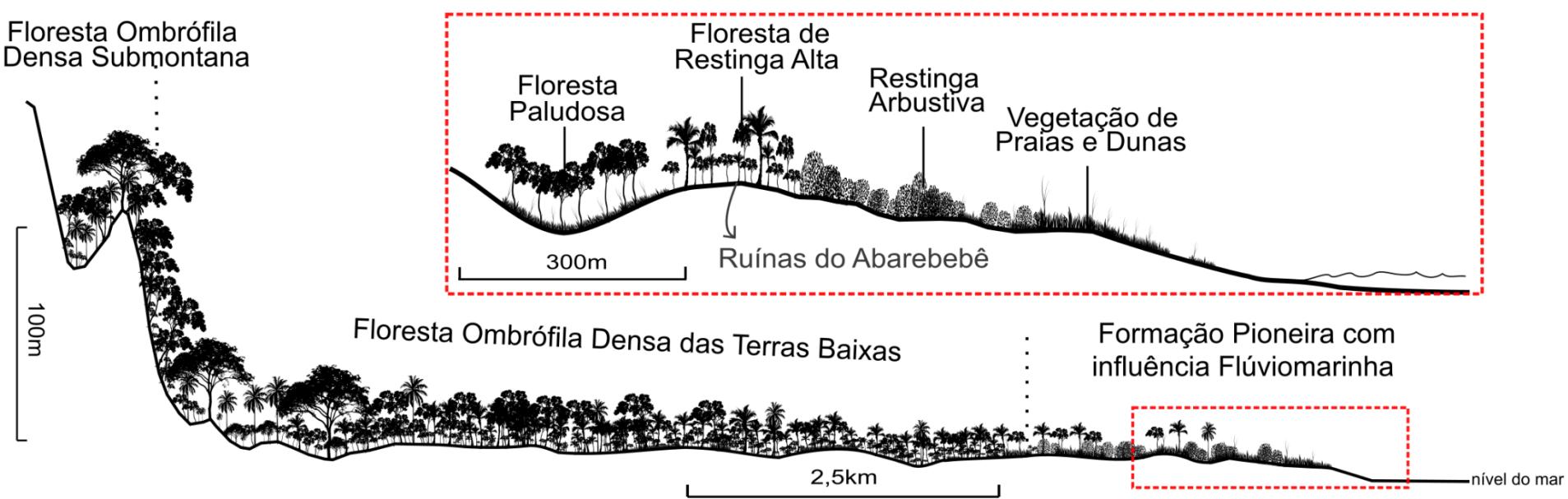


Figura 6 - Representação ilustrativa das fitofisionomias de restinga no município de Peruíbe. Elaborado pela autora.

inundável; Floresta Alta de Restinga Úmida, que também se caracteriza como uma formação florestal, porém com fisionomia mais variada, de acordo com a variação e o afloramento do lençol freático, que se torna praticamente aflorante mesmo nos períodos mais secos (em geral, estando entre 15 e 30cm de profundidade), e onde ocorrem muitas espécies com sistemas radiculares superficiais; Vegetação Entre Cordões, onde predomina uma vegetação herbáceo-arbustiva aberta, ocorrendo em áreas sujeitas à inundações periódicas e de solos mais pobres; Brejo de Restinga, caracterizado por uma vegetação herbácea tolerante à inundaçāo, ocorrendo, em geral, sobre meandros abandonados de rios onde o lençol freático é aflorante durante praticamente todo o ano; Floresta Paludosa, caracterizada por ser uma formação arbórea aberta e floristicamente bastante homogēnea, ocorrendo áreas onde predomina uma única espécie, no caso, *Tabebuia cassinoides* (Caxeta) ou *Calophyllum brasiliense* (Guanandi), formando os caxetais ou guanandizais, e estando permanentemente inundada; e Floresta Baixa de Restinga, caracterizada por ser uma formação arbórea baixa e aberta, com substrato seco e arenoso.

## 5.2. As ruínas do Abarebebê

As ruínas do Abarebebê, localizadas na porção nordeste do município de Peruíbe, representam um testemunho riquíssimo dos primórdios da ocupação europeia em terras americanas e dos contatos interétnicos que tiveram início neste período. Também são elemento chave para compreender a formação e evolução urbana dos municípios de Peruíbe e Itanhaém, pois o Aldeamento de São João Batista, do qual as ruínas representam seus vestígios materiais, foi um núcleo central na organização do povoamento europeu desta região.

No entanto, os primórdios do Aldeamento de São João Batista são obscuros, uma vez que os registros acerca da ocupação da região de Itanhaém-Peruíbe durante o início do século XVI não são muitos e apenas mais recentemente vêm sendo pesquisados. Como nos diz Vieira Santos (2018, p.3), “muitas vezes as informações sobre a fundação da vila Conceição de Itanhaém, bem como acerca de seus fundadores, parecem confusas, com base em lendas, apoiadas em estórias”, o que também se aplica a Peruíbe, que viria a se emancipar de Itanhaém somente no século XX, estando suas trajetórias intimamente conectadas.

De qualquer forma, é preciso ter em mente que os primórdios

da ocupação das terras brasileiras, entre 1500 e 1530, foi bastante assistemático, uma vez que Portugal voltava seus esforços para seu Império Oriental, que até então lhe proporcionava maiores lucros comerciais. Durante este período, acorriam às terras luso-brasileiras traficantes de pau-brasil e outros produtos da terra, além de escravos indígenas, bem como degredados e naufragos. A presença não só de portugueses, mas também de espanhóis e franceses, principalmente, e aventureiros de outras nacionalidades, demonstrava o descaso de Portugal em relação a suas posses no Novo Mundo. Ainda, para aqueles condenados ao degredo ou naufragados nestas terras, só foi possível sobreviver estabelecendo alianças com os indígenas, uma vez que “essas ‘amizades’ e alianças facilitavam aos europeus a obtenção de mão de obra escrava, produtos da terra, auxílio na guerra e uma certa garantia de permanência no território escolhido como base do povoamento” (TRINDADE, 1992, p.2). Dessa forma, se adequando e, ao mesmo tempo, se aproveitando e até incentivando alguns traços das culturas indígenas, como as guerras intertribais, esses primeiros colonos e traficantes conseguiram sobreviver e prosperar nesse ambiente tão diferente do seu de origem. É o caso de alguns personagens quase místicos para a história do Brasil, e que Pero Lopes de Sousa cita em seu diário de navegação: Caramuru,

encontrado pela esquadra de Martim Afonso de Sousa na região da Baía de Todos os Santos; João Ramalho, que vivia na região onde hoje se encontra São Paulo; e o Bacharel de Cananéia, encontrado na região de Cananéia, como denuncia sua própria alcunha (MARANHÃO, KEATING, 2011).

A expedição de Martim Afonso de Sousa marca o ponto de inflexão nos interesses de Portugal em relação a suas possessões no Novo Mundo. Sendo ordenada pelo rei D. João III e tendo por objetivos dar combate aos franceses, que ameaçavam as posses portuguesas, buscar riquezas minerais, explorar a região do Rio da Prata e iniciar efetivamente o povoamento das “Índias Ocidentais”, esta expedição demonstra o declínio do comércio nas Índias Orientais e a dificuldade de se manter o Império Ultramarino português. Destarte, se inicia o povoamento e exploração sistemáticos do território luso-brasileiro por parte da Coroa Portuguesa, com a implantação do sistema de Capitanias Hereditárias. Segundo Vieira Santos (2018, p.3), “este sistema como forma de administração territorial da colônia portuguesa na América se confunde com as paragens, com as povoações, e com a fundação das primeiras vilas”.

Martim Afonso de Sousa, em 1532, funda a vila de São

Vicente, na ilha de São Vicente, e ordena sua ocupação, distribuindo terras para sesmeiros. Após a fundação de São Vicente, funda também a vila de Santo André da Borda do Campo, no planalto, da qual não se tem registros de seu funcionamento camarário municipal (LEITE, 1965, pp.69-70 apud VIEIRA SANTOS, 2018, p.4). Segundo o historiador Francisco Adolpho de Varnhagem, que escreveu uma biografia de Martim Afonso de Sousa<sup>7</sup>, este teria fundado também Itanhaém, sua terceira povoação. Porém, “são discutíveis os estudos do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, que afirmam ter sido Martim Afonso de Sousa quem fundou, em 22 de abril de 1532, a *Villa Nossa Senhora da Conceição de Itanhaém*” (VIEIRA SANTOS, 2018, p.6). Ainda, segundo Jaelson Trindade (1992), que realizou um levantamento histórico acerca das Ruínas do Abarebebê, no âmbito do Projeto arqueológico, antropológico, histórico, ecológico, museológico e turístico do município de Peruíbe, coordenado por equipe do MAE-USP durante a década de 1990, a ocupação por reinóis se iniciou na década de 1540, em um contexto de criação de povoamentos como pontos de apoio na busca por ouro, prata e outros materiais preciosos na região

<sup>7</sup> “Publicada no jornal literário Ostensor Brasileiro em 1845 e em um folheto no Rio de Janeiro em 1847” (VIEIRA SANTOS, 2018, p.4) e posteriormente publicada na revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1915.

do Prata. Ainda segundo Trindade (1992, p.15), “Pero Correia obtém, em 1542, terras na região de Itanhaém, onde hoje é Peruíbe”.

Nesse momento, habitavam ali indígenas conhecidos por Peruíbe, do grupo dos Tupiniquim, com os quais entraram em contato os colonos. E como citado por Ganesella (2012, p.166):

Houve, na região vicentina (e em toda a Colônia), uma inquestionável interação cultural entre os poucos colonos portugueses e milhares de Tupis (especialmente), sem a qual os ádvenas não sobreviveriam ou não lograriam êxito na fixação de suas primeiras instalações, rurais e urbanas.

Para além da necessidade dos conhecimentos dos grupos indígenas sobre o sítio e o ambiente locais, que viabilizaram os primórdios da ocupação portuguesa, também a mão de obra indígena foi essencial para a manutenção destes primeiros povoamentos, sendo realizado um vultoso comércio de escravos indígenas nestes primitivos assentamentos do início do século XVI.

Em 1549, então, ocorre outro ponto de inflexão na política da

Coroa Portuguesa em relação às suas possessões ultramarinas no Ocidente. O sistema de Capitanias Hereditárias havia fracassado em seu intento de iniciar o efetivo povoamento e domínio português sobre as terras brasileiras, uma vez que apenas as capitâncias de São Vicente e Pernambuco prosperaram. Dessa forma, a Coroa institui o sistema de Governo Geral, assumindo o controle da ocupação e administração deste território, antes concedido a particulares. Essa nova administração

diretamente ligada à Coroa Portuguesa, impondo uma política geral, trouxe dois elementos de peso para consolidar o povoamento da terra [...]: a força armada organizada, e de peso e um programa missionário – o da Companhia de Jesus – de ‘domesticção’, de incorporação e sujeição do índio ao modo de vida e aos desígnios dos europeus. (TRINDADE, 1992, p.7).

Portanto, o ano de instituição do regime do Governo Geral coincide com o ano de chegada dos primeiros padres jesuítas e de fundação dos primeiros aldeamentos cristãos no Brasil. É importante notar que “o sistema de aldeamentos foi o pilar da colonização do Brasil nos dois primeiros séculos, organizando de forma regular e segura a incorporação de numerosos grupos

indígenas a serviço da defesa e do sustento dos europeus” (TRINDADE, 1992, p.8). Dessa forma, os aldeamentos eram os instrumentos centrais da nova política em relação aos povos indígenas do Brasil, iniciada no governo geral de Mem de Sá: deveriam se submeter “à fé, à lei e ao Rei dos brancos” (TRINDADE, 1992, p.8).

O Aldeamento de São João está inserido neste contexto, porém não foi fundado pelos jesuítas. Pelo contrário, “não era de fundação jesuítica, tão pouco foi jamais administrada pelos Padres da Companhia, [...] era uma Aldeia de El-Rei” (ROWER, 1957, p.502 *apud* VIEIRA SANTOS, 2018, p.5). Em 1553, tem-se notícias do povoado de Itanhaém, através dos relatos de Hans Staden (2008, p.54), “então um de nossos camaradas, [...] andando ao longo da praia para aquecer-se, viu atrás das árvores um povoado com casas de estilo cristão. Aproximou-se. Era uma aldeia dos portugueses chamada Itanhaém e ficava a duas milhas de São Vicente”. Por aí, vê-se que o povoamento europeu ali já se encontrava estabelecido a algum tempo. Assim, é bastante provável que os missionários jesuítas, partindo de São Vicente, fizessem diversas incursões evangelizadoras ao longo do litoral, incluindo a região de Itanhaém,

onde habitavam os indígenas Peruíbe<sup>8</sup>.

De qualquer forma, é muito difícil reconstituir com precisão a formação deste aldeamento na região de Itanhaém – no século XVI identificada como toda a costa desde São Vicente até o Morro do Guaraú, na atual Peruíbe. De acordo com o levantamento histórico realizado por Jaelson Trindade (1992), porém, existem duas fontes que podem clarear de alguma forma como se iniciou o assentamento de índios cristãos que originaria o aldeamento secular estabelecido em Itanhaém. A primeira é um texto jesuíta de 1562, que contando sobre uma rebelião de parte das tribos Tupi contra os colonizadores, entre 1557 e 1558, diz “tinham vindo a fazer assento junto a esta vila [Conceição de Itanhaém], duas aldeias de gentio, que não quiseram suprir o bando inimigo” (TRINDADE, 1992, p.16). A segunda, um texto de 1561, em que se diz “Tupis vieram sobre uma povoação de cristãos que chamam Itanhaém e levaram alguns escravos e faziam maior mal se outros índios nossos amigos lho não estorvaram” (TRINDADE, 1992, p.17). Dessa forma, pode-se entender

que existiam alguns indígenas aliados dos portugueses que decidiram permanecer em Itanhaém, próximos à povoação de Conceição de Itanhaém, e se submeteram ao regimento de Mem de Sá, aceitando a fé católica e se fixando no sítio, sendo possivelmente os indígenas originários do aldeamento secular de Peruíbe.

Em 1561, a povoação cristã de Conceição de Itanhaém, antes subordinada à Vila de São Vicente, é elevada ela própria a condição de Vila, passando a ser denominada Vila de Nossa Senhora da Conceição de Itanhaém. Nesse momento havia, então, o núcleo de povoamento cristão, onde hoje se localiza o centro de Itanhaém, e o núcleo dos índios cristãos novos, aproximadamente na região onde hoje está a Terra Indígena Piaçaguera. Segundo carta do padre José de Anchieta, datada de 1584, em Itanhaém, “da outra banda do rio, como uma léguia (6km) tem duas aldeias pequenas de índios cristãos” (TRINDADE, 1992, p.19).

A história subsequente da Aldeia de São João Batista se liga ao contexto maior da região de Itanhaém. Até a efetiva ocupação

---

<sup>8</sup> “Peruíbe é nome de grupo indígena, nome pelo qual era chamada a aldeia. Peruíbe, dizem significar cação bravo ou cação ruim” (TRINDADE, 1992, p.15). Os Peruíbe eram indígenas Tupi, da tribo dos Tupiniquim, que em meados do século XVI ocupavam a região litorânea de Bertioga até Cananéia. Após o contato com os

europeus, os Tupiniquim tornaram-se aliados dos portugueses, enquanto os franceses se tornaram-se aliados dos Tupinambás, que ocupavam a região litorânea ao norte de Bertioga até a baía de Guanabara e eram inimigos dos Tupiniquim. A sul, habitavam os Carijó, guaranis, aliados dos espanhóis.

pelos portugueses da “costa do Prata”, com o povoamento de Paranaguá, da Ilha de Santa Catarina, Laguna e, finalmente, com a fundação da Colônia de Sacramento, o aldeamento de Itanhaém possuía um importante papel defensivo, frente à reduzida população portuguesa ali residente e às ameaças dos piratas e espanhóis também interessados na região do Prata, e das tribos indígenas inimigas, como a dos Carijós<sup>9</sup>. Ainda, entre 1640 e 1680, ocorreu um “surto modesto de mineração de ouro de lavagem” (TRINDADE, 1992, p.18) na região entre Iguape e Paranaguá. A exploração do ouro provocou um afluxo de pessoas para essa região, intensificando a produção de farinha de pau – farinha de mandioca – nas localidades de Itanhaém, Iguape e Cananéia, para suprir as necessidades dos expedicionários e exploradores que se embrenhavam sertão adentro. Muito provavelmente, os indígenas da Aldeia de São João foram envolvidos nesta produção, trabalhando a jornal para os colonos da Vila de Itanhaém.

Nesse sentido, a mão de obra indígena destes aldeamentos seculares era essencial para os colonos das vilas, que acabavam por se utilizar dela em seu próprio proveito e impunham condições

bastante precárias e indignas de trabalho aos indígenas aldeados. No entanto, por volta de 1680, a administração colonial passou a requerer a mão de obra indígena, em grandes quantidades, para empreender entradas no sertão em busca de minérios; esta estava em grande medida dispersa pelas propriedades dos colonos e era necessário que os indígenas retornassem aos aldeamentos para que estivessem disponíveis para prestar serviços à Coroa.

Desse modo, em 1692, “uma Ordem Régia determinou que nenhuma aldeia mais fosse administrada por seculares. O governo das aldeias foi, então, distribuído entre religiosos franciscanos, carmelitas e beneditinos” (TRINDADE, 1992, p.20). No caso do aldeamento de São João Batista, sua administração foi entregue aos franciscanos. Foi a partir desta mudança administrativa que foram edificadas a igreja e a residência cujos vestígios materiais são hoje encontrados no sítio das “Ruínas do Abarebebê”, em Peruíbe, em local a aproximadamente 4km do original, em meados do século XVIII, por ordens do Frei Tomé Vieira, da ordem franciscana. Sua composição arquitetônica possui semelhanças com os Aldeamentos de São Miguel, em São Paulo, no bairro de São Miguel

---

<sup>9</sup> Nomenclatura utilizada pelos cronistas dos primeiros séculos do período colonial para se referir aos Guaranis.

Paulista, e de Nossa Senhora da Escada, em Guararema, no Vale do Paraíba paulista, as quais também foram administradas pelos franciscanos em determinado período de sua existência.

Portanto, o nome dado às ruínas como “do Abarebebê”<sup>10</sup> não corresponde aos fatos, pois a igreja e a residência de pedra, construídas na elevação onde hoje encontram-se os seus vestígios, foram fundadas por um franciscano, o Frei Tomé Vieira, em meados do século XVIII, e não pelo Padre Leonardo Nunes, jesuíta do século XVI. Esta última edificação da igreja e residência dos frades franciscanos, construída em pedra e cal, seguia um esquema básico que “atendia às funções do culto – côro, batistério (pia), nave, capela-mor e sacristia” (TRINDADE, 1992, p.26). A residência se dava em paralelo à planta da igreja, separada desta por um corredor. Esta organização espacial pode ser inferida a partir dos vestígios materiais existentes dos dois edifícios.



Figura 7 - Vista de uma das paredes das ruínas. Autoria: Mônica Bertoldi André.

<sup>10</sup> Essa associação com o padre jesuíta Leonardo Nunes foi sugerida pelo pintor Benedito Calixto de Jesus, que realizou alguns estudos históricos sobre os aldeamentos da região de Itanhaém, além de diversas pinturas ilustrando o

patrimônio histórico da região, segundo seu julgamento. Hoje se sabe que tal associação foi um equívoco.



Figura 8 - Vista da área mais preservada das Ruínas do Abarebebê. Autoria: Mônica Bertoldi André.

Por fim, no início do século XIX, o aldeamento é extinto e transformado em freguesia de Itanhaém. A partir de então, os indígenas ali residentes são ainda mais marginalizados e muitos acabam se mestiçando com os caiçaras da região. Ainda, em 1830, a freguesia da Aldeia de São João é extinta e incorporada como parte da Vila de Itanhaém. Desde então, segue o processo de degradação dos edifícios do aldeamento, que somente em 1984 seriam tombados pelos CONDEPHAAT (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo). Além disso, apesar dos esforços empreendidos durante a década de 1990, pelo MAE-USP, que realizou uma extensa pesquisa interdisciplinar acerca das ruínas e que viria subsidiar a proposta de construção de um museu no local, o Museu da Paisagem, o estado geral de conservação dos vestígios segue em um lento processo de degradação. Assim, não parece existir uma grande preocupação por parte do município de Peruíbe em verdadeiramente integrar este patrimônio aos circuitos de lazer e turístico locais, fomentando uma maior apropriação deste monumento e de seu sítio por parte da população local.



Figura 9 - Vistas dos vestígios materiais do aldeamento de São João Batista, sob administração franciscana. (A) única porção da igreja que conserva o tamanho original das paredes; (B) Parede de divisão entre a igreja e a residência dos padres franciscanos; (C) Área da sacristia, bastante deteriorada. Autoria: Mônica Bertoldi André.

### 5.3. Apontamentos sobre a cultura Tupi Guarani

Colocar-se no lugar do outro é sempre um imenso desafio. No entanto, é um movimento essencial para quem se propõe pesquisar e trabalhar com outras culturas que não a sua própria, com outras cosmologias e cosmovisões, outras epistemologias e ontologias. Dessa forma, para abordar o tema da etnobotânica Tupi Guarani percebi que não poderia simplesmente pensar os usos e significados dados à essa ou àquela espécie sem buscar compreender mais profundamente o diferente contexto cultural, cosmológico e epistemológico no qual eles se inserem. Além disso, o desafio de compreender outras lógicas de pensamento e, consequentemente, de organização espacial, acabaram por conduzir à uma reflexão crítica do próprio ato de projetar a paisagem, fortalecendo, assim, a atitude decolonial aqui proposta.

Para possibilitar, então, a aproximação com estas outras formas de pensar e compreender o mundo, realizei uma revisão bibliográfica de pesquisas sobre os Guarani, dando ênfase para aquelas que abordavam temas como a relação com o território e com a vegetação, e visitei uma das aldeias de Peruíbe, a Tapirema, onde participei de um curso estruturado e promovido pelos Tupi Guarani sobre fitoterapia indígena. Este contato foi essencial para a

construção do conjunto de informações necessárias para a elaboração do projeto do Jardim Etnobotânico, pois a bibliografia sobre etnobotânica Tupi Guarani é limitada e, em grande medida, recorri mais a textos etnográficos e antropológicos de abordagem mais geral sobre os povos ameríndios, contando com alguns relatos e pesquisas mais específicos para os Guarani. Por fim, é importante esclarecer que, quando me refiro ao povo Guarani, incluo os Guarani Mbyá e os Tupi Guarani, que, pela literatura, são identificados como um subgrupo Guarani, os Guarani Nhandeva ou Xiripa, e que são os povos indígenas presentes no litoral paulista e na Terra Indígena Piaçaguera, em Peruíbe.

---

É preciso ter em mente que as relações que construímos com o ambiente a nossa volta, com a natureza, enquanto uma instância separada de nossa vivência, algo que se contrapõe à esfera da cultura, daquilo que é constituído e instituído pelo ser humano, são construções sociais próprias do modo ocidental de pensar e perceber o mundo. A partir do momento que relativizamos essa forma de organizar as categorias de apreensão da experiência, é possível perceber que existem outras maneiras de organizar o conhecer, outras epistemologias possíveis. Para pensar outras

culturas é imprescindível que se atente para isso, que se relativize o próprio modo de pensar e se expressar, evitando, assim, incorrer em abordagens etnocêntricas e reducionistas. Como colocado por Gruzinski (2001, p.56), “as misturas planetárias que invadem nosso cotidiano nos lembram que não estamos sozinhos no mundo das ideias e que certamente o ocidental não é mais o universal. Portanto, precisamos aprender a relativizar nossos modos de pensamento [...]”.

Destarte, começamos a repensar o que pode ser essa relação natureza-cultura para o pensamento ameríndio, assumindo que tal relação é formada por categorias ocidentais e, portanto, alienígena ao contexto ameríndio, porém útil como forma de tradução entre os dois modos de pensamento. Assim, de acordo com Viveiros de Castro (2014, p.348), “[...] a distinção clássica entre Natureza e Cultura não pode ser utilizada para descrever dimensões ou domínios internos a cosmologias não ocidentais sem passar antes por uma crítica etnológica rigorosa”. E é justamente na ideia de *perspectivismo ameríndio*, formulada por Viveiros de Castro (1996), que me apoio para buscar compreender como se dá a relação entre ser humano e ambiente, “cultura” e “natureza”, dentro das categorias do pensamento ameríndio, uma vez que considero esta relação central para um melhor entendimento da relação mais específica

com a vegetação.

Nesse sentido, o perspectivismo diz respeito à “concepção, comum a muitos povos do continente [americano], segundo a qual o mundo é habitado por diferentes espécies de sujeitos ou pessoas, humanas e não humanas, que o apreendem segundo pontos de vista distintos” (VIVEIROS DE CASTRO, 2014, p.347). Essa qualidade perspectiva do pensamento ameríndio leva a uma noção *multinaturalista*, quando colocada em contraste com o pensamento ocidental, segundo a qual existiria “uma unidade do espírito e uma diversidade dos corpos” (*idem*, 2014, p.349), ou seja, aquilo que é particular na concepção ocidental, ou seja, o espírito, a cultura, é algo “universal” para a concepção ameríndia, no sentido de que todos os seres – humanos e extra-humanos – possuem ou podem possuir uma subjetividade, serem sujeitos, se particularizando através de seus corpos, de sua “natureza”. Ser sujeito, nesse caso, depende de ser capaz de ocupar um ponto de vista, o que virtualmente é possível para qualquer ser – seja ele humano, animal, “deuses, espíritos, mortos, habitantes de outros níveis cósmicos, plantas, fenômenos meteorológicos, acidentes geográficos, objetos e artefatos” (*idem*, 2014, p.350). Ainda assim, como ponderado por Viveiros de Castro, a subjetivação dos seres extra-humanos, em geral, é mais incidente sobre os grandes

predadores e as presas mais comuns dos humanos, e “nesse sentido, a espiritualização das plantas, meteoros e artefatos talvez pudesse ser vista como secundária ou derivada diante da espiritualização dos animais” (*idem*, 2014, p.357). De qualquer forma, o ponto central aqui é que a possibilidade de ocupar um ponto de vista próprio está sempre aberta, não sendo uma qualidade fixa deste ou daquele ser.

No caso Guarani, parece se aplicar a observação de que nem sempre a capacidade de consciência é admitida para os representantes empíricos das espécies, mas sim existe a relação dos espíritos “donos” dos seres: “esses espíritos-mestres, invariavelmente dotados de uma intencionalidade análoga à humana, funcionam como hipóstases das espécies animais a que estão associados, criando um campo intersubjetivo humano-animal mesmo ali onde os animais empíricos não são espiritualizados” (*idem*, 2014, p.354). Assim, como colocado por Galante, “segundo os Guarani, ‘todos os seres têm espírito, e tem o dono, o *ja:o jejyja* é o dono do palmito, *itaja* é o dono da pedra, *yyja* é o dono da água e assim por diante’” (s/d, p.6). Dessa forma, podemos perceber que as relações entre seres humanos e o ambiente a sua volta, nos contextos ameríndios, se dão entre sujeitos, detentores de uma *humanidade* que é o denominador comum de todos os seres, ainda que potencialmente, e que se diferenciam através de seus

corpos, *naturezas* particulares dependentes dos pontos de vista perspectivos. Então, se planta é ou pode ser gente, como abordar a prática projetual que objetiva a vegetação e pressupõe uma liberdade de ação e ingerência sobre estes seres?

Nesse sentido, buscou-se aqui considerar, então, categorias ameríndias de constituição e organização espacial e de relações com vegetais, que pudessem nortear a concepção projetual do Jardim Etnobotânico relativa à cosmologia Guarani. De acordo com Matta (2016), cuja pesquisa se debruçou sobre os Araweté, povo tupi que habita o Médio Xingu, no Pará, e os modos ameríndios de conhecer as florestas, existem diversas relações que podem ser identificadas a partir dos vegetais e que nos dão pistas sobre como é compreendido o território deste ponto de vista. Assim, pode-se dizer que são identificados os domínios da floresta e da roça, cuja diferenciação é “marcada por estágios de sucessão dos vegetais, processo indicado não apenas pelo crescimento da vegetação, mas pela presença de diferentes seres, situação que remete, portanto, ao estabelecimento de relações específicas em cada um destes domínios” (MATTA, 2016, p.31). Ainda, é possível pensar nas categorias *plantado* e *não plantado*, que podem em certas situações se ligar, respectivamente, à roça e à floresta, mas que devem ser pensadas sempre em termos do agente responsável pela ação de

plantar e dos contextos relacionais ligados a tal ação. Isso porque não somente existem plantações dos humanos, mas também de outros seres, como, por exemplo, é o caso da cotia, que para os Araweté, é a responsável por plantar as castanheiras. Além disso, para os Araweté, existem ainda aquelas plantas que não foram plantadas por ninguém, que se criam sozinhas e simplesmente existem, mas nem por isso deixam de fazer parte dos diversos contextos relacionais suscitados pelos vegetais. Aqui, podemos citar a relação que é estabelecida entre alguns animais e vegetais que lhes servem como alimento, abrigo, etc, como é o caso da "floresta dos jabotis" ou "das antas", que marcam porções da floresta onde ocorrem determinadas espécies vegetais que são muito apreciadas por estes animais e por onde eles circulam preferencialmente, sem terem sido plantadas por eles (MATTA, 2016, p.29).

Dentro da esfera do *plantado*, encontram-se as plantas cultivadas pelos humanos, tanto no domínio da roça, como no domínio do quintal ou terreiro, área conjugada à "casa". Segundo Matta (2016, pp.32-33), "as plantas cultivadas na roça, como *awatjí* ("milho"), *madia* ("mandioca"), *karã* ("cará"), e as de quintal, como *iriku* (urucum), ingá, *nani* ("abacaxi") e *mumu* (mamão), plantadas principalmente pelas mulheres, pertencem àqueles que as

plantaram e são responsáveis por seus cuidados". Ainda, a marcação do domínio da aldeia, do quintal, passa pela limpeza da área onde esta é estabelecida, como pode-se perceber neste trecho,

Para os Jarawara, uma aldeia sem mato é uma aldeia bonita, arrumada, cuidada, e cada um é responsável pela parte em volta da sua casa. Inclusive, os Jarawara afirmam que existem lugares na floresta onde as plantas não crescem – que eles chamam de *boto*, terra limpa – e estas são localidades consideradas adequadas para a formação de novas aldeias. (MAIZZA apud MATTA, 2016, p.51).

Utilizando tais marcadores e categorias relacionais e contextuais, é possível uma aproximação de como se dá a percepção do território e sua organização nos contextos ameríndios, sempre tomando o cuidado de verificar a pertinência de sua aplicação para o contexto etnográfico específico. No caso dos Tupi Guarani, essas categorias parecem fazer sentido de um modo geral, de acordo com a minha breve observação em campo, porém seriam necessários estudos mais aprofundados para que seja possível afirmar sua total adequação a este contexto.

---

No município de Peruíbe, como já mencionado, existem duas Terras Indígenas demarcadas, a Terra Indígena Bananal e a Terra Indígena Piaçaguera. Em ambas, os indígenas ali residentes se identificam como Tupi Guarani, podendo haver casos em que as terras são compartilhadas com os Guarani Mbyá<sup>11</sup>. De acordo com a literatura antropológica, os Tupi Guarani são denominados como o subgrupo Guarani Nhandeva<sup>12</sup> ou Xiripá, o que não corresponde com a sua autoidentificação. É importante dizer que para os Guarani, tais denominações não representam o modo como eles próprios se identificam, porém acabam sendo eventualmente adotadas em suas relações com os não indígenas. Assim, *nhandéva* é a autodenominação de todos os Guarani, enquanto *xiripá* é atualmente um termo pejorativo, geralmente utilizado pelos Mbyá para se referir aos Tupi Guarani, em um sentido de marcar aqueles que são considerados “menos índios” (MAINARDI, 2010, p.23).

Os Tupi Guarani constroem sua etnia com base na *mistura*, na ideia de uma etnia que é fruto da mestiçagem entre Tupi e

<sup>11</sup> Segundo Budga Deroby Nhamiquara (2014, p.2462), residem na Terra Indígena Piaçaguera um total de 55 famílias Guarani Mbyá, nas aldeias Piaçaguera, Nhamandú Mirim, Taniguá, Kuaray e Tabaçu.

<sup>12</sup> Segundo a classificação proposta por Egon Schaden (1962), o povo Guarani se divide em três etnias, os Guarani Mbyá, os Guarani Nhandeva e os

Guarani. Desse modo,

segundo eles, o grupo Tupi, que engloba tanto os Tupiniquim como os Tupinambá, sempre foi da região litorânea. Em algumas falas, apresentam a localização geográfica desses grupos: a região entre Itariri – município do interior de São Paulo – e Bertioga seria dos Tupiniquim, e de Bertioga ao Rio de Janeiro, dos Tupinambá. (MAINARDI, 2010, pp.23-24).

De fato, tal localização coincide com os relatos dos cronistas do século XVI, como o de Hans Staden (2008, p.56), segundo o qual “[...] os Tupiniquins, cujo domínio se estende por cerca de oitenta milhas para dentro da terra [a partir de São Vicente] e cerca de quarenta milhas ao longo da costa. Ao norte e ao sul moram inimigos dessa tribo. Os inimigos ao sul são os Carijós, e ao norte, os Tupinambás”. Apesar da ideia corrente de que os Tupi não mais existiriam, segundo os Tupi Guarani isso não é verdade, “tendo em

Guarani Kaiowaá, cujas diferenças se dão, principalmente, no plano linguístico e das culturas material e não-material. No estado de São Paulo, estão presentes os Mbyá e os Nhandéva.

vista que existem muitos descendentes dos Tupi, ainda que estes estejam *misturados com os Guarani*" (MAINARDI, 2010, p.24, grifo da autora).

Os Guarani, por sua vez, e segundo os Tupi Guarani, chegaram posteriormente à região litorânea, vindos ou do Paraná, ou do Paraguai. De fato, existem relatos históricos que dizem respeito às migrações de povos Guarani, vindos do sul do Mato Grosso, desde o início do século XIX. Tais migrações, motivadas pela busca da Terra Sem Mal<sup>13</sup>, foram empreendidas pelos grupos dos taniguás, dos oguaúivas e dos apapocuvas, cuja jornada se deu em direção ao leste, passando por regiões dos estados do Paraná e São Paulo, até alcançar a região sul do litoral de São Paulo. Assim, segundo relata Hélène Clastres (1978, p.80), os taniguás foram os primeiros a alcançar o litoral, na região de Itariri, seguidos, posteriormente, pelos oguaúivas, que encontraram os taniguás e

então se dirigiram à Itanhaém<sup>14</sup>.

Em conjunto com a construção da etnia Tupi Guarani baseada na mestiçagem, temos o parentesco como principal marcador do que é ser Tupi Guarani. Assim, o que define quem é Tupi Guarani é o pertencimento à família Tupi Guarani através do parentesco. Além disso, como colocado por Mainardi (2010), tais relações de parentesco não são fixas, sendo atualizadas a todo momento, o que pode se perceber através das dinâmicas de mudança para outros lugares ou de criação de novas aldeias. Entre os Tupi Guarani e Guarani, é comum a criação de novas aldeias como forma de solucionar conflitos entre famílias e tal prática é usual também na Terra Indígena Piaçaguera. Desse modo, em 2010, quando da pesquisa etnográfica realizada por Camila Mainardi, havia duas aldeias em Piaçaguera<sup>15</sup>, a homônima Piaçaguera e Nhamandu Mirim. Atualmente, existem 9 aldeias estabelecidas, além das duas já existentes em 2010, e mais uma em formação:

---

<sup>13</sup> A crença na Terra Sem Mal é central na cosmologia Guarani. Falarei mais sobre a importância desta crença adiante.

<sup>14</sup> "Apenas um dos grupos oguaúivas conseguiria atingir o mar e estabelecer-se com os tanhiguás. Mais tarde, transferiu-se para um pouco mais longe, até Itaña'e (Itanhaém): contava quarenta pessoas em 1912" (CLASTRES, H., 1978, p.80). Como pode-se auferir a partir deste trecho, as migrações guaranis do

século XIX e início do XX foram jornadas muito difíceis, contando com diversos conflitos com o governo brasileiro e proprietários de terra, além de sofrer com inúmeras epidemias, o que acabava por dizimar a maior parte dos indígenas que delas participavam.

<sup>15</sup> Ao me referir à Terra Indígena Piaçaguera, utilizo também apenas Piaçaguera.

Tanigwa, Tabaçu Reko Ypy, Tekoa Porã, Purungawadju, Tekoa Kwaray, Tengwaeté, Gwyrajdja, Jaragwa, Aldeinha e Tapirema.

Por fim, é importante dizer que os Tupi Guarani de Piaçaguera encontram-se em um processo de *resgate cultural*<sup>16</sup>, que vêm se dando de forma mais intensa desde o início das questões de conflito territorial ligadas à demarcação da Terra Indígena de Piaçaguera. Conforme nos conta Mainardi (2010), o processo de demarcação começou em 2002, porém sofreu uma série de questionamentos jurídicos, que, em conjunto com investidas de empresários interessados em instalar um porto na região, acabaram alongando tal processo até 2016, quando finalmente ocorreu a homologação da T.I. Piaçaguera. A demarcação de um território como Terra Indígena está ligado com o cumprimento de exigências impostas pela sociedade não-indígena, que impõe a presença de traços tidos como *tradicionais* para o reconhecimento de uma sociedade como indígena, como, por exemplo, “uma língua particular, a realização de rituais, meios tidos como “tradicionais” de manejo da terra, agricultura rudimentar, caça, coleta, entre outros

caracteres presentes no imaginário das pessoas” (MAINARDI, 2010, p.21). Assim, o processo de *resgate cultural* pode ser entendido como o modo segundo o qual os Tupi Guarani respondem a essas demandas da sociedade não-indígena, mas que também atualiza o que se entende por *cultura indígena*, sendo um excelente exemplo de como a cultura não é algo estático e fixo ao longo do tempo, mas que se modifica no processo mesmo de manter-se viva. Como colocado por Sahlins (1997, p.126), “na luta contra o Leviatã moderno, a *continuidade das culturas indígenas consiste nos modos específicos pelos quais elas se transformam*”.

---

<sup>16</sup> Este é o termo empregado pelos próprios Tupi Guarani para se referirem a esse processo político de seleção do que é ou do que não é próprio de sua cultura, de construção dos parâmetros do que seria a identidade Tupi Guarani.

Nesse sentido, os Tupi Guarani de Piaçaguera têm construído esse processo de *resgate cultural* em torno da valorização da língua tupi guarani, de seus cantos e danças, de seu artesanato, enfim, daquilo que foi escolhido como características próprias de sua cultura e que é prioritariamente ensinado às crianças, estando este processo muito ligado aos espaços das escolas indígenas e da *owguatsu*<sup>17</sup>. O *resgate cultural* também se liga às plantas, na medida em que são valorizados os conhecimentos tradicionais de medicina, de artesanato e da espiritualidade que fazem uso da flora local, ancestralmente conhecida por esses indígenas.

### 5.3.1. Visita à aldeia Tapirema

Dentro do quadro do *resgate cultural*, algumas comunidades de Piaçaguera se organizaram, em parceria com o coletivo Cultive Resistência, para realizar vivências e atividades abertas ao público. Em junho de 2019, pude participar de uma dessas vivências, na aldeia Tapirema, cujo foco foi um curso de fitoterapia indígena. Tapirema é a aldeia mais nova de Piaçaguera e está sendo construída em um sítio costeiro, dando vistas ao mar. Assim, ali é

<sup>17</sup> A *owguatsu* é a casa de reza Tupi Guarani, onde ocorrem as concentrações espirituais, *mborai*, e a cerimônia de batizado, o *mongarai*, em que as crianças recebem seu nome tupi guarani.



Figura 10 - Vista da fitofisionomia de praias e dunas na aldeia Tapirema. Autoria: Mônica Bertoldi André.



Figura 11 - Vista da fitofisionomia de brejo de restinga na aldeia Tapirema. Autoria: Mônica Bertoldi André.

possível entrar em contato com algumas fitofisionomias típicas da restinga e que se encontram em um bom estado de conservação. Pode-se observar a vegetação de praias e dunas (Figura 10), de restinga arbustiva ou escrube, de brejo de restinga (Figura 11) e de floresta alta e floresta alta úmida de restinga. A paisagem ali observada é muito valiosa, pois se configura em dos poucos pontos do litoral centro paulista<sup>18</sup> em que praticamente todas as fitofisionomias de restinga ainda se encontram minimamente preservadas<sup>19</sup>.

Durante a vivência, que durou dois dias, participamos de aulas teóricas sobre espécies vegetais tradicionalmente utilizadas pelos Tupi Guarani, realizamos trilhas pela mata para reconhecer algumas das espécies em campo, participamos de alguns *mborai*, concentrações espirituais, e de rodas de conversa sobre tradições tupi guarani. Foi, sem dúvida, uma experiência muita rica, em que pude aprender muito e compreender um pouco mais sobre a relação

dessa comunidade indígena com as plantas.

Foi possível, então, perceber como esta relação é marcada pela cosmologia e espiritualidade Tupi Guarani, que dão o contexto da aplicação das plantas como elementos de cura e ritualísticos. É claro que aquilo que é revelado aos não-indígenas é apenas parte do universo espiritual e cosmológico indígena, aquilo que é considerado adequado para ser compartilhado com os *outros*, porém os Tupi Guarani parecem ser bastante abertos neste contato, mais do que os Mbyá Guarani, por exemplo. Assim, explicam abertamente sobre sua espiritualidade e fazem questão de nos apresentar aos cantos e danças de sua tradição.

Em relação às plantas medicinais, foi possível perceber que, apesar de serem utilizadas algumas espécies exóticas de grande difusão nas técnicas de fitoterapia, há uma grande ênfase na utilização de plantas “do mato”, como dizem eles próprios, daquelas espécies que são facilmente encontradas na mata e na beira das

<sup>18</sup> Faixa litorânea que se estende de Bertioga, ao norte, até Peruíbe, ao sul. Essa área compreende a Área de Proteção Ambiental Marinha do Litoral Centro.

<sup>19</sup> “É de se destacar que as formações de Praias e Dunas e Escrube foram quase que erradicadas da região em virtude da expansão urbana sobre as áreas mais próximas ao mar. Atualmente, tais formações ocorrem apenas em pequenos

trechos de Bertioga (a maior parte dentro do Parque Estadual Restinga de Bertioga) e em dois outros trechos ainda mais diminutos situados em São Vicente (na Praia de Paranapuã, inserida no Parque Estadual Xixová-Japuí) e em Peruíbe (na praia de Taniguá, inserida na Terra Indígena Piaçaguera)” (SMA, [2017?], p.10).

trilhas. As plantas exóticas, em contrapartida, são, no geral, cultivadas nos quintais das casas. Além disso, estes saberes são transmitidos pelos mais velhos, que os aprenderam com seus pais e avós, e buscam transmiti-los para os mais jovens. Como nos foi relatado, este processo de resgate dos conhecimentos da medicina tradicional indígena é relativamente recente e grande parte dos indígenas mais jovens antes recorria cotidianamente ao sistema público de saúde, deixando de lado as técnicas de tratamento tradicionais. Porém, a partir do fortalecimento do processo de *resgate cultural*, percebe-se um empenho coletivo em aprender as técnicas tradicionais com os mais velhos e, assim, possibilitar uma menor dependência da medicina dos não-indígenas.

Foram relatadas diferentes maneiras de preparo das plantas para a finalidade medicinal e ritual, sendo elas divididas em preparações para uso externo e energético e para uso interno. Nas preparações para uso externo e energético, temos os banhos, as macerações, as emulsões, as tinturas e as defumações, além da utilização das plantas *in natura*, quando adequado. Já nas de uso interno, temos as infusões, as decocções, os xaropes e as garrafadas, além das tinturas, que também podem ter usos internos. No caso das preparações de uso externo e energético, vale ressaltar os banhos e defumações, que possuem grande poder energético e são

muito utilizados pelos Tupi Guarani.

Em relação às espécies medicinais relatadas, temos uma predominância de espécies nativas do bioma Mata Atlântica (28 espécies, ou 2/3 do total), em relação às espécies exóticas (14 espécies, ou 1/3 do total). Além disso, do total de espécies citadas (42 espécies), apenas 5 espécies não são utilizadas também pelas comunidades caiçaras da região, sendo elas a cavalinha (*Equisetum spp.*), a espinheira santa (*Monteverdia truncata*), o genipapo (*Genipa americana*), o mulungu (*Erythrina mulungu*) e o tabaco (*Nicotiana langsdorffii*). Das 28 espécies nativas, 16 espécies ocorrem nas fitofisionomias de restinga, se destacando a **erva abre caminho** (*Lygodium volubile*), considerada uma planta de grande poder energético e espiritual, utilizada em banhos e defumações; o **araçá** (*Psidium cattleyanum*), do qual todas as partes possuem algum uso – das folhas, brotos e casca se faz chá contra diarréia, a folha mascada auxilia no tratamento da herpes, a madeira de seu tronco

pode ser utilizada para construir o altar<sup>20</sup> da *owguatsu*, a casa de reza, e para produzir o *petynguá*, o cachimbo sagrado -; a **areia** (*Schinus terebinthifolius*), que também possui propriedades espirituais, sendo utilizada em banhos, além de propriedades antifúngicas e antibacterianas; a **caninha do brejo** (*Costus spiralis*), cujo chá das folhas e caule é considerado purificador, além de ser empregado no tratamento de doenças do trato urinário, o **caraguatá** (*Bromelia antiacantha*), cujos frutos, além de serem comidos assados, são utilizados para fazer chás e xaropes para tratamento de doenças do sistema respiratório; a **erva de são pedro** (*Monstera adansonii* [?], *Heteropsis rigidifolia* [?]), de grande poder de limpeza energética, sendo utilizada em banhos, e a **embaúba** (*Cecropia pachystachya*, *Cecropia glaziovii*), cujo broto e frutos são empregados no tratamento de pressão alta, diabetes, asma e outros problemas respiratórios, além de possuírem propriedades cicatrizantes, e cuja madeira é utilizada para produzir o pau de chuva, instrumento tradicional indígena. As outras espécies nativas da restinga são a **carqueja** (*Baccharis trimera*), o **chapéu de couro** (*Echinodorus spp.*), a **erva baleeira** (*Cordia curassavica*), o **guaco**

(*Mikania glomerata*), o **maracujá** (*Passiflora edulis*), a **marcela** (*Achyrocline satureoides*), a **melissa** (*Lippia alba*), a **caapeba** (*Piper umbellatum*) e a **quebra pedra** (*Phyllanthus niruri*).

Estas espécies, nativas da fitofisionomia de restinga, foram as que tivemos oportunidade de reconhecer em campo, uma vez que, como a aldeia está em construção, ainda não havia ninguém morando lá na época do curso e, assim, não havia a presença das espécies exóticas, principalmente cultivadas nos quintais das residências. Inclusive, durante as trilhas para reconhecer a flora medicinal em campo, tomamos contato com outras espécies que não haviam sido citadas durante o curso, mas que também são bastante utilizadas tanto para fins medicinais, como para outros usos. Desse modo, podemos adicionar à lista de etnoespécies Tupi Guarani a **carobinha** (*Jacaranda puberula*), utilizada para fins medicinais, o **caju** (*Anacardium occidentale*), cuja casca pode ser utilizada em chás e garrafadas também para fins medicinais, o **cipó caboclo** (*Davilla rugosa*), utilizado no artesanato e, principalmente, para produzir os filtros do sonho, o **guanandi** (*Calophyllum*

<sup>20</sup> Segundo nos foi relatado, o altar da casa de reza é feito preferencialmente com madeira de cedro (*Cedrela fissilis*), porém não é mais tão simples ter acesso a essa madeira, que, além de não ocorrer nas fitofisionomias de

restinga, mas sim em alturas já um pouco mais elevadas, nas florestas ombrófilas submontanas e montanas, também é uma madeira cujo corte é proibido por lei.

*brasiliense*), cuja madeira é empregada na construção das casas e outras construções da aldeia, o **cambuí** (*Myrciaria floribunda*), com uso semelhante ao guanandi, além de seus frutos serem comestíveis, a **embira branca** (*Daphnopsis racemosa*), usada para produzir diversos objetos, como cordas, saias e corda para arco e flecha, devido às fibras muito longas da casca externa de seus ramos, a **orelha de gato** (*Tibouchina clavata*), cujo chá das folhas é empregado no tratamento de dores de dente, o **capim sapé**<sup>21</sup> (*Imperata brasiliensis*), cujas raízes têm uso medicinal e cujas folhas são usadas para cobertura de construções, e o **guaimbé** (*Philodendron bipinnatifidum*), cujas raízes fornecem uma fibra muito utilizada para produção de objetos e artesanato, além de ser medicinal.

---

<sup>21</sup> O capim sapé é uma espécie pioneira que, apesar de nativa, pode ser bastante prejudicial para a regeneração natural da vegetação, por ser uma espécie resistente ao fogo, surgindo em áreas degradadas ou que passaram por queimadas,

como no caso da utilização da técnica da coivara. Assim, o sapé impede que a diversidade de espécies aumente com o tempo, prejudicando o processo de regeneração natural das áreas degradadas (CÉSAR *et al.*, 2014; GARROTE, 2004).



Figura 12 - (A) Fruto do maracujá (*Passiflora edulis*); (B) Folhas e frutos da aroeira (*Schinus terebinthifolius*); (C) Araçá (*Psidium cattleyanum*).



Figura 13 - (A) Frutos do caraguatá (*Bromelia antiacantha*); (B) Erva de São Pedro (*Monstera adansonii* [?], *Heteropsis rigidifolia* [?]).



Figura 14 - (A) Inflorescência da caninha do brejo (*Costus spiralis*); (B) Orelha de gato (*Tibouchina clavata*); (C) Guaimbé (*Philodendron bipinnatifidum*).



Figura 15 - (A) Carobinha (*Jacaranda puberula*); (B) Cajueiro (*Anacardium occidentale*); (C) Cipó-caboclo (*Davilla rugosa*); (D) Folhas da erva-baleeira (*Cordia curassavica*).

### 5.3.2. As plantas e a cosmologia Guarani

É difícil encontrar pesquisas que se debrucem diretamente sobre os Tupi Guarani, ao contrário da abundância de trabalhos realizados sobre os Mbyá Guarani, seus costumes e cosmovisão. Assim, encontrar dados que esclarecessem a relação entre as cosmovisões dos dois subgrupos Guarani, se é que seja pertinente essa distinção, não foi uma tarefa simples. De qualquer forma, levo em consideração os apontamentos de Schaden (1974), para quem o esforço de compreender o povo Guarani na sua unidade, apesar das distinções em diferentes esferas da cultura dos subgrupos, era extremamente válida, uma vez que existe um “fundo comum de elementos idênticos ou semelhantes, em virtude do qual todos os bandos se apresentam como unidade em oposição a outras tribos, inclusive da família Tupí-Guaraní” (SCHADEN, 1974, p.14). Outra questão relevante é que, apesar de no município de Peruíbe predominar a etnia Tupi Guarani, em todo o litoral há a presença também dos Mbyá Guarani, e não se pode reduzir a territorialidade

Guarani à lógica ocidental de divisão territorial. Assim, se a proposta do Jardim Etnobotânico para as ruínas do Abarebebê é visibilizar as culturas tradicionais presentes, não apenas em Peruíbe, mas em toda a região do litoral sul paulista, em consonância com a proposta do Museu da Paisagem, então faz sentido buscar uma narrativa que considere a cosmologia Guarani em seu conjunto e na sua relação com as plantas.

Destarte, para a cosmologia Guarani, são centrais as ideias da pré-existência de uma Primeira Terra (*yvy tenondé*), criada através do movimento de auto-evolução de *Ñamandu* e, posteriormente, destruída por um Dilúvio universal, o qual marca a cisão entre o divino e o humano, e a aparição da terra nova (*yvy pyau*), morada terrestre e imperfeita da humanidade, separada pelos mares da morada divina, a Terra Sem Males<sup>22</sup> (*yvy marae'y*) (CLASTRES, P., 1990; CICCARONE, 2011). Ainda, a busca pela volta à condição de unidade com o divino se reflete na permanente busca da Terra Sem Males, que em conjunto com outras variáveis<sup>23</sup>, moldam o modo

um lado a Terra Sem Mal, morada divina da vida eterna, e de outro a terra feia, morada terrestre demais dos que ainda se querem eleitos” (CLASTRES, P., 1990, p.46).

<sup>22</sup> “[...] situações históricas de conflito e confisco de terras, dinâmicas sociais e redes de parentesco, assim como concepções, conhecimentos territoriais

<sup>22</sup> “O fim da primeira terra é a disjunção do humano e do divino, a ruptura de sua boa vizinhança, a explosão do Um, que, dividido, reparte-se desde então, de um lado e de outro, em uma fronteira além da qual permanecem os deuses. Imagem simbólica da separação, ao mesmo tempo obstáculo real do retorno em direção ao não-separado: a grande água, o mar, cujas margens opostas abrigam doravante de

guarani de ser e estar no mundo, intimamente ligado à liberdade de movimento pelo território. Este caminhar (*oguata*), constitui uma prática que foi passada ao povo Guarani pelas divindades, através de narrativas míticas, para que vivam segundo seu sistema de valores e condutas (CICCARONE, 2011). Pode-se, então, perceber como tal sistema (*reko*), que molda seu modo de ser (*teko*), está intimamente ligado às narrativas míticas.

Nesse sentido, os mitos guarani nos revelam também uma profunda conexão com a paisagem de ocupação tradicional do povo Guarani, com referências à flora, fauna e feições geomorfológicas que remetem a esse território que se estende desde o Paraguai, sul do Mato Grosso do Sul e partes da Bolívia, até o litoral sul e sudeste do Brasil, partes da Argentina (província de Misiones) e do Uruguai. Para realizar essa breve análise da presença de determinadas espécies vegetais e sua simbologia nas narrativas míticas guarani, utilizei a coletânea de relatos mitológicos organizados por Pierre Clastres (1990), no livro *A Fala Sagrada*, onde foram reunidas diferentes versões de cada um dos episódios míticos estruturantes da cosmovisão guarani, recolhidos por ele próprio entre alguns

---

e critérios para a eleição dos espaços ocupados [...]” (GARLET, 1997; LADEIRA, 2001 *apud* CICCARONE, 2011, p.141), são outras variáveis que influem nos movimentos

grupos Mbyá Guarani, em conjunto com relatos levantados por outros antropólogos e por cronistas do período colonial. Assim, é possível ter uma visão minimamente abrangente sobre as variações que ocorrem na narração dos episódios entre diferentes grupos e mesmo temporalmente, contudo ainda mantendo a unidade estrutural que conforma um conjunto coeso e afim.

Comecemos, então, com a narrativa do aparecimento de *Ñamandu*, divindade primeira da cosmologia guarani, cujo autodesdobramento marca a superação das trevas pela luz que ele próprio emana. Nesse movimento que supera as trevas da noite e o vento originário, vento de morte, surgem os **ipês** (*tajy - Handroanthus spp.*), que com sua floração marcam a chegada dos tempos novos, tempos de calor e vida. Aqui, temos a primeira planta que marca um episódio mítico, representando uma ponte entre os acontecimentos do tempo mitológico e aqueles do tempo presente, da vida terrena. Dessa maneira, o ipê, com sua floração que ocorre, em geral, no fim do inverno, marca, de fato, a vinda da primavera e da época do ano em que cessa o gélido vento sul, em que são feitas as roças e se anuncia a abundância.

migratórios empreendidos pelos guaranis, desde tempos pré-coloniais até os dias atuais.

A seguir, narra-se o surgimento dos humanos, que são um desdobramento de *Ñamandu*, que se desdobra em Palavra (*ayvu*), o fundamento da humanidade. Nesse episódio, anterior ao surgimento de *ayvu*, é a criação da chama e da bruma como seu signo, representantes do novo tempo, de eterno calor vital. Pois bem, a representação da bruma original, signo desse calor e caminho de conexão entre humanos e deuses, é a fumaça do **tabaco** (*pety - Nicotiana spp.*), planta largamente utilizada por diversos povos ameríndios e que, entre os Guarani, possui este profundo significado cosmológico e espiritual.

Após os relatos da teogênese e da antropogênese, segue a narrativa mítica do desdobramento da Primeira Terra, lugar onde humano e divino estão em unidade. Nesse processo, *Ñamandu* apoia sua futura moradia terrena sobre cinco **jerivás** (*pindovy - Syagrus romanzoffiana*), quatro deles em cada um dos pontos cardeais e o quinto, sob o centro do leito terrestre. Esta Primeira Terra é destruída por um dilúvio, provocado por uma relação incestuosa, e que produz o fim desta era em que humano e divino se encontravam unidos. No episódio do dilúvio, em meio à fuga para se salvarem das grandes águas, os homens e animais se preparam. Em uma das narrativas, *Guyrapoty* guia sua família em direção ao leste, para que se salvem do desastre. Neste processo, ele faz surgir

a futura alimentação, e sacudindo “seu corpo [...] fez cair **milho, batatas doces** e bolachas de **mandioca**” (CLASTRES, P., 1990, p.52 – grifo meu). De fato, tais alimentos constituem a base da dieta guarani, até os dias de hoje.

Em seguida à destruição da Primeira Terra, *Ñamandu* pede às divindades menores que criem a nova terra, *yvy pyau*, ficando a cargo de *Jakaira* tal movimento. *Yvy pyau* será um local de infelicidade, mas que, no entanto, graças à presença da chama e da bruma, será habitável. *Jakaira* cria então, de fato, o **tabaco** (*pety - Nicotiana spp.*), chamado o esqueleto da bruma, capaz de oferecer a proteção e a conexão com o divino que confortarão os “belamente adornados”, os “eleitos” de *Ñamandu*, aqueles que possuem a palavra-alma, *ayvu*, como fundamento de sua existência.

Por fim, é nesta nova terra, imperfeita e má, que se dão as aventuras dos gêmeos, Sol e Lua, irmão mais velho e irmão mais novo dos que hoje habitam esse mundo. As peripécias e obstáculos vividas pelos dois, segundo Pierre Clastres (1990), poderiam remeter ao que seria o destino dos homens em sua existência na *yvy pyau*, porém aludindo à possibilidade de superação desta condição, uma vez que Sol e Lua, por fim, retornam à morada divina de seu pai. Assim, “o teste das crianças-deuses prefigura o dos homens, mas

seu sucesso final dá aos índios a confiança de ouvir um dia o chamado dos divinos" (CLASTRES, P., 1990, p.61). Além disso, as ações de Sol e Lua constituem um conjunto de passagens que conformam em parte a atual conduta guarani, podendo tais personagens serem entendidos dentro da categoria dos heróis-civilizadores, que figura na estrutura mitológica de praticamente todos os povos tupi-guarani como entidades que ensinaram aos indígenas os atributos da civilização.

Na narrativa das aventuras dos gêmeos, as plantas aparecem desde o início. Quando ainda estão no ventre de sua mãe, pedem para que ela colha flores pelo caminho, enquanto ela segue em busca do pai<sup>24</sup> dos gêmeos. De acordo com o relato, diferentes flores são citadas, sendo elas a **flor de íris** (*Neomarica spp.*), a **helicônia** (*peguaho* – *Heliconia spp.*) e o **maracujá** (*mburucuja* – *Passiflora spp.*). Enquanto colhe as flores, a mãe é picada por uma vespa e se irrita com os filhos, que então param de guiá-la no caminho certo para que encontre seu pai. Assim, ela acaba por chegar à morada dos jaguares, onde é devorada. Os jaguares, contudo, não são capazes de

devorar as crianças, que passam a ser criadas por eles. Já crescidos, descobrem que os jaguares mataram sua mãe, enquanto caçavam pássaros. Nesse momento aparece o **guaimbé** (*guembepi* – *Philodendron bipinnatifidum*), de cujas raízes faziam a armadilha para capturar os pássaros. Após a descoberta, planejam a vingança contra os jaguares, conseguindo enganá-los e matar quase todos. No entanto, uma jaguar fêmea, que estava prenhe, sobreviveu e, por isso, os jaguares ainda habitam este mundo.

Depois de sua vingança, Sol e Lua vagam pela terra, e em uma de suas andanças, Sol apresenta à Lua várias frutas e a forma pela qual devem ser consumidas. Primeiro, a **guavira** (*Campomanesia guavira*), descrita como um fruto vermelho e de casca dura na base, que não deve ser consumido cru. Em segundo, os frutos do **jerivá** (*pindovy* – *Syagrus romanzoffiana*), os quais podem ser consumidos *in natura* e são muito apreciados por Lua. Depois, aparece o **guaviju** (*Myrcianthes pungens*), que, de acordo com Sol, também não devem ser consumidos crus. Por fim, surge o **aguai** (*Chrysophyllum gonocarpum*), descrito como um fruto alongado e

---

<sup>24</sup> Os gêmeos não são filhos do mesmo pai, sendo Sol filho de *Ñanderuvusu* e Lua filho de *Ñanderu Mbaekuaa*. Nesta passagem, a mãe sai em busca de seu marido, *Ñanderuvusu*. Em outra versão, a mãe está grávida apenas de Sol (*Pa'i*) e

este cria Lua para ser seu companheiro a partir de uma folha da árvore *kurupike'y*, que não pude identificar qual planta seria.

amarelo, que só deve ser consumido depois de cozido.

Em outro episódio, Sol encontra-se com *Charia* ou *Añä*<sup>25</sup>, que estava caçando quatis. Quando este avista Sol, que estava sobre uma árvore **guavira**, atira-lhe uma flecha. Sol, se fingindo de morto, é apanhado por *Charia* e colocado no fundo de seu cesto, embaixo dos quatis que este havia caçado. Quando *Charia* faz uma pausa para pescar, Sol sai do cesto e foge, colocando uma pedra em seu lugar. Assim, ele consegue enganar *Charia* e escapar de seu domínio. Há outro episódio em que a presença de *Charia* e de quatis está relacionada, porém neste caso Sol, ao escapar de *Charia*, cai sobre um **cedro** (*yary* - *Cedrela fissilis*) carregado de frutos.

Em outra aparição de *Charia*, conta-se a origem do **timbó**, nome dado à diversas espécies vegetais das famílias Fabaceae e Sapindaceae, utilizadas para atordoar os peixes e facilitar a pesca. Assim, conta-se, Sol já tinha filhos. Pedia a um deles que lavasse seus pés quando queria comer peixe e, desse modo, todos os peixes morriam. *Charia* viu tal feito e pediu a Sol que emprestasse seu filho para que ele também pudesse pescar e comer peixes. Eis que *Charia* o levou para a floresta, o golpeou na cabeça e levou até as margens

de um rio. Ali golpeou todo o corpo do menino, como se faz hoje com o cipó timbó. Sol, então, ficou furioso e lutou com *Charia*. Porém, Sol saiu vitorioso e, assim, é que existem até hoje os eclipses solares (CLASTRES, P., 1990).

Há também a passagem que conta sobre a criação da filha de Sol a partir de um cesto. Não há nenhuma menção direta a alguma planta, mas podemos relacionar tal episódio com a **taquara** (*Merostachys spp.*), cujas fibras são muito utilizadas para a confecção de cestos.

Por fim, narra-se o episódio em que o jaguar se deparou com o arco de Sol em seu caminho. Ao manipulá-lo, recebeu um forte golpe no rosto, e do arco surgiu a árvore de **jenipapo** (*genipa* - *Genipa americana*).

<sup>25</sup> Ser maligno que por diversas vezes causa transtornos aos gêmeos, frustrando ou dificultando suas ações.



Figura 16 - Jerivá (*pindovy* - *Syagrus romanzoffiana*) no terreno das ruínas. Autoria: Mônica Bertoldi André.



Figura 17 - Frutos do jenipapeiro. Autoria: Mônica Bertoldi André.

## 5.4. Apontamentos sobre a cultura caiçara

No litoral dos estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e, até mesmo, Santa Catarina, desenvolveu-se uma cultura peculiar, fruto dos contatos entre europeus e indígenas, iniciados durante o século XVI, e que recebeu a denominação de caiçara. *Kaai'sa*, palavra de origem indígena tupi, significa “cerca de ramos, fortificação para vedar o trânsito” (HOUAISS, 2000). Como nos relata Hans Staden (2008, p.69), a caiçara era “fortificação de grossos e longos varapaus” que cercava os assentamentos indígenas, utilizadas como proteção contra seus inimigos. Segundo Alice Branco (2005, p.22), o termo também possui significados regionais que variam entre “cerca de ramos feita junto à margem dos rios ou igarapés”, ‘armadilha para apanhar peixes (cerco)’, ‘abrigos ou esconderijo onde fica emboscado o caçador’, ‘abrigos para barcos’”.

A cultura caiçara se caracteriza, então, por essa mestiçagem entre costumes europeus – sobretudo portugueses – e indígenas – sobretudo de origem tupi. É uma cultura que se desenvolveu na restinga litorânea, entre a Serra e o Mar, se conformando a esse ambiente e se desenvolvendo em profundo equilíbrio com o meio. O conhecimento da mata e dos rios, as técnicas de construção das habitações, de agricultura, de produção de artefatos de uso

doméstico e costumes culinários mantiveram-se bastante próximos dos costumes indígenas, incorporando alguns traços europeus, principalmente nas técnicas de construção naval, elementos culinários e receitas medicinais, na religiosidade e nas festas. Elementos de culturas africanas estão presentes também, mas em menor grau, uma vez que a incorporação destes elementos foi tardia, sobretudo durante o século XIX, com o lento processo que levou, finalmente, à abolição da escravidão negra. Por sua origem mestiça, a cultura caiçara já se insere, de certo modo, na cosmologia ocidental, o que se percebe mais fortemente na religiosidade cristã professada pelas comunidades caiçaras. Dessa maneira, falar sobre esta cultura não exige a mesma operação de mudança de ponto de vista e relativização de nosso próprio modo de pensar ocidental, movimento esse fundamental para falar sobre as culturas ameríndias. Apesar disso, não se pode ignorar que a cultura caiçara está também bastante distante da cultura urbano-industrial da modernidade ocidental e que, por isso, suas peculiaridades não podem ser diminuídas somente pelo fato de estar cosmologicamente mais próxima desta cultura ocidental.

Neste trabalho, não tive a oportunidade de estabelecer contato com a comunidade caiçara de Peruíbe, presente na Barra do Una, assim como o fiz com a comunidade indígena de Piaçaguera.

Desse modo, os dados e informações aqui levantados se baseiam em pesquisas realizadas por outrem, mas que, sem dúvida, forneceram uma base muito sólida para se pensar a relação entre as comunidades caiçaras e as plantas. O que se pode perceber é que há um grande interesse por parte da disciplina da Etnobotânica com relação às comunidades caiçaras, havendo uma extensa e rica bibliografia sobre o tema, sobre a qual me apoio para realizar os apontamentos a seguir.

Assim, alguns traços fundamentais da cultura caiçara são a profunda relação com as águas, de rio e do mar, onde é praticada a pesca, antigamente com as canoas de um pau só, construídas a partir do tronco de uma só árvore, e atualmente já com barcos a motor, de fibra de vidro ou outros materiais industrializados; a agricultura de coivara, "forma indígena de cultivo da terra na qual o terreno é parcialmente limpo pela derrubada das árvores, as galhadas são queimadas e os tocos e restos são deixados sobre o solo" (BRANCO, 2005, p.95), produzindo a mandioca, o milho, o feijão, espécies nativas, e o arroz, a cana de açúcar e o café, posteriormente, plantas trazidas pelos europeus. Eram cultivados também outros gêneros alimentícios e ainda coletadas muitas frutas, palmito e o que mais fosse de interesse na mata. Além disso, a forma de organização e trabalho da sociedade caiçara estavam assentadas

nas relações de vizinhança e solidariedade entre os núcleos familiares, sendo o trabalho nas roças e as grandes pescas realizados através de mutirões.

A partir do século XX, com o desenvolvimento e o progresso "civilizatórios" da modernidade, que geraram a expansão das cidades, o estabelecimento da indústria pesqueira e de monoculturas de exportação, a construção de estradas de ferro e rodovias e a criação da legislação restritiva ambiental, a cultura e o modo de vida caiçaras se viram cada vez mais ameaçados, relegados à marginalização e ao esquecimento. Os caiçaras perderam suas condições de subsistência e se viram obrigados a se tornar empregados em suas próprias terras, ou então, a desenvolver uma produção artesanal para o turismo, se inserindo forçosamente nas relações de produção capitalistas e se submetendo à cultura urbano-industrial organizada "a partir de leis, empresas e o poder do Estado" (BRANCO, 2005, p.23).

De qualquer forma, mesmo tendo sofrido duros golpes, a cultura caiçara ainda resiste, dentro de suas possibilidades. E é preciso preservar o que ainda resta e resgatar o que for possível desta cultura tão rica e que tanto tem a nos ensinar sobre o modo como nos relacionamos com nosso ambiente e como estruturamos

nossas relações sociais. A região do litoral sul de São Paulo, onde se encontra o município de Peruíbe<sup>26</sup>, ainda apresenta algumas comunidades caiçaras, que se esforçam para manter seus modos tradicionais de vida e transmitir sua profunda sabedoria aos mais jovens. De Itanhaém à Cananéia, são diversas comunidades através das quais ainda é possível ter contato com diversos traços da cultura caiçara. Assim, neste litoral sul, onde existem vastas planícies litorâneas e “amplos rios de planície, fartamente piscosos e mais fáceis de lidar do que o mar aberto e ressacado” (BRANCO, 2005, p.30), estes caiçaras, que se especializaram na pesca nos rios e na agricultura, apesar do solo pobre da restinga litorânea, seguem reproduzindo seus costumes e crenças, contrariando a suposta inevitabilidade da “marcha do progresso”.

#### 5.4.1. As plantas e o universo caiçara

A cultura caiçara se relaciona profundamente com as plantas. É delas que se produz grande parte dos artefatos de uso doméstico, das construções tradicionais, dos utensílios e ferramentas de trabalho, além de serem fundamentais na alimentação e nas técnicas medicinais. Grande parte deste

conhecimento acerca dos usos da vegetação local é herança da sabedoria indígena, absorvida por este povo como forma de se adequar ao meio onde se desenvolveu seu modo peculiar de vida. Portanto, existem muitos paralelos entre a etnobotânica caiçara e a indígena tupi e guarani.

A cultura caiçara transita entre as paisagens da Mata Atlântica, da restinga litorânea e dos mangues, se utilizando fartamente da vegetação específica de cada um destes biomas. Além disso, incorporou também espécies trazidas pelos europeus, de diferentes partes do mundo, principalmente na alimentação e na preparação de receitas medicinais.

A casa tradicional caiçara era construída diretamente sobre a areia da restinga, utilizando troncos de **jerivá** (*Syagrus romanzoffiana*) ou **juçara** (*Euterpe edulis*) em sua estrutura, duas palmeiras muito comuns na restinga e Mata Atlântica costeiras. As paredes eram feitas com ripas destas palmeiras, bambus, taquaras ou madeira de “salvados” – madeiras que davam na praia, trazidas pelo mar. O telhado era coberto por **sapé** (*Imperata brasiliensis*), **junco** (*Juncus spp.*), **piri** (*Cyperus spp.*) ou folhas de palmeira –

---

<sup>26</sup> Em Peruíbe, temos a presença das comunidades caiçaras da Barra do Una e da Praia do Una, no interior da Estação Ecológica Juréia-Itatins.

principalmente a **guaricanga** (*Geonoma spp.*), que possui folhas largas e que ganham grande resistência quando curtidas pela fumaça dos fogões a lenha. Ainda, todas as casas possuem um quintal, onde não há cercas que o dividam dos quintais vizinhos. Nesse quintal,

que se estende, da porta da cozinha até a fímbria da mata nativa ou da roça de cultivo, a família caiçara tem um forno redondo para assar os pães e bolos, o tráfego de farinha sob um telheiro de sapé ou guaricanga, a tina de roupa, o estendal, a horta cercada com cerca de bambu (a velha paliçada ou 'caiçara' indígena) para protegê-la das galinhas, o telheiro para guardar a canoa (este também denominado 'caiçara', por analogia ao uso do bambu e da palha), os remos, as redes pesca. (BRANCO, 2005, p.93).

Na roça caiçara, o principal cultivo é, sem dúvida, a **mandioca** (*Manihot esculenta*). Cultivo de origem indígena, da mandioca se faz a farinha que é a base da alimentação caiçara. Cultiva-se tanto a mandioca brava como a mansa, e é no *tráfego de farinha*, que "corresponde a toda a estrutura e técnica de produção da farinha de mandioca, desde o cultivo até a secagem desta no fogão a lenha até

a finalização da farinha torrada e da farinha azeda" (BRANCO, 2005, p.97), que se dá essa intensa produção. Outros cultivos da roça caiçara são o feijão, o milho, o arroz, a abóbora, entre outros.

Outra dimensão fundamental da cultura caiçara é sua relação com a água: os mares e rios. A pesca é central na alimentação caiçara e, desde o século XX, também se tornou um elemento importante no sustento das famílias caiçaras. Uma das ferramentas mais importantes para a pesca do caiçara é a rede, tradicionalmente trançada com fios de **tucum** (*Bactris setosa*), palmeira típica da restinga de mata atlântica. As técnicas de obtenção da fibra e manufatura de fios com o tucum são de origem indígena, sendo incorporados diferentes tipos de rede após o contato com o colonizador português. Ainda, se monta o cerco no leito de rios e córregos, uma "cerca de estacas bem juntas" (BRANCO, 2005, p.165) que serve de armadilha para apanhar os peixes.

Para realizar a pesca, o meio de locomoção tradicional eram as *canoas de um pau só*. Estas canoas são escavadas no tronco de uma só árvore, de onde vem seu nome. Também recebem outras denominações, de acordo com a região, como *piroga*, *ubá*, *igara*, *de embono*, entre outros. Esse tipo de canoa se espalha Brasil afora, sendo um importante meio de locomoção para diversos povos

tradicionais e variando nas suas formas de entalhe e contorno do casco, no tamanho e nas madeiras usadas de acordo com a região onde são encontradas. Suas técnicas de construção são de uma herança híbrida – “escavadas com fogo, quando feitas pelo indígena, ou com o machado e a enxó, da herança portuguesa” (BRANCO, 2005, p.72). Antes movidas a remos ou pela força da correnteza, hoje são movidas pelo motor a combustão. Além disso, é cada vez mais raro encontrar canoas de um pau só esculpidas nos troncos, pelos impedimentos da legislação ambiental e pela escassez de artesãos que mantenham esse saber. Algumas das madeiras utilizadas pelos caiçaras para esculpir as canoas de um pau só eram o **guapuruvu** (*Schizolobium parahyba*), o **cedro** (*Cedrela fissilis*), o **embiruçu** (*Eriotheca pentaphylla*), o **guanandi** (*Calophyllum brasiliense*), o **araribá** (*Machaerium villosum*), a **canela-preta** (*Ocotea spp./Nectandra spp.*), a **guaricica** (*Vochysia bifalcata*), entre outras.

## 6. Um projeto para as Ruínas: o Jardim Etnobotânico do Abarebebê

A partir dos inúmeros dados e materiais aqui levantados e organizados, foi possível chegar à proposição de um projeto da paisagem em que a relação entre a cultura e a vegetação é protagonista. Não apenas isso, a singularidade da paisagem litorânea, em sua íntima e profunda relação com as populações indígenas e caiçaras, é o fio condutor deste projeto. Assim, a paisagem da restinga e sua vegetação são poeticamente mimetizadas para criar uma narrativa que transporte o visitante aos universos caiçara e guarani – Tupi Guarani e Mbyá – e, assim, o sensibilize para a presença destas culturas tradicionais no litoral de São Paulo e sua relação de profunda troca com o território, buscando suscitar questionamentos sobre as formas próprias do pensamento ocidental e do sistema capitalista de se relacionar com o meio ambiente e com as culturas não-ocidentais, e despertar novas consciências para o tema.

## 6.1. Inspirações

Como ponto de partida, é importante frisar que a ideia de um jardim etnobotânico surgiu a partir do momento em que tive contato com o *Jardín Etnobotánico* de Oaxaca, no México, através de fotografias e reportagens, e com o *Jardín Etnobotánico* de Loreto, no Equador, através de um artigo acadêmico<sup>27</sup>. Ambos foram concebidos como espaços estruturados através de espécies vegetais culturalmente significantes para os povos autóctones de cada região.

Assim, o *Jardín Etnobotánico* de Oaxaca foi o primeiro a utilizar a proposta da etnobotânica como fio condutor de montagem e exposição de seu acervo, reunindo mais de 1000 espécies nativas da região de Oaxaca, no México. Além disso, está localizado na área externa do Convento de Santo Domingo, construção colonial que, assim como as Ruínas, se insere no contexto de contato cultural euro-indígena e de criação de uma cultura mestiça. Sua concepção

e desenho se propunham a utilizar “asociaciones vegetales, tal como crecen en la naturaleza y son conocidas y aprovechadas por la gente”<sup>28</sup> (LA REDACCIÓN, 2003). Além disso, a própria arqueologia do lugar inspirou as composições, como, por exemplo, “los restos de un horno para fabricar loza. Alrededor de él se plantaron especies usadas tradicionalmente en las artes y oficios de Oaxaca: plantas que sirven para teñir, fibras de algodón y agave y chichicastle”<sup>29</sup> (LA REDACCIÓN, 2003). O *Jardín Etnobotánico* de Loreto, por sua vez, tem como foco as plantas culturalmente significantes para os Kichwa, povo indígena do cantão de Loreto, no Equador. O *Jardín* foi implantado em meio a uma área de mata secundária de 1,5ha e seu desenho é estruturado segundo áreas que concentram determinadas categorias de uso das espécies vegetais, como, por exemplo, uma área para as plantas medicinais, outra para as alimentícias, e assim por diante, em uma estruturação semelhante ao *Jardín Etnobotánico* de Oaxaca.

Outra inspiração foi o projeto do Museu da Paisagem,

<sup>27</sup> INNERHOFER, Susanne; BERNHARDT, Karl-Georg. Ethnobotanic Garden design in the Ecuadorian Amazon. In: **Biodiversity and Conservation**, v.20, ed.2, p.429-439, fev.2011.

<sup>28</sup> “associações vegetais, tal como crescem na natureza e são conhecidas e aproveitadas pela gente” (tradução da autora)

<sup>29</sup> “os restos de um forno para fabricar louça. Ao redor dele se plantaram espécies usadas tradicionalmente nas artes e ofícios de Oaxaca: plantas que servem para tingir, fibras de algodão, agave e chichicastle” (tradução da autora)

elaborado no âmbito do já citado Projeto Arqueológico, Antropológico, Histórico, Ecológico, Museológico e Turístico do município de Peruíbe, do MAE-USP, que foi realizado durante os anos 1990, após o tombamento das ruínas pelo CONDEPHAAT em 1984. Este projeto, de autoria do arquiteto e professor Paulo Bastos, desenhava um museu que acolheria não só os materiais encontrados ali no sítio arqueológico do Abarebebê, como também outras peças de valor histórico-artístico localizadas na região, incluindo também as próprias ruínas consolidadas como parte do acervo. Assim, “seu objetivo básico é constituir um centro de pesquisa, de referência e divulgação do conhecimento acerca das relações entre homem e meio, na região” (UCHOA; BASTOS, 1997). Além disso, foi proposta uma praça observatório, dedicada à percepção de fenômenos astronômicos simples, como o início das estações a partir da posição do sol e de outras estrelas, que é um ponto de partida valioso para se pensar as áreas do entorno das ruínas.

Além disso, a ideia de um Museu da Paisagem vai ao encontro da concepção de paisagem enquanto algo culturalmente constituído, conformado na interrelação dos seres humanos com o seu território, assumido neste trabalho. Tal entendimento está presente no conceito de *Paisagem Cultural*, proposto pelo IPHAN, e

segundo o qual esta configura “uma porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores” (IPHAN, 2009). Nesse sentido, a paisagem na qual se inserem as ruínas da igreja do Aldeamento de São João Batista pode ser incluída nesta categoria, pois guarda em si diversas camadas que evidenciam diferentes temporalidades e formas de atuação do ser humano sobre ela, desde os sambaquis até a atual ocupação urbana litorânea. Dessa forma, o projeto de um jardim etnobotânico para a área externa do Museu da Paisagem é uma proposição que visa complementar a concepção museográfica da paisagem enquanto elemento cultural que integra seu acervo, testemunha da cultura imaterial da região litorânea de São Paulo.



Figura 18 - Implantação do projeto do Museu da Paisagem, em fase de Anteprojeto. Autoria: Arq. Paulo Bastos e equipe.

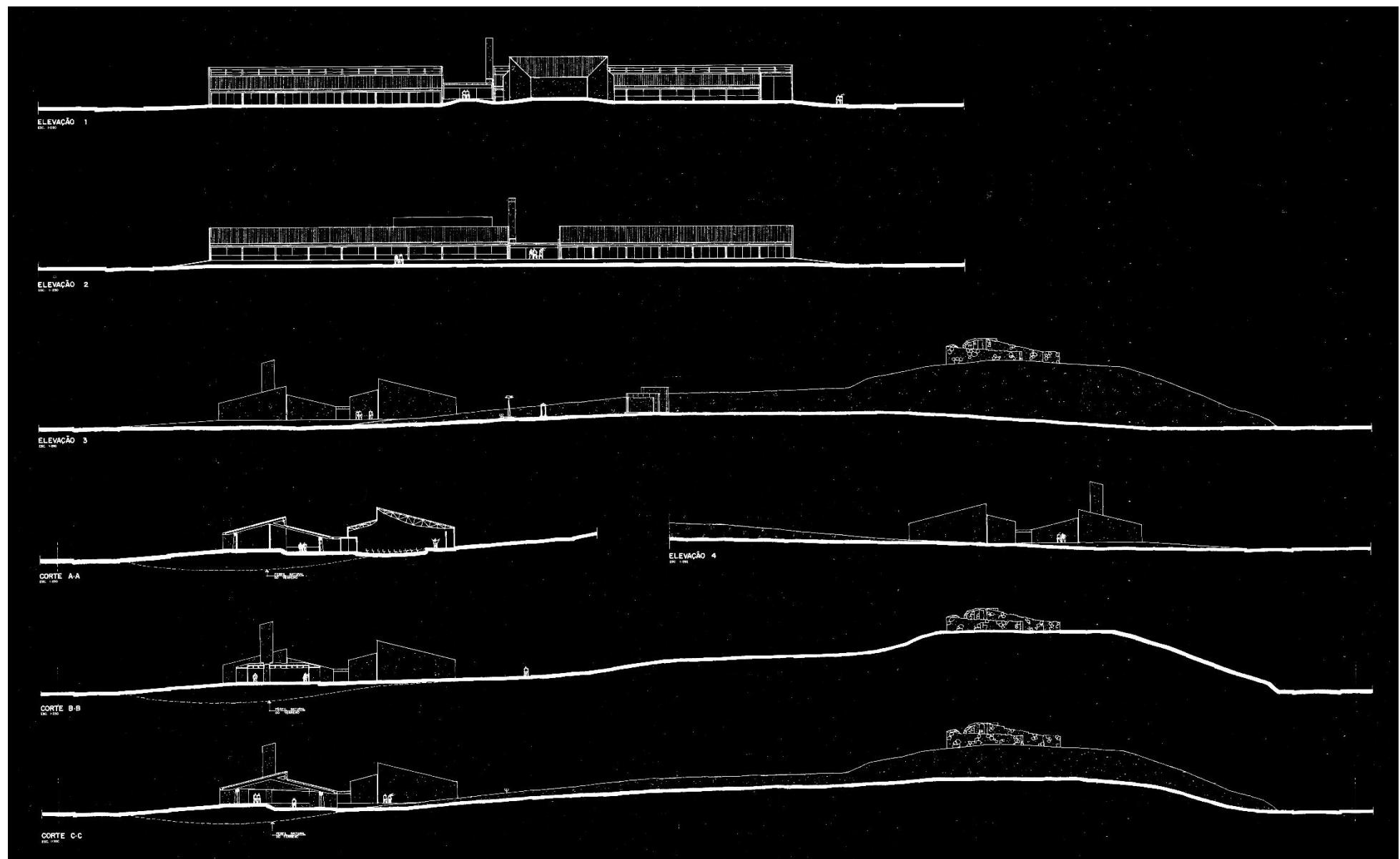


Figura 19 - Cortes e elevações do projeto do Museu da Paisagem, em fase de Anteprojeto. Autoria: Arq. Paulo Bastos e equipe.

## 6.2. Jardim Etnobotânico do Abarebebê

O projeto do Jardim Etnobotânico parte do projeto do Museu da Paisagem, considerando o museu como parte essencial na estruturação do espaço do sítio das ruínas, uma vez que se configura como uma infraestrutura de base, oferecendo salas para pesquisa e documentação, laboratório, salas de aula, biblioteca, lanchonete, auditório e sanitários, além do salão de exposição. Além disso, possui um desenho bastante sensível em relação à paisagem das ruínas, apresentando varandas que se estendem por todas as fachadas, interior e exterior, convidando a um passei pelo sítio. Sua horizontalidade e os materiais que são utilizados também contribuem para tanto. Assim, o projeto do edifício do Museu da Paisagem foi considerado assim como desenhado pelo arquiteto Paulo Bastos e sua equipe. Outra questão importante que está presente no projeto do museu é o acesso ao terreno, que se dá pela rua Dr. João Atalla; atualmente, o acesso é feito pela rua do Mosteiro, porém nesta proposta é considerada a mudança deste para a rua Dr. João Atalla, seguindo o proposto pelo desenho do museu, uma vez

que é uma rua mais larga e comportaria melhor o aumento no fluxo de visitantes que ocorreria caso fossem implementados os projetos<sup>30</sup>.

Além de considerar o projeto do Museu da Paisagem, a proposição do Jardim Etnobotânico do Abarebebê segue outras diretrizes fundamentais para a estruturação de seus espaços. A primeira delas diz respeito a levar em consideração os atributos geomorfológicos e pedológicos do terreno, buscando alterar o mínimo possível a topografia existente e considerá-la, em conjunto com as características físico-químicas do solo, para a definição das fitofisionomias que poderiam ocorrer em cada área do terreno. Em relação às características do solo, seria necessária a realização de amostragem e análises laboratoriais para um maior detalhamento e precisão das informações, porém, como se trata de um estudo preliminar, utilizei as observações de campo para fundamentar os dados pedológicos que considero. Em segundo lugar, organizar a vegetação de acordo com as fitofisionomias definidas preliminarmente e com categorias de percepção ambiental locais,

---

<sup>30</sup> De qualquer forma, seria necessário um estudo específico acerca do impacto que seria gerado no tráfego, uma vez que, conforme a Lei de Uso do Solo de Peruíbe e do Código de Obras e Edificações de Peruíbe, a quantidade mínima de

vagas para o Museu da Paisagem e Jardim Etnobotânico do Abarebebê seria de 32 vagas, o que configura como um uso ou atividade não-incômodo (Lei Complementar nº121/2008).

ou seja, próprias das culturas caiçara e guarani. Ainda com relação à vegetação, foram também diretrizes utilizar as massas de vegetação já existentes como orientação para as massas a serem propostas, no sentido de manter as ambiências que já se conformam atualmente no entorno das ruínas e configuram uma organização de zonas de sol e sombra bastante interessante; e manejar a vegetação para, ao longo do tempo, permitir o aumento da diversidade de flora nativa e, além disso, liberar a vista para as ruínas a partir do edifício do Museu da Paisagem.



Figura 20 - Localização das Ruínas do Abarebebê no município de Peruíbe. Imagem elaborada a partir de imagem de satélite do Google, utilizando software QGIS.



Figura 21 - Entorno próximo das Ruínas do Abarebebê. Imagem elaborada a partir de imagem de satélite do Google, utilizando software QGIS.

### 6.2.1. Levantamentos

Para dar início ao fazer projetual, foi necessário realizar alguns levantamentos, que subsidiaram a proposição feita para o Jardim Etnobotânico do Abarebebê. Inicialmente, foi preciso investigar a possibilidade de se ter acesso aos desenhos do projeto do Museu da Paisagem, para ser possível, de fato, considerá-lo dentro da proposta paisagística do jardim etnobotânico. Uma vez disponibilizados os desenhos, foi preciso digitalizá-los, pois os originais estão todos em papel vegetal. A partir da digitalização de parte dos desenhos, foi possível dar continuidade ao processo projetual, além de permitir a elaboração de um modelo digital tridimensional, que também auxiliou a elaboração da proposta.

Além disso, foi essencial realizar levantamentos em campo da vegetação existente no terreno das ruínas e das fitofisionomias de restinga que podem ser observadas no litoral paulista. Nesse sentido, o levantamento da vegetação existente foi feito de acordo com as observações realizadas em campo e, portanto, não possui a precisão que seria necessária caso o projeto do jardim etnobotânico fosse de fato ser implementado. Seria, então, essencial a realização de levantamentos topográfico e cadastral arbóreo para dar a real dimensão da vegetação ali existente. No entanto, para o nível de

detalhamento aqui proposto, a aproximação que foi possível realizar já é suficiente. Assim, o sítio das ruínas encontra-se hoje tomado por espécies exóticas, que parecem se comportar como invasoras, ocupando grande parte da área do terreno. Das 18 espécies arbóreas levantadas em campo e que predominam no terreno, o jambolão (*Syzygium cumini*) e a árvore guarda-chuva (*Schefflera actinophylla*) são as espécies que mais se destacam, sendo que o jambolão predomina no estrato arbóreo, enquanto a árvore guarda-chuva predomina nos sub-bosques das áreas com maior densidade arbórea do terreno. É interessante notar que esta vegetação parece ter crescido ali espontaneamente durante as últimas três décadas, uma vez que há uma descrição da área das ruínas, presente em um parecer do CONDEPHAAT de 1986, que diz,

O sítio, construído na face norte, em elevação suave no sopé do morro encontra-se quase que totalmente arrasado por ação antrópica, cujas conchas devem ter servido de matéria prima para a construção da Igreja de São João Batista, contando com 70 metros de eixo maior aproximadamente e sua vegetação é de gramínea, apresentando um trecho cultivado (plantio de

*rosas*). (UCHOA, Dorath P., Parecer de 19/05/86, CONDEPHAAT *apud* UCHOA, 1992, p.3).

De qualquer forma, as maiores concentrações da vegetação se dão nas bordas do terreno, permanecendo áreas gramadas na encosta da elevação onde se encontram as ruínas. No flanco sul desta elevação, formou-se uma pequena mata, tomada por *Syzygium cumini* e *Schefflera actinophylla*, mas também com a presença de espécies nativas da região. Nos baixios do terreno, predominam indivíduos de grande porte de *Syzygium cumini*, que proporcionam grandes áreas sombreadas. Em relação às espécies nativas, ocorrem esparsamente no terreno, tendo sido levantadas *Abarema brachystachya* (Ingarana), *Cecropia hololeuca* (Embaúba), *Eugenia brasiliensis* (Grumixama), *Handroanthus spp.* (Ipê-amarelo), *Psidium cattleyanum* (Araçá), *Schinus terebinthifolius* (Aroeira) e *Syagrus romanzoffiana* (Jerivá).

Os levantamentos em campo das fitofisionomias de restinga, por sua vez, foram realizados na praia do Guaraú e na aldeia Tapirema, em Peruíbe/SP, e na praia Juruvaúva, em Ilha Comprida/SP. O levantamento realizado na aldeia Tapirema foi descrito no item “5.3.1. Visita à aldeia Tapirema”. As figuras a seguir ilustram tanto as espécies levantadas no terreno das ruínas, bem

como as fisionomias da restinga reconhecidas em campo, nas praias do Guaraú e Juruvaúva.



Figura 22 - Espécies vegetais existentes no terreno das Ruínas do Abarebebê. (A) Araçá (*Psidium cattleyanum*); (B) Caapeba (*Piper umbellatum*); (C) Cheflera (*Schefflera actinophylla*). Autoria: Mônica Bertoldi André.



Figura 23 - Espécies vegetais existentes no terreno das Ruínas do Abarebebê. (A) Ingá-rana (*Abarema brachystachya*); (B) Areca-bambu (*Dypsis lutescens*); (C) Bromélia (*Racinaea spiculosa* [?]). Autoria: Mônica Bertoldi André.



Figura 24- Espécies vegetais existentes no terreno das Ruínas do Abarebebê. (A) Goiabeiras (*Psidium guajava*); (B) Aroeira (*Schinus terebinthifolius*); (C) Grumixama (*Eugenia brasiliensis*). Autoria: Mônica Bertoldi André.



Figura 25 - Espécies vegetais existentes no terreno das Ruínas do Abarebebê. (A) Embaúba (*Cecropia pachystachya*); (B) Capim rabo de burro (*Andropogon bicornis*). Autoria: Mônica Bertoldi André.



Figura 26 - Fitofisionomias de restinga observadas em campo. (A) Vegetação de restinga arbustiva na praia do Guaraú, em Peruíbe - SP; (B) Vegetação de praias e dunas na praia Juruvaúva, em Ilha Comprida - SP; (C) Guanandi (*Calophyllum brasiliense*) na restinga arbustiva da praia do Guaraú, em Peruíbe – SP. Autoria: Mônica Bertoldi André.

## 6.2.2. Proposições preliminares

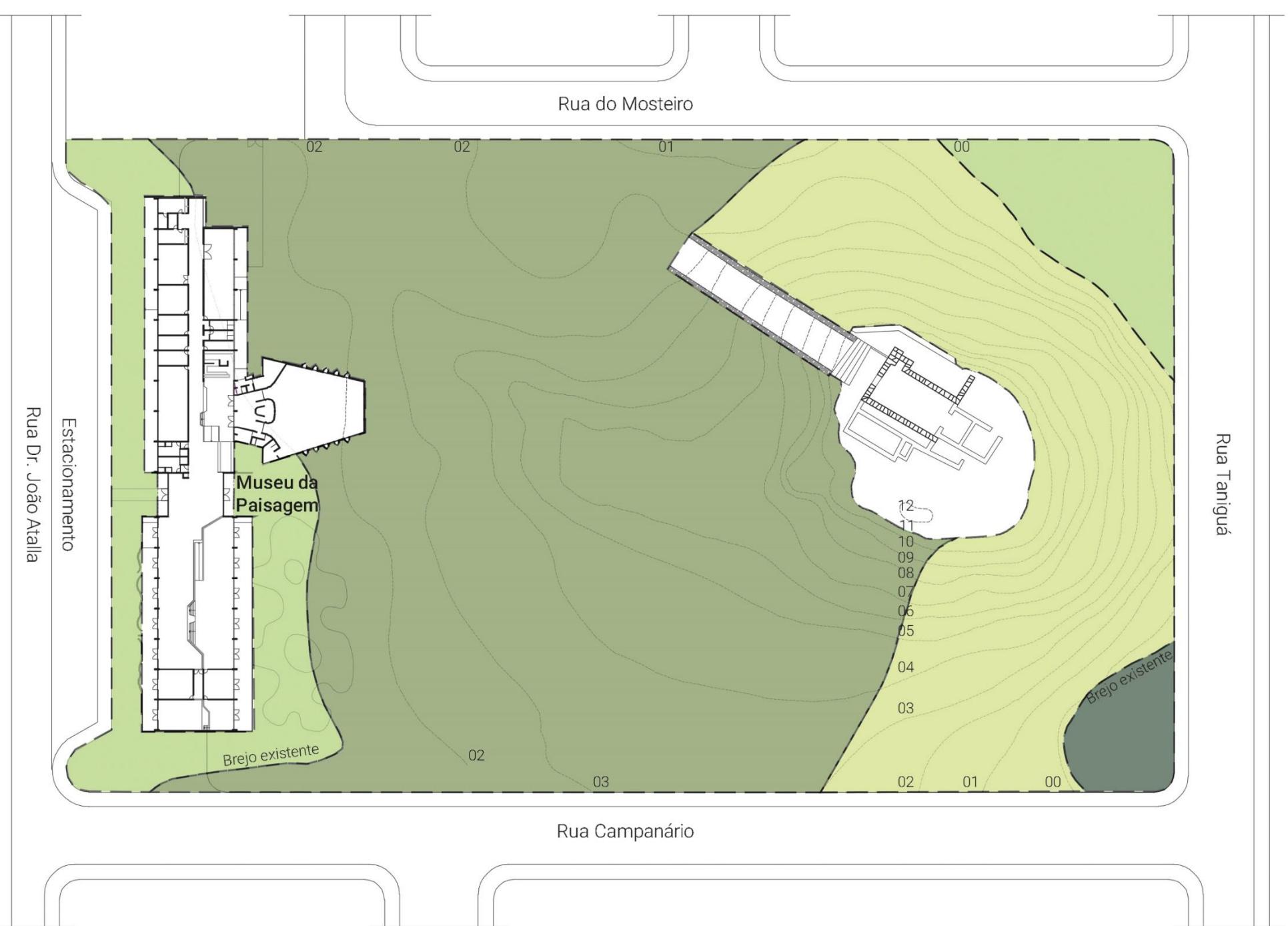
Nesse sentido, foram elaborados dois zoneamentos, que organizam o terreno das ruínas de acordo com as fitofisionomias e as ambiências a serem mimetizadas. Na imagem a seguir (Figura 27), pode-se ver, então, a organização de acordo com as fitofisionomias de restinga<sup>31</sup> que correspondem, na medida do possível, ao relevo e solo de cada área do terreno: a restinga arbustiva, nas áreas onde a vegetação não deve crescer em altura, para manter livre<sup>32</sup> a vista para as ruínas, a partir do edifício do Museu da Paisagem; a floresta de restinga alta, no flanco sul da colina no topo da qual se encontram as ruínas, mantendo, assim, a feição de mata que já existe ali atualmente, porém promovendo um manejo dessa vegetação que é, em sua maioria, exótica e sem grande importância cultural; a floresta de restinga alta úmida, na porção do terreno que ainda se encontra dentro da feição de mata, porém em um dos pontos mais baixos do terreno, ao nível do mar, sofrendo inundações esporádicas; e a floresta paludosa, na outra

porção do terreno que se encontra ao nível do mar, mas que, no entanto, se encontra permanentemente alagada. As principais espécies que ocorrem em cada uma das fitofisionomias serão citadas mais adiante no texto.

<sup>31</sup> Ver caracterização das fitofisionomias na seção 5.1. O Município de Peruíbe, p. 11-14.

<sup>32</sup> Nesse sentido, a fitofisionomia de restinga arbustiva é a única que não corresponde fielmente às condições locais de relevo e solo, levando, prioritariamente, em consideração a questão da liberação da vista para as ruínas.

De qualquer forma, a restinga arbustiva acrescenta ao projeto uma fisionomia da vegetação que marca fortemente a ideia que se costuma fazer do ambiente de "restinga" e onde ocorrem muitas espécies de grande relevância tanto para a cultura guarani como para a cultura caiçara.



## Zoneamento: Fitofisionomias

Escala 1:1000

### LEGENDA

	Floresta de restinga alta úmida		Restinga arbustiva
	Floresta de restinga alta		Floresta paludosa

Na imagem adiante (Figura 28), por sua vez, vemos a organização do sítio das ruínas de acordo com as ambiências derivadas a partir das categorias de percepção e organização do território comuns às culturas caiçara e guarani. Nesse sentido, temos o Quintal, a Roça e a Floresta, cada um abrigando uma diversidade peculiar de espécies e se caracterizando pela realização de diferentes atividades e o estabelecimento de diferentes relações, além da área de circulação pública livre na entrada do Museu da Paisagem, que chamei de Praça Pública.

Assim, o **quintal** é aqui entendido como o local mais próximo das residências, até mesmo uma extensão das mesmas, onde são realizadas atividades domésticas ao ar livre, como, por exemplo, o preparo da farinha de mandioca, o preparo de alimentos assados, o armazenamento e reparo das canoas de um pau só, a manufatura de objetos artesanais e a criação de animais domésticos, além do cultivo de plantas, em sua maioria, alimentícias ou medicinais e que complementam a dieta alimentar das comunidades. Para as cosmologias tupi-guarani, parece ser mais adequado utilizar o trinômio aldeia-roça-floresta, uma vez que não ocorre uma clara divisão entre o espaço da residência e do quintal, estando estes unidos no espaço da aldeia, onde se desenvolvem as atividades domésticas de forma geral. De qualquer forma, assumo a categoria

de quintal mais no sentido da fisionomia e da qualidade da vegetação ali cultivada, que, aí sim, são compartilhadas entre as duas culturas, caiçara e guarani, marcados os devidos distanciamentos.

A **roça**, por sua vez, representa o domínio das plantas cultivadas enquanto base da dieta alimentar, marcada pela presença de gêneros como a mandioca, o milho, o feijão, a abóbora, a batata-doce, o arroz e a cana de açúcar, estes dois últimos sendo culturas exóticas com maior presença nas roças caiçaras. O ambiente da roça se caracteriza por estar mais afastado das casas, ocorrendo já na borda das matas, uma vez que a técnica tradicional empregada para este cultivo é a coivara. Esta técnica, também conhecida como “roça de toco”, já era empregada pelos povos indígenas no período pré-colonial, sendo uma herança marcante de origem indígena para as culturas mestiças, entre elas a caiçara, que então se desenvolveram durante o período colonial nos territórios americanos dominados pelos portugueses. A coivara, então, consiste em uma prática de agricultura itinerante, em que a área a ser cultivada é rotacionada, sendo utilizada durante cerca de três anos e, após o empobrecimento do solo e a queda na produtividade, é deixada para descansar, entre cerca de três a dez anos. A abertura de novas áreas para cultivo é feita com a derrubada de uma parte da

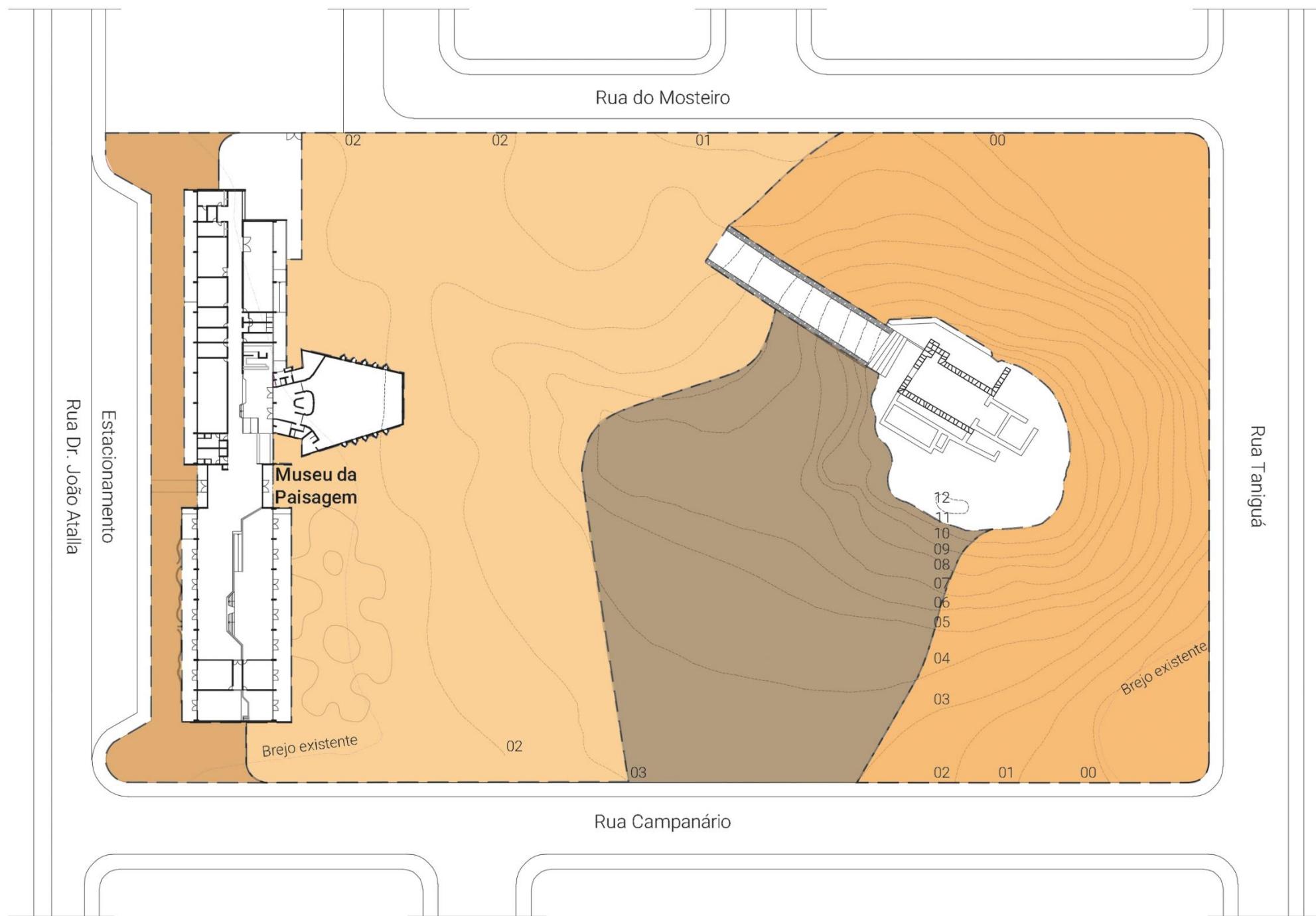
mata através de queimada, sendo retomadas áreas antigas de roça que já tomaram feição de mata novamente. Nesse sentido, pode-se perceber que os domínios da roça e da floresta estão em permanente transformação, a mata virando roça, a roça voltando a ser mata<sup>33</sup>. Além disso, a fisionomia da “roça de toco” é bastante diferente da imagem que fazemos de campos de cultivo – sem qualquer outra vegetação que não os gêneros agrícolas ali produzidos -, ocorrendo em meio aos restos de troncos de árvores derrubadas no processo da coivara e outras espécies herbáceas que subsistem no local.

Por fim, a **floresta** representa o domínio das plantas não-cultivadas, onde é realizada a coleta de diversas espécies, utilizadas para os mais diversos fins. É na mata que se encontram grande parte das espécies medicinais utilizadas, daquelas empregadas na construção, seja de objetos ou das casas, daquelas utilizadas na produção de artesanato e de objetos ritualísticos, entre outros usos. Deve-se frisar que floresta não se refere apenas às fisionomias arbóreas, mas a todas aquelas onde ocorrem as plantas “não-

plantadas”, remetendo à categoria *araweté*, o que inclui as fisionomias herbáceo-arbustivas da restinga. Também é importante dizer que a oposição entre os domínios da floresta e da roça/quintal não possui o mesmo significado para a cultura caiçara e para a cultura guarani, compreendo-as nas esferas, respectivamente, das culturas ocidentais e das culturas ameríndias. Assim, enquanto para os modos de pensar ocidentais essa oposição se liga à oposição entre cultura e natureza, esfera do humano e do não-humano, para as culturas ameríndias não existe a mesma distinção, uma vez que “a ideia de que a natureza é o campo dos fenômenos que se realizam independente dos homens e das relações sociais instituídas pelas diversas categorias de seres é completamente estranha aos Achuar, podendo ter essa afirmação extrapolada para os ameríndios” (MATTA, 2016, p.26).

<sup>33</sup> “É inerente ao domínio das florestas a permanente transformação, dinâmica visivelmente marcada pela conversão da roça em aldeia e da capoeira em mata. O léxico *araweté* marca esse movimento quando roça é designada pelo termo *ka* (Viveiros de Castro 1986:153) ou pelo termo *ka'a* [“floresta, mata”] acrescido

do sufixo *pite*, *ka'apite* (“roça”) e *ka'apite-we* (“a roça”) (Solano 2009:134, 142); ou quando a capoeira – lugar de roça antiga com vegetação em crescimento – é designada por *ka'ape*, sendo que o sufixo *pe* indica existência retrospectiva (op.cit.:141)” (MATTA, 2016, p.25).



## Zoneamento: Ambiências

Escala 1:1000



Além dos zoneamentos, foi elaborada uma prancha (Anexo 01) com as diretrizes de manejo da vegetação existente, etapa bastante importante do projeto. Tais diretrizes tiveram como base o levantamento que realizei em campo, descrito anteriormente. Assim, como já observado, as espécies *Syzygium cumini* (Jambolão) e *Schefflera actinophylla* (Cheflera) predominam em todo o terreno das ruínas. O manejo destas duas espécies é essencial para que seja possível iniciar um processo de regeneração natural da vegetação ali existente e, portanto, considerei a supressão da maior parte dos indivíduos de *Syzygium cumini*, mantendo apenas três, que se localizam na área em que foi proposto o quintal caiçara - uma vez que essa espécie possui um valor cultural para a cultura caiçara enquanto planta medicinal -, e da totalidade dos indivíduos de *Schefflera actinophylla*, uma vez que não encontrei registros de algum uso para essa espécie nem para a cultura caiçara nem para a guarani. Além destas duas espécies, considerei a supressão total também dos indivíduos de *Terminalia cattapa* (Chapéu de sol), por possuir especial potencial invasor para o ecossistema de restinga, e *Dypsis lutescens* (Areca bambu) e *Bauhinia variegata* (Pata de vaca), pois também não encontrei registros de possíveis usos para estas espécies para nenhuma das culturas aqui estudadas. Em relação às espécies nativas do ecossistema de restinga existentes, considerei

a manutenção de todos os indivíduos que não acarretassem interferências com o edifício do Museu da Paisagem e com as construções de apoio que propus para o jardim etnobotânico ou com o caminho principal, em solo-cimento. Para os indivíduos que gerariam interferências com estas infraestruturas, propus que fossem manejados para outros pontos do terreno. As espécies consideradas nativas do território brasileiro, mas que, no entanto, não ocorrem no ecossistema da restinga nem possuem um valor cultural para as culturas caiçara e guarani, foram também suprimidas (caso da *Mimosa caesalpiniifolia*). Por fim, considero importante prever a elaboração de planos de manejo da vegetação nas duas áreas do terreno onde se desenvolveu uma fisionomia de mata, de modo a propiciar um processo de regeneração natural dessa vegetação, mantendo sua fisionomia, através do aumento da diversidade biológica de espécies nativas ao longo do tempo. Para tanto, seria imprescindível a participação de profissionais de outras áreas do conhecimento, reunindo uma equipe multidisciplinar que pudesse dar o suporte técnico-científico necessário para a implementação deste plano da maneira mais adequada.

### 6.2.3. Plano de massas

A partir dos levantamentos realizados em campo e da formulação dos zoneamentos e da planta de manejo da vegetação existente, foi possível aprofundar um pouco mais o desenvolvimento do desenho do Jardim Etnobotânico do Abarebebê, chegando à proposição de um plano de massas para a área de projeto. No plano de massas (Anexo 02), foram definidos o programa do jardim etnobotânico, com a proposição das construções de apoio e das principais espécies que estariam presentes em cada um dos ambientes, o desenho e revestimento dos caminhos e a estrutura básica de cheios e vazios. Além disso, nesta etapa, as ambiências propostas no zoneamento - o quintal, a roça e a floresta - foram subdivididas em ambientes melhor definidos, de modo que o quintal foi subdividido em Quintal Caiçara e Quintal Guarani, a roça, nas áreas da Roça propriamente dita e do Viveiro de Mudas, e a floresta, nas áreas de Restinga Arbustiva, Floresta Alta de Restinga, Floresta Alta de Restinga Úmida e Floresta Paludosa.

A definição do programa para o jardim etnobotânico teve como base o caráter educativo e científico deste equipamento, entendendo-o como uma ferramenta para uma maior

conscientização em relação à presença e diversidade das culturas indígenas e mestiças tradicionais e à possibilidade de outras formas de se relacionar com o meio ambiente, e para o desenvolvimento do conhecimento acerca da vegetação de restinga e sua reprodução, das relações entre aquelas culturas e as plantas, além de investigações sobre alimentação, medicina e técnicas tradicionais, de construção, de manufatura de objetos, de manejo agrícola, entre outras tantas que poderiam ser enumeradas. Desse modo, o programa consiste em um viveiro de mudas, que permita a reprodução das espécies definidas pelo projeto, em sua maioria não produzidas comercialmente, e a manutenção dessa vegetação ao longo do tempo; um espaço para a realização de oficinas, ligadas aos temas expostos acima; um espaço que abrigue o tráfego de farinha caiçara; um mirante, que privilegie a vista para o Morro dos Prados ou Mirante da Torre, cuja visão é bastante marcante a partir do topo da colina onde se encontram as ruínas, e a vista para o mar, que também pode ser avistado a partir deste topo, porém na direção contrária; espaços de estar onde seja possível a realização de encontros e piqueniques; um espaço onde seja possível realizar apresentações e exibições ao ar livre e trilhas que circulem por toda a área de projeto, construindo narrativas acerca das culturas caiçara e guarani e sua relação com a vegetação.

Em relação aos caminhos, foi proposta uma hierarquia de desenho que se relaciona com a importância dos caminhos, de acordo com a capacidade de cada um de permitir um maior ou menor fluxo de pessoas, ao mesmo tempo. A diferenciação entre eles é marcada por suas larguras, pelos materiais dos quais são constituídos e pela geometria de seus traçados. Assim, foi proposto um primeiro caminho, que parte do eixo principal do edifício do Museu da Paisagem e então circunda todo o terreno das ruínas, atravessando as áreas mais baixas do sítio. É o caminho mais largo, com 2,40m, pensado para abrigar o maior fluxo de visitantes e oferecer acessibilidade universal. Para tanto, é feito em solo-cimento, material que permite um bom nivelamento do piso e, ainda, por ser composto por terra e cimento, causa um menor impacto ecológico que o concreto. Além disso, seu desenho é o mais geométrico do projeto, marcando a dureza de seu material e sua maior capacidade de fluxo em relação aos demais caminhos. Estes, então, são derivados deste caminho maior, constituindo as trilhas, que circulam pelas demais áreas do terreno e possuem traçados bastante orgânicos e mais estreitos, com 1,20m de largura, além de serem revestidas ou por chão de terra batida ou por gramíneas resistentes ao pisoteamento, e os caminhos que acessam o tabuleiro de jogo da onça, proposto no centro do Quintal Guarani, também

revestidos por piso de solo-cimento, porém um pouco mais estreitos que o caminho principal, com 2,00m de largura.

Por fim, a relação de cheios e vazios se liga, sobretudo, às fisionomias da vegetação que representam cada ambiente. Desse modo, os quintais possuem uma densidade arbórea considerável, possuindo o Quintal Caiçara uma densidade maior que o Quintal Guarani; a Roça e o Viveiro, por sua vez, já se configuram em ambientes muito mais abertos e menos sombreados, com uma vegetação de porte mais arbustivo; e a Floresta é o domínio que possui maior sombreamento, com uma densidade arbórea bastante alta. Ainda, há a área que defini como Praça Pública, no zoneamento de ambiências, que possui um maior sombreamento nas porções laterais do edifício do Museu da Paisagem, sendo bastante aberta em frente ao edifício, liberando a vista de sua fachada.



Figura 29 - Vistas do terreno das Ruínas do Abarebebê. (A) Vista do Morro dos Prados/Mirante da Torre, a partir do local onde foi proposto o mirante; (B) Vista do mar a partir do topo da colina onde se encontram as ruínas; (C) Vista de uma clareira existente no terreno; (D) Vista da fisionomia de mata que ocorre no flanco sul da colina das ruínas. Autoria: Mônica Bertoldi André.

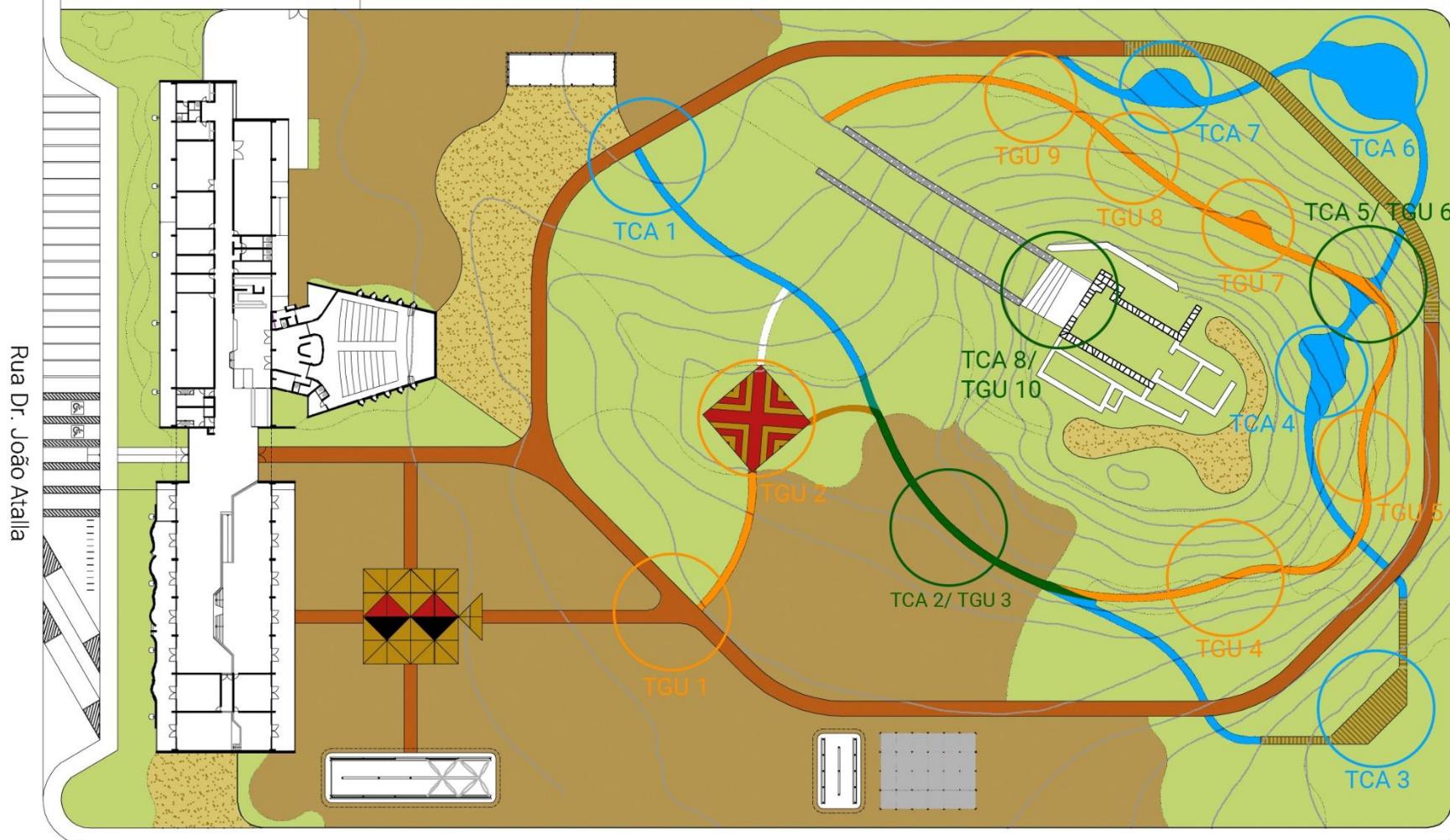
#### 6.2.4. Estudo Preliminar

Na etapa de Estudo Preliminar (Anexo 03), a qual constitui a última fase que abordo no presente trabalho, foi realizado um refinamento em relação à vegetação selecionada no estágio de Plano de Massas, já definindo mais cuidadosamente os locais de plantio de diversos indivíduos. Além disso, foram mais bem desenhados os percursos, definindo os circuitos dedicados, um à cultura caiçara e, outro, à cultura guarani, e as infraestruturas que abrigariam os espaços de oficinas, o viveiro e o tráfego de farinha. Dessa forma, são apresentadas, a seguir, uma prancha (Figura 30) com os percursos das trilhas caiçara e guarani e ampliações (Figura 31) para cada um dos principais ambientes do projeto – o Quintal Caiçara, o Quintal Guarani, a Roça e a Floresta, subdividida em duas pranchas de ampliação.

Na imagem a seguir (Figura 30), podemos observar, então, o percurso definido tanto para a trilha caiçara quanto para a trilha guarani. Ambas percorrem as três ambiências estruturadoras do projeto, partindo do quintal e passando pela roça e pela floresta, de modo a evidenciar as formas pelas quais se estabelecem as relações entre estes povos e as plantas. Assim, podemos perceber também que existem pontos de contato entre as duas trilhas (marcados em

verde), marcando as aproximações que existem entre as culturas caiçara e guarani, uma vez que, no que diz respeito a relação com o meio, possuem muitas semelhanças. Além disso, as trilhas são marcadas por duas gramíneas que remetem ao Peabiru, conjunto de antigas trilhas indígenas, que iam desde o litoral paulista até Assunção, no Paraguai, passando pelo atual estado do Paraná (CARDOSO, s/d, p.1). Existem hipóteses, ainda, que consideram que esta rede de caminhos pudesse conectar a região sul e sudeste brasileira aos Andes. Tais percursos eram marcados por uma vegetação peculiar, que impedia o crescimento de outras espécies, mantendo, assim, a marcação dos caminhos. De acordo com o levantamento feito por Victor José Mendes Cardoso (s/d), há chances de estas gramíneas corresponderem às espécies *Homolepis glutinosa* e *Panicum pilosum*, adaptadas, respectivamente, a ambientes abertos e ensolarados e a ambientes mais sombreados, do interior de matas e de solo úmido. Dessa forma, para os trechos das trilhas que cortam áreas abertas, foi definida *Homolepis glutinosa* como forração, enquanto para os trechos em meio à mata, foi definida *Panicum pilosum*.

Rua do Mosteiro



#### LEGENDA



Trilha Caiçara (TCA)



Trilha Guarani (TGU)



Trechos compartilhados



Pontos de interesse

**Trilhas**

Escala 1:1000



A trilha guarani enfoca um percurso pelas narrativas mitológicas do povo Guarani, ensejando um mergulho em sua cosmovisão através das plantas presentes em diferentes episódios dos mitos. Aqui, a ideia é iniciar a narrativa pelo mito da criação de *Ñamandu*<sup>34</sup>, marcado por um maciço de ipês-amarelos (*Handroanthus albus*) [TGU 1]; em seguida, se segue para o ponto central do terreno das ruínas, marcado por cinco jerivás (*Syagrus romanzoffiana*), que remetem ao mito da criação da Primeira Terra (*yvy tenondé*), estando quatro deles marcando, cada qual, um ponto cardeal (*Karai* – Leste, *Tupã* – Oeste, ventos bons – Norte, tempo originário- Sul), e o quinto, no centro [TGU 2]; após essa passagem, o percurso continua pela Roça, onde espécies como o milho (*Zea mays*), a mandioca (*Manihot esculenta*) e a batata-doce (*Ipomoea batatas*), representam uma das narrativas do Dilúvio [TGU 3]; seguindo, adentra-se o domínio da Floresta, onde se desenrolam as aventuras dos Gêmeos, Sol e Lua. Assim, primeiro avistam-se flores, a íris (*Neomarica cândida*) e a helicônia (*Heliconia velloziana*), remetendo ao episódio em que a mãe dos gêmeos colhe flores para eles [TGU 4]; depois, passa-se por um maciço de guaimbés

(*Philodendron bipinnatifidum*), que marcam o momento em que os gêmeos descobrem a traição dos jaguares e planejam sua vingança [TGU 5]; seguindo, chega-se ao cedro (*Cedrela fissilis*), árvore cujas sementes geraram todas as outras árvores após o Dilúvio, e sobre a qual Sol cai, após fugir de *Charia* [TGU 6]; então, passa-se por uma série de árvores frutíferas, marcadas principalmente pela guavira (*Campomanesia guavira*), pelo guaviju (*Myrcianthes pungens*) e pelo aguai (*Chrysophyllum gonocarpum*), representando o episódio em que Sol apresenta uma série de frutas para Lua [TGU 7]; um pouco mais a frente, encontra-se um taquaral (*Merostachys ternata*), que remete à passagem da criação da mulher a partir de um cesto [TGU 8]; após isso, segue-se para um maciço de timbó (*Paullinia spp./Serjania spp.*), que marca o episódio da criação desta planta a partir de um filho de Sol [TGU 9]; por fim, sai-se da mata e encaminha-se ao topo da colina, local de onde é possível vislumbrar o oceano, remetendo à contínua busca da Terra Sem Mal, que muitas comunidades guarani acreditam estar no além mar [TGU 10].

<sup>34</sup> Para retomar as relações entre plantas e os episódios mitológicos da cosmologia guarani, ver o item “5.3.2. As plantas e a cosmologia Guarani”. Para algumas versões dos mitos guarani, com foco nas narrativas Guarani Mbyá, ver

CLASTRES, Pierre. **A fala sagrada**. Mitos e cantos sagrados dos índios guarani. Campinas: Papirus Editora, 1990.

Espécies vegetais propostas							
Trilha Guarani							
Árvores e Palmeiras							
Código	Nome popular	Nome científico	Família	Usos	Origem	Ocorrência	Ocorre na restinga
CAGU	Guavira	<i>Campomanesia guaviroba</i>	Myrtaceae	AL	Nativa	Cerrado e Mata Atlântica	X
CEFI	Cedro	<i>Cedrela fissilis</i>	Meliaceae	CO, CC	Nativa	Amazonia, Caatinga, Cerrado, Mata Atlântica, Pantanal e Pampa	
CHGO	Aguáí	<i>Chrysophyllum gonocarpum</i>	Sapotaceae	AL	Nativa	Amazônia, Cerrado e Mata Atlântica	
EUBR	Grumixama	<i>Eugenia brasiliensis</i>	Myrtaceae	AL	Nativa	Mata Atlântica	X
EULA	Cambuci	<i>Eugenia langsdorffii</i>	Myrtaceae	AL	Nativa	Mata Atlântica	X
EUPR	Araçarana	<i>Eugenia prasina/ Myrcia rostrata</i>	Myrtaceae	AL	Nativa	Cerrado e Mata Atlântica	X
EUSP	Laranjinha do mato	<i>Eugenia speciosa</i>	Myrtaceae	AL	Nativa	Mata Atlântica	X
EUST	Guamirim vermelho	<i>Eugenia stigmatosa</i>	Myrtaceae	AL	Nativa	Mata Atlântica	X
GAGA	Bacupari	<i>Garcinia Gardneriana</i>	Clusiaceae	AL, ME	Nativa	Amazônia, Caatinga, Cerrado e Mata Atlântica	X
HAAL	Ipê-amarelo	<i>Handroanthus albus</i>	Bignoniaceae	CO	Nativa	Mata Atlântica	X
MATO	Vapurunga	<i>Marlierea tomentosa</i>	Myrtaceae	AL	Nativa	Mata Atlântica	X
PLED	Cambucá	<i>Plinia edulis</i>	Myrtaceae	AL	Nativa	Mata Atlântica	X
PLRI	Guaramirim	<i>Plinia rivularis</i>	Myrtaceae	AL	Nativa	Amazônia, Caatinga, Cerrado e Mata Atlântica	X
SYRO	Jerivá	<i>Syagrus romanzoffiana</i>	Arecaceae	AL, CO, ME	Nativa	Cerrado, Mata Atlântica e Pampa	X

Arbustos e trepadeiras							
Código	Nome popular	Nome científico	Família	Usos	Origem	Ocorrência	Ocorre na restinga
HEVE	Helicônia	<i>Heliconia velloziana</i>	Heliconiaceae	AL, OR	Nativa	Mata Atlântica	X
MAES	Mandioca	<i>Manihot esculenta</i>	Eufórbiacées	AL	Nativa	Amazônia, Cerrado e Mata Atlântica	X
METE	Taquara	<i>Merostachys ternata</i>	Poaceae	OB	Nativa	Mata Atlântica	X
PA/SE	Timbó	<i>Paullinia sp./ Serjania sp.</i>	Sapindaceae	OU	Nativa	Cerrado e Mata Atlântica	X
PHBI	Guaimbé	<i>Philodendron bipinnatifidum</i>	Araceae	AL, OB, ME	Nativa	Cerrado e Mata Atlântica	X
ZEMA	Milho	<i>Zea mays</i>	Poaceae	AL	Cultivada	-	

Herbáceas e forrações							
Código	Nome popular	Nome científico	Família	Usos	Origem	Ocorrência	Ocorre na restinga
IPBA	Batata doce	<i>Ipomea batatas</i>	Convolvulaceae	AL	Nativa	Amazônia, Caatinga, Cerrado, Mata Atlântica, Pampa, Pantanal	X
NECA	Íris da praia	<i>Neomarica candida</i>	Iridaceae	OR	Nativa	Mata Atlântica	X

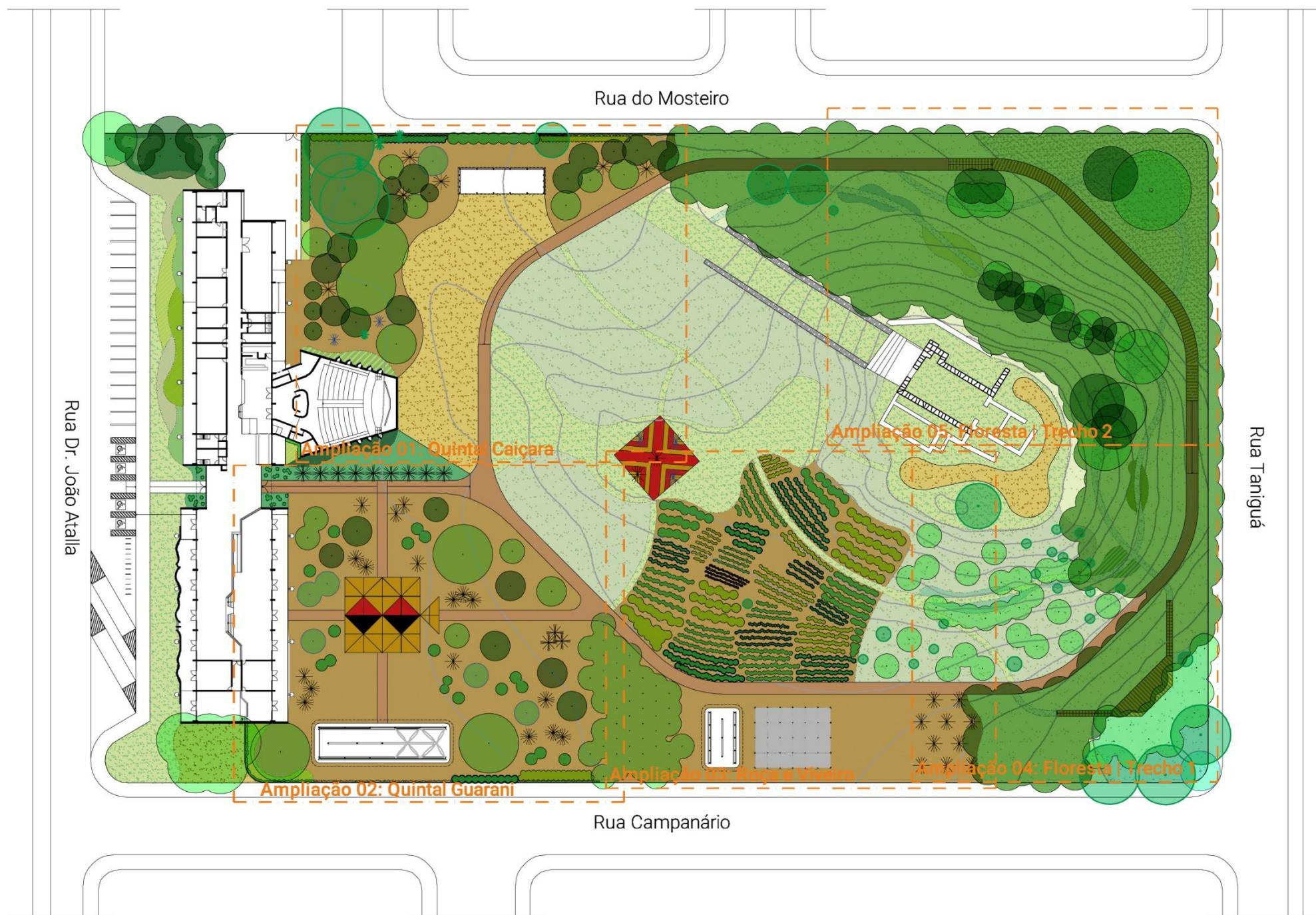
Espécies vegetais propostas							
Trilha Caiçara							
Árvores e Palmeiras							
Código	Nome popular	Nome científico	Família	Usos	Origem	Ocorrência	Ocorre na restinga
ASPA	Peroba	<i>Aspidosperma parvifolium</i>	Apocynaceae	CC	Nativa	Mata Atlântica	
CABR	Guanandi	<i>Calophyllum brasiliense</i>	Clusiaceae	CC	Nativa	Amazônia, Caatinga, Cerrado e Mata Atlântica	X
CEFI	Cedro	<i>Cedrela fissilis</i>	Meliaceae	CO, CC	Nativa	Amazônia, Caatinga, Cerrado, Mata Atlântica, Pantanal e Pampa	
ERPE	Embiruçu	<i>Eriotheca pentaphylla</i>	Malvaceae	CC	Nativa	Mata Atlântica	X
FIGU	Figueira-branca	<i>Ficus guaranitica</i>	Moraceae	OB, CC	Nativa	Cerrado e Mata Atlântica	X
NEGR	Canela	<i>Nectandra grandiflora</i>	Lauraceae	OB, CC	Nativa	Cerrado e Mata Atlântica	X
OCAC	Canela	<i>Ocotea aciphylla</i>	Lauraceae	OB, CC	Nativa	Amazônia, Cerrado e Mata Atlântica	X
SCPA	Guapuruvu	<i>Schizolobium parahyba</i>	Fabaceae	CC	Nativa	Mata Atlântica	
TACA	Caixeta	<i>Tabebuia cassinoides</i>	Bignoniaceae	OB, CC	Nativa	Mata Atlântica	X
VOBI	Guaricica	<i>Vochysia bifalcata</i>	Vochysiaceae	CC	Nativa	Mata Atlântica	
Arbustos e trepadeiras							
Código	Nome popular	Nome científico	Família	Usos	Origem	Ocorrência	Ocorre na restinga
PHBI	Guaimbê	<i>Philodendron bipinnatifidum</i>	Araceae	AL, OB, ME	Nativa	Cerrado e Mata Atlântica	X
Herbáceas e forrações							
Código	Nome popular	Nome científico	Família	Usos	Origem	Ocorrência	Ocorre na restinga
CYGI	Piri	<i>Cyperus ligularis</i>	Cyperaceae	OB	Nativa	Amazônia, Caatinga, Cerrado e Mata Atlântica	X
TYDO	Taboa	<i>Typha dominguensis</i>	Typhaceae	OB	Nativa	Amazônia, Caatinga, Cerrado, Mata Atlântica, Pampa e Pantanal	X

A trilha caiçara, por sua vez, tem sua narrativa centrada na relação das comunidades caiçaras com as águas, focando nas árvores utilizadas para confeccionar as canoas de um pau só. Desse modo, o percurso parte do Quintal Caiçara [TCA 1], indo em direção à Roça [TCA 2], um dos pontos de contato entre as trilhas caiçara e guarani, e então segue para o domínio da Floresta, onde o primeiro ponto de interesse se dá no caxetal (*Tabebuia cassinoides*), remetendo à grande importância que esta espécie possui para a cultura material caiçara, sendo utilizada na confecção dos mais variados objetos, como instrumentos musicais e utensílios domésticos [TCA 3]; após isso, o percurso segue em meio a mata passando por diversas árvores que são utilizadas como pau de canoa, sendo elas, o embiruçu (*Eriotheca pentaphylla*), a guaricica (*Vochysia bifalcata*), o guapuruvu (*Schizolobium parahyba*) e o guanandi (*Calophyllum brasiliense*), árvores cujo uso segue atual, e o cedro (*Cedrela fissilis*) – outro ponto de contato com a cultura guarani -, a peroba (*Aspidosperma parvifolium*), a canela (*Nectandra grandiflora/ Ocotea aciphylla*) e a figueira-branca (*Ficus guaranitica*), espécies cujo uso já não é mais tão intenso, devido à restrições da legislação ambiental e da diminuição do número de indivíduos na mata [TCA 4, 5, 6 e 7]. A trilha, então, tem seu fim também no topo da colina onde se encontram as ruínas,

privilegiando a visão do mar, elemento tão essencial para as comunidades caiçaras [TCA 8].

---

A seguir, apresenta-se uma prancha (Figura 31) com a localização das ampliações elaboradas para cada um dos principais ambientes do projeto.



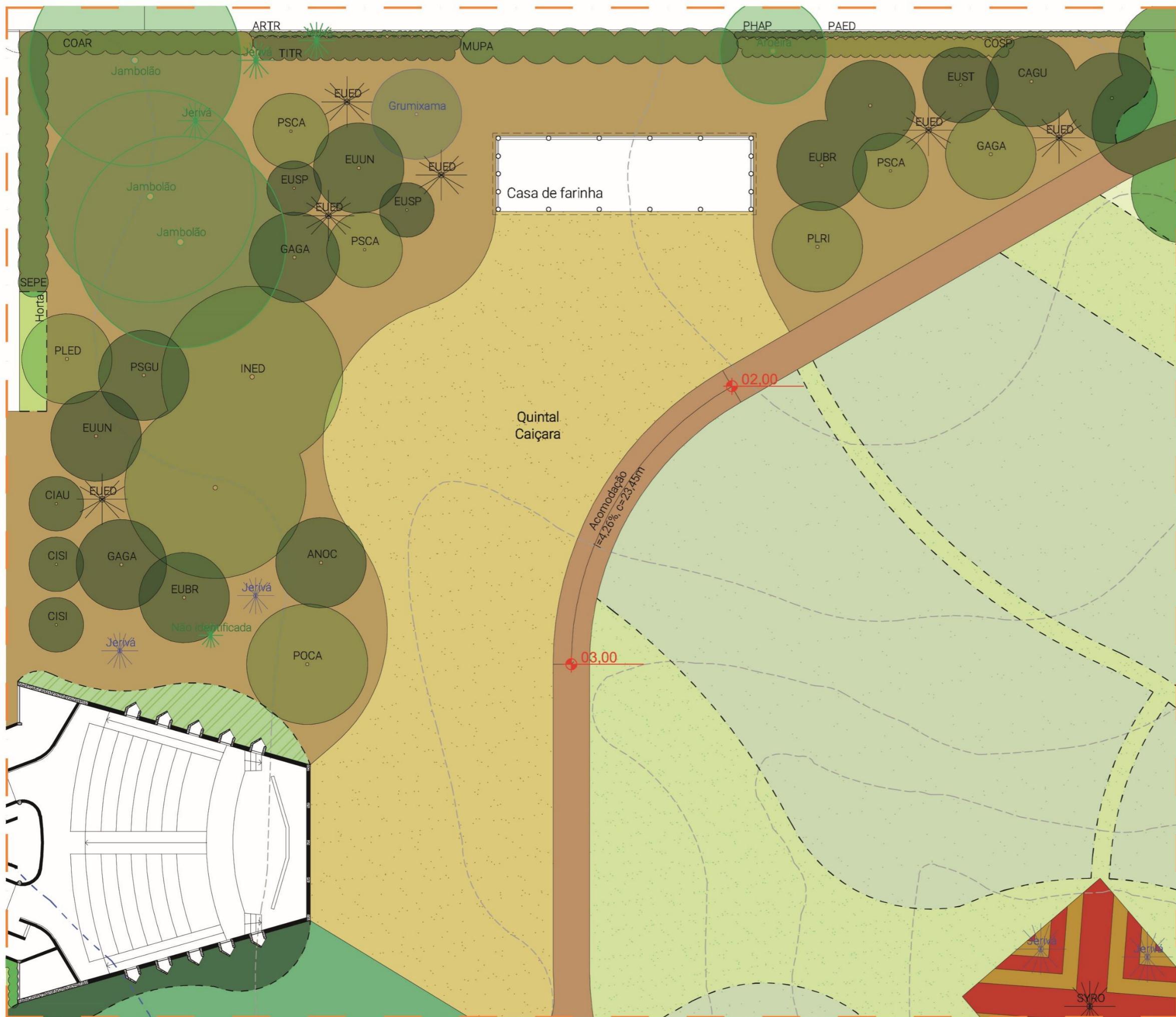
## Ampliações

Escala 1:1000



#### **6.2.4.1. Quintal Caiçara**

As áreas do projeto definidas como Quintal Caiçara e Quintal Guarani se encontram nas porções mais planas do terreno. Assim, foram pensadas também para serem áreas de maior circulação e permanência de pessoas. O Quintal Caiçara divide espaço com o bloco do auditório do Museu da Paisagem e, por isso, possui uma grande área de piso de terra e areia que marca a área destinada às maiores aglomerações de visitantes, em razão da realização de exibições e apresentações que podem utilizar a empêna cega do auditório para projeções. Além disso, a mancha do piso de terra e areia é amarrada pela Casa de Farinha, local que abriga o tráfego de farinha e outros elementos constantes dos quintais caiçaras, como os pequenos fornos para assar alimentos e o local para guardar as canoas de um pau só. O restante do espaço é de piso de terra batida, para recriar a ambiência dos quintais caiçaras, com muitas árvores frutíferas, espaço para horta e plantas medicinais de porte herbáceo e alguns maciços de arbustos, cujo uso varia entre alimentício, medicinal e ornamental. As espécies definidas para este ambiente e seus usos estão listadas nas tabelas a seguir.



Ampliação 01: Quintal Caiçara  
Escala 1:250



Espécies vegetais propostas							
Quintal Caiçara							
Árvores e Palmeiras							
Código	Nome popular	Nome científico	Família	Usos	Origem	Ocorrência	Ocorre na restinga
ANOC	Caju	<i>Anacardium occidentale</i>	Anacardiaceae	AL, ME	Nativa	Amazônia, Caatinga, Cerrado, Mata Atlântica, Pampa e Pantanal	X
CAGU	Guavira	<i>Campomanesia guaviroba</i>	Myrtaceae	AL	Nativa	Cerrado e Mata Atlântica	X
CIAU	Limão	<i>Citrus aurantifolia</i>	Rutaceae	AL, ME	Exótica cultivada	-	
CISI	Laranja	<i>Citrus sinenses</i>	Rutaceae	AL, ME	Exótica cultivada	-	
EUBR	Grumixama	<i>Eugenia brasiliensis</i>	Myrtaceae	AL	Nativa	Mata Atlântica	X
EUSP	Laranjinha do mato	<i>Eugenia speciosa</i>	Myrtaceae	AL	Nativa	Mata Atlântica	X
EUST	Guamirim vermelho	<i>Eugenia stigmatosa</i>	Myrtaceae	AL	Nativa	Mata Atlântica	X
EUUN	Pitanga	<i>Eugenia uniflora</i>	Myrtaceae	AL, ME	Nativa	Cerrado, Mata Atlântica e Pampa	X
EUED	Juçara	<i>Euterpe edulis</i>	Arecaceae	AL, CO	Nativa	Cerrado e Mata Atlântica	X
GAGA	Bacupari	<i>Garcinia Gardneriana</i>	Clusiaceae	AL, ME	Nativa	Amazônia, Caatinga, Cerrado e Mata Atlântica	X
INED	Ingá	<i>Inga edulis</i>	Fabaceae	AL, CC	Nativa	Amazônia, Caatinga, Cerrado e Mata Atlântica	X
PLED	Cambucá	<i>Plinia edulis</i>	Myrtaceae	AL	Nativa	Mata Atlântica	X
PLRI	Guaramirim	<i>Plinia rivularis</i>	Myrtaceae	AL	Nativa	Amazônia, Caatinga, Cerrado e Mata Atlântica	X
POCA	Abiu	<i>Pouteria caimito</i>	Sapotaceae	AL	Nativa	Amazônia, Cerrado e Mata Atlântica	X
PSCA	Araçá	<i>Psidium cattleyanum</i>	Myrtaceae	AL, ME	Nativa	Caatinga, Cerrado e Mata Atlântica	X
PSGU	Goiaba	<i>Psidium guajava</i>	Myrtaceae	AL, ME	Naturalizada	-	

Arbustos e trepadeiras							
Código	Nome popular	Nome científico	Família	Usos	Origem	Ocorrência	Ocorre na restinga
ANFR	Gravatá	<i>Ananas fritzmuelleri</i>	Bromeliaceae	AL, OR	Nativa	Mata Atlântica	X
ARTR	Cipó mil-homens	<i>Aristolochia triangularis</i>	Aristolochiaceae	ME	Nativa	Amazônia, Cerrado e Mata Atlântica	X
BRAN	Caraguatá	<i>Bromelia antiacantha</i>	Bromeliaceae	AL, ME	Nativa	Mata Atlântica, Pampa	X
COAR	Café	<i>Coffea arabica</i>	Rubiaceae	AL	Exótica cultivada	-	
COSP	Cana do brejo	<i>Costus spiralis</i>	Costaceae	ME	Nativa	Amazônia, Caatinga, Cerrado, Mata Atlântica e Pantanal	X
MUPA	Bananeira	<i>Musa X paradisiaca</i>	Musaceae	AL	Exótica cultivada	-	
PAED	Maracujá	<i>Passiflora edulis</i>	Passifloraceae	AL, ME	Nativa	Amazônia, Caatinga, Cerrado, Mata Atlântica e Pantanal	X
PHAP	Cipó imbé	<i>Philodendron appendiculatum</i>	Araceae	OB, ME	Nativa	Mata Atlântica	X
SEPE	Fedegoso	<i>Senna pendula</i>	Fabaceae	OR	Nativa	Amazônia, Caatinga, Cerrado, Mata Atlântica e Pantanal	X
TITR	Quaresminha	<i>Tibouchina trichopoda</i>	Melastomataceae	OR	Nativa	Mata Atlântica	X

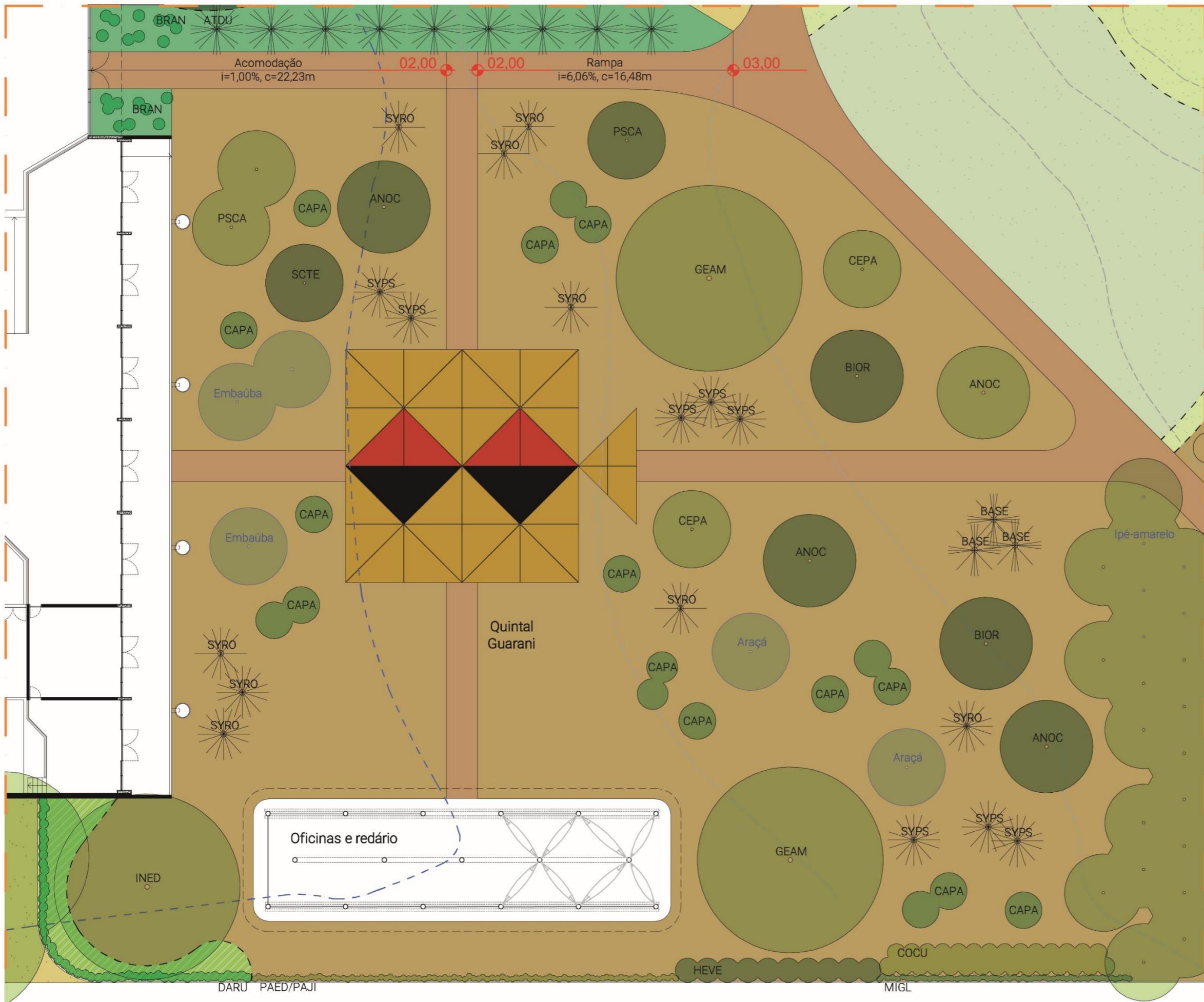
#### 6.2.4.2. Quintal Guarani

O Quintal Guarani, assim como o caiçara, se encontra em uma porção bastante plana do terreno, também se configurando como uma área de grande circulação e permanência das pessoas, estando adjacente à área de exposições do Museu da Paisagem, que se abre para este ambiente. Por estar mais próximo também das salas de aula e biblioteca, aqui foi proposto o espaço para realização de oficinas, em conjunto com um redário, remetendo às malocas tupi-guaranis, como referidas nos relatos de Hans Staden (2008). Além disso, também remetendo à organização das aldeias, marcadas pela centralidade de seus arranjos espaciais, foi proposto um tabuleiro em tamanho real do jogo da onça<sup>35</sup>, que marca o centro deste ambiente. O jogo da onça é um jogo tradicional presente em diversas culturas ameríndias, incluindo a cultura guarani, e o grafismo de seu tabuleiro segue a tradição guarani dos traçados que formam o X, remetendo à constelação do Cruzeiro do Sul, que guiava as migrações do povo Guarani em direção à Terra Sem Mal<sup>36</sup>. Em

<sup>35</sup> O jogo da onça possui regras simples, onde dois times se enfrentam, assim como ocorre nos jogos de xadrez ou de damas. Porém, neste caso, os times são formados pelos cachorros ou macacos contra a onça, e, assim, um lado possui mais peças que o outro. O objetivo é, de um lado, imobilizar a onça, e do outro, comer pelo menos seis cachorros ou macacos.

relação à vegetação, o Quintal Guarani compartilha certas espécies com o Quintal Caiçara, demonstrando as conexões entre ambas as culturas, porém apresenta algumas espécies exclusivas, de significado ritualístico e cosmológico, e uma menor densidade arbórea, remetendo a feição dos terreiros indígenas, menos sombreados. As espécies definidas para este ambiente e seus usos estão listadas nas tabelas a seguir.

<sup>36</sup> [...] os Guaranis estão sempre reproduzindo suas pinturas com figuras que traçam "X" pois eles respeitam em suas memórias a ligação direta com a constelação do Cruzeiro do Sul que os guiavam em sua jornada para a *Yvy marã ey* (terra sem males) (NHAMBIQUARA *et al.* 2014, p.2464)



LEGENDA	
	Piso de terra e areia (PTA)
	Piso de solo cimento
	Piso de terra batida
	Deque
	Brejo existente
	Cota de nível
	Copa das árvores e palmeiras propostas
	Copa das árvores e palmeiras existentes
	Copa das árvores e palmeiras transplantadas
	Arbustos, herbáceas e forrações propostas
	Vegetação herbáceo-arbustiva de Restinga Arbustiva
	Vegetação herbáceo-arbustiva de Floresta de Restinga Alta
	Vegetação herbáceo-arbustiva de Floresta de Restinga Alta Úmida
	Vegetação herbáceo-arbustiva de Floresta Paludosa
	Forração de <i>Homolepis glutinosa</i>
	Forração de <i>Panicum pilosum</i>
	Divisão entre vegetação
	AAAA Código de identificação das árvores e arbustos propostos

Nota:  
As espécies selecionadas estão discriminadas nas tabelas de vegetação proposta

#### LEGENDA FORRAÇÕES PROPOSTAS

##### QUINTAL GUARANI

PHBI | Guaimbé

Espécies vegetais propostas							
Quintal Guarani							
Árvores e Palmeiras							
Código	Nome popular	Nome científico	Família	Usos	Origem	Ocorrência	Ocorre na restinga
ANOC	Caju	<i>Anacardium occidentale</i>	Anacardiaceae	AL, ME	Nativa	Amazônia, Caatinga, Cerrado, Mata Atlântica, Pampa e Pantanal	X
BASE	Tucum	<i>Bactris setosa</i>	Arecaceae	AL, CO, OB	Nativa	Cerrado e Mata Atlântica	X
BIOR	Urucum	<i>Bixa orellana</i>	Bixaceae	AL, PI	Nativa	Amazônia, Cerrado e Mata Atlântica	X
CEPA	Embaúba	<i>Cecropia pachystachya</i>	Urticaceae	OB, ME	Nativa	Amazônia, Caatinga, Cerrado, Mata Atlântica e Pantanal	X
GEAM	Jenipapo	<i>Genipa americana</i>	Rubiaceae	AL, PI	Nativa	Amazônia, Caatinga, Cerrado, Mata Atlântica, Pampa e Pantanal	X
INED	Ingá	<i>Inga edulis</i>	Fabaceae	AL, CC	Nativa	Amazônia, Caatinga, Cerrado e Mata Atlântica	X
PSCA	Araçá	<i>Psidium cattleyanum</i>	Myrtaceae	AL, ME	Nativa	Caatinga, Cerrado e Mata Atlântica	X
SCTE	Aroeira	<i>Schinus terebinthifolius</i>	Anacardiaceae	AL, ME	Nativa	Cerrado, Mata Atlântica e Pampa	X
SYPS	Pati	<i>Syagrus pseudococos</i>	Arecaceae	AL, CO	Nativa	Mata Atlântica	X
SYRO	Jerivá	<i>Syagrus romanzoffiana</i>	Arecaceae	AL, CO, ME	Nativa	Cerrado, Mata Atlântica e Pampa	X

Arbustos e trepadeiras							
Código	Nome popular	Nome científico	Família	Usos	Origem	Ocorrência	Ocorre na restinga
CAPA	Mamão	<i>Carica papaya</i>	Caricaceae	AL, ME	Naturalizada	Amazônia, Caatinga, Cerrado, Mata Atlântica e Pantanal	
COCU	Erva baleeira	<i>Cordia curassavica</i>	Boraginaceae	ME	Nativa	Mata Atlântica	X
DARU	Cipó caboclo	<i>Davilla rugosa</i>	Dilleniaceae	OB	Nativa	Amazônia, Mata Atlântica	X
HEVE	Helicônia	<i>Heliconia velloziana</i>	Heliconiaceae	AL, OR	Nativa	Mata Atlântica	X
MIGL	Guaco	<i>Mikania glomerata</i>	Asteraceae	ME	Nativa	Cerrado e Mata Atlântica	X
PAED	Maracujá	<i>Passiflora edulis</i>	Passifloraceae	AL, ME	Nativa	Amazônia, Caatinga, Cerrado, Mata Atlântica e Pantanal	X
PAJI	Maracujá	<i>Passiflora jilekii</i>	Passifloraceae	AL, ME	Nativa	Mata Atlântica	X
PHBI	Guimbé	<i>Philodendron bipinnatifidum</i>	Araceae	AL, OB, ME	Nativa	Cerrado e Mata Atlântica	X

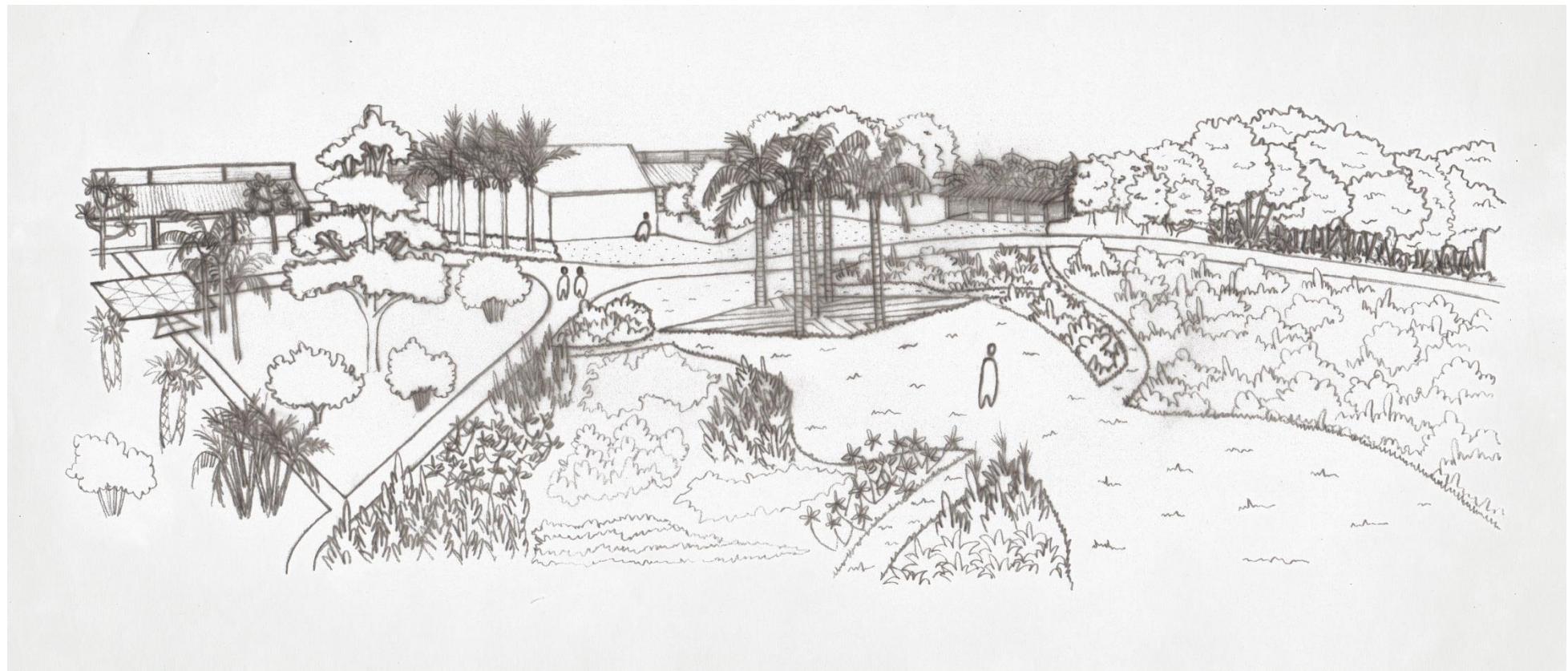


Figura 34 - Croqui dos quintais guarani e caiçara.

#### 6.2.4.3. Roça e Viveiro

A Roça e o Viveiro compõem um ambiente que é compartilhado tanto pela cultura guarani quanto pela cultura caiçara. Ambas compartilham as técnicas agrícolas e grande parte das espécies cultivadas em suas roças. Assim, temos espécies como a mandioca (*Manihot esculenta*), o milho (*Zea mays*), a batata doce (*Ipomoea batatas*), a abóbora (*Cucurbita máxima*) e o cará (*Dioscorea spp.*), que são amplamente cultivadas tanto por caiçaras quanto por guaranis. A roça se encontra já no início da encosta da elevação das ruínas, proporcionando condições de cultivo mais variadas, pois, por exemplo, o milho tem preferência por solos planos e mais úmidos, enquanto a mandioca se desenvolve melhor nas encostas. Além disso, foi proposto que se cultivem na roça diversas variedades de cada alimento, refletindo a riqueza das roças tradicionais e, principalmente, dos Guarani. Segundo Adriana Felipim (2001, p.38), que elaborou uma extensa investigação sobre o sistema agrícola Guarani Mbyá, foi identificada uma diversidade imensa dos cultivares agrícolas nas roças guaranis, com nove variedades de milho guarani, sete variedades de batata-doce, três variedades de amendoim, duas variedades de feijão “de corda”, duas variedades de mandioca doce, duas variedades de *Coix lacrima*, uma variedade de cabaça, uma variedade de sorgo sacarino, um

cultivar de tabaco e uma variedade de melancia. Assim, a roça seria um local de preservação dessa diversidade genética e de resgate de saberes tradicionais acerca de práticas agrícolas e alimentação. As espécies propostas para este ambiente estão indicadas nas tabelas a seguir.

O Viveiro de mudas, por sua vez, se encontra em uma área bastante plana, favorecendo a instalação deste equipamento, e se divide em três áreas: um galpão de apoio, onde é preparada a terra, realizados os replantios, entre outras atividades; uma área sombreada onde ocorrem os ciclos de germinação e crescimento das mudas; e uma área de sol, onde acontece a rustificação das mudas. Além disso, há uma área semi-sombreada, em meio a um conjunto de jerivás, que permite o desenvolvimento de espécies de meia sombra.



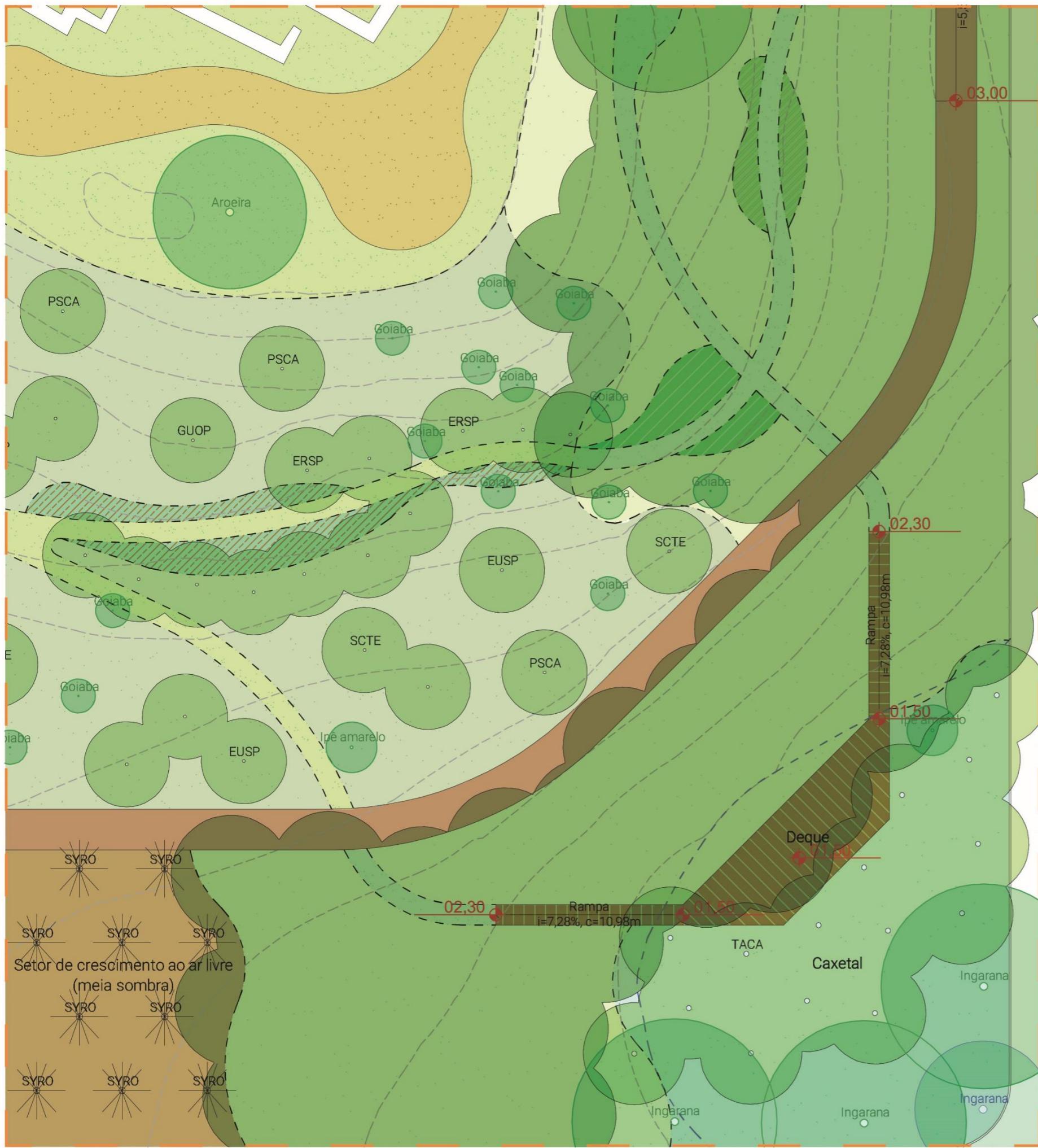
Espécies vegetais propostas							
Roça							
Arbustos e trepadeiras							
Código	Nome popular	Nome científico	Família	Usos	Origem	Ocorrência	Ocorre na restinga
ANCO	Abacaxi	<i>Ananas comosus</i>	Bromeliaceae	AL	Nativa	Mata Atlântica	
CUMA	Abóbora	<i>Cucurbita maxima</i>	Cucurbitaceae	AL	Cultivada	-	
DIAL	Cará guaçu	<i>Dioscorea alata</i>	Dioscoreaceae	AL	Cultivada	-	
DICA	Cará de espinho	<i>Dioscorea cayennensis</i>	Dioscoreaceae	AL	Cultivada	-	
DIDO	Cará	<i>Dioscorea dodecaneura</i>	Dioscoreaceae	AL	Nativa	Amazônia, Caatinga, Cerrado e Mata Atlântica	X
DITR	Cará mimoso	<i>Dioscorea trifida</i>	Dioscoreaceae	AL	Nativa	Amazônia, Cerrado	
GOHI	Algodão	<i>Gossypium hirsutum</i>	Malvaceae	OB	Naturalizada	Amazônia, Caatinga, Cerrado e Mata Atlântica	
LASI	Cabaça	<i>Lagenaria siceraria</i>	Cucurbitaceae	OB	Cultivada	-	
MAES	Mandioca	<i>Manihot esculenta</i>	Eufórbiaeae	AL	Nativa	Amazônia, Cerrado e Mata Atlântica	X
NILA	Tabaco	<i>Nicotiana langsdorffii</i>	Solanaceae	OU	Nativa	Mata Atlântica	
SAOF	Cana de açúcar	<i>Saccharum officinarum</i>	Poaceae	AL	Cultivada	-	
ZEMA	Milho	<i>Zea mays</i>	Poaceae	AL	Cultivada	-	

Herbáceas e forrações							
Código	Nome popular	Nome científico	Família	Usos	Origem	Ocorrência	Ocorre na restinga
ARHY	Amendoim	<i>Arachis hypogaea</i>	Fabaceae	AL	Naturalizada	Amazônia, Caatinga, Cerrado, Mata Atlântica, Pampa, Pantanal	
IPBA	Batata doce	<i>Ipomea batatas</i>	Convolvulaceae	AL	Naturalizada	Amazônia, Caatinga, Cerrado, Mata Atlântica, Pampa, Pantanal	X
PHVU	Feijão	<i>Phaseolus vulgaris</i>	Fabaceae	AL	Cultivada	-	

#### **6.2.4.4. Floresta**

A Floresta foi subdividida em dois trechos apenas para facilitar a leitura das pranchas, mantendo a escala das outras ampliações. A ambiência da floresta foi dividida em quatro ambientes ou fitofisionomias, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelos zoneamentos previamente elaborados. Assim, temos a Restinga Arbustiva, que ocorre na encosta da elevação das ruínas voltada para o edifício do Museu da Paisagem, se desenvolvendo ao redor da área da roça. A escolha de manter uma vegetação mais baixa neste lado da encosta está ligada à diretriz de deixar a visão das ruínas, a partir do edifício, liberada. Adentrando a fisionomia da mata, temos a Floresta Alta de Restinga, que se desenvolve em todo o flanco sul da elevação, nas áreas não alagadiças do terreno. Na área marcada como brejo, ocorre a Floresta Paludosa ou Caxetal, com predominância da caxeta (*Tabebuia cassinoides*), enquanto no extremo oposto, onde também ocorre uma área alagadiça, porém não permanentemente, se desenvolve a Floresta de Restinga Alta Úmida. Cada uma dessas fitofisionomias apresenta espécies típicas, que foram indicadas nas tabelas a seguir. Nesse sentido, tais espécies representam indivíduos de interesse para cada fitofisionomia e, por isso, quando possível, é importante priorizá-las no processo de regeneração

natural da vegetação, proposto para a área de mata já existente. Além disso, a maior parte destas espécies possui usos registrados, principalmente, para a cultura caiçara - o que não quer dizer que não sejam utilizadas na cultura guarani, apenas faltam dados para esta



Ampliação 04: Floresta | Trecho 1

Escala 1:250



#### LEGENDA

- Piso de terra e areia (PTA)
- Piso de solo cimento
- Piso de terra batida
- Deque
- Brejo existente
- Cota de nível
- Copa das árvores e palmeiras propostas
- Copa das árvores e palmeiras existentes
- Copa das árvores e palmeiras transplantadas
- Arbustos, herbáceas e forrações propostas
- Vegetação herbáceo-arbustiva de Restinga Arbustiva
- Vegetação herbáceo-arbustiva de Floresta de Restinga Alta
- Vegetação herbáceo-arbustiva de Floresta de Restinga Alta Úmida
- Vegetação herbáceo-arbustiva de Floresta Paludosa
- Forração de *Homolepis glutinosa*
- Forração de *Panicum pilosum*
- Divisão entre vegetação
- AAAA Código de identificação das árvores e arbustos propostos

#### Nota:

As espécies selecionadas estão discriminadas nas tabelas de vegetação proposta

#### LEGENDA FORRAÇÕES PROPOSTAS

##### FLORESTA

- NECA | Íris da praia
- HEVE | Helicônia
- PHBI | Guaimbê
- METE | Taquara
- PA/SE | Timbó



Ampliação 05: Floresta | Trecho 2

Escala 1:250



Espécies vegetais propostas							
Restinga Arbustiva							
Árvores e Palmeiras							
Código	Nome popular	Nome científico	Família	Usos	Origem	Ocorrência	Ocorre na restinga
ERSP	Mulungu	<i>Erythrina speciosa</i>	Fabaceae	ME	Nativa	Cerrado e Mata Atlântica	X
EUSP	Laranjinha do mato	<i>Eugenia speciosa</i>	Myrtaceae	AL	Nativa	Mata Atlântica	X
GUOP	Maria mole	<i>Guapira opposita</i>	Nyctaginaceae	-	Nativa	Amazônia, Caatinga, Cerrado e Mata Atlântica	X
PSCA	Araçá	<i>Psidium cattleyanum</i>	Myrtaceae	AL, ME	Nativa	Caatinga, Cerrado e Mata Atlântica	X
SCTE	Aroeira	<i>Schinus terebinthifolius</i>	Anacardiaceae	AL, ME	Nativa	Cerrado, Mata Atlântica e Pampa	X

Arbustos e trepadeiras							
Código	Nome popular	Nome científico	Família	Usos	Origem	Ocorrência	Ocorre na restinga
ANFR	Gravatá	<i>Ananas fritzmuelleri</i>	Bromeliaceae	AL, OR	Nativa	Mata Atlântica	X
BRAN	Caraguatá	<i>Bromelia antiacantha</i>	Bromeliaceae	AL, ME	Nativa	Mata Atlântica, Pampa	X
COCU	Erva baleeira	<i>Cordia curassavica</i>	Boraginaceae	ME	Nativa	Mata Atlântica	X
DAEC	Própolis vermelho	<i>Dalbergia ecastaphyllum</i>	Fabaceae	ME, OU	Nativa	Amazônia e Mata Atlântica	X
DIVI	Coroãnhia	<i>Dioclea violacea</i>	Fabaceae	OB	Nativa	Caatinga, Mata Atlântica, Pampa e Pantanal	X
EPFU	-	<i>Epidendrum fulgens</i>	Orchidaceae	-	Nativa	Mata Atlântica	X
PAMI	Timbó	<i>Paullinia micrantha</i>	Sapindaceae	OU	Nativa	Mata Atlântica	X
QUAR	-	<i>Quesnelia arvensis</i>	Bromeliaceae	OR	Nativa	Mata Atlântica	X
TICL	Orelha de gato	<i>Tibouchina clavata</i>	Melastomataceae	ME	Nativa	Mata Atlântica	X

Espécies vegetais propostas							
Floresta de Restinga Alta							
Árvores e Palmeiras							
Código	Nome popular	Nome científico	Família	Usos	Origem	Ocorrência	Ocorre na restinga
ALPE	Timbuíba	<i>Albizia pedicellaris</i>	Fabaceae	CC	Nativa	Amazônia, Cerrado e Mata Atlântica	X
ERPE	Embiruçu	<i>Eriotheca pentaphylla</i>	Malvaceae	CC	Nativa	Mata Atlântica	X
EUED	Juçara	<i>Euterpe edulis</i>	Arecaceae	AL, OB, CO	Nativa	Cerrado e Mata Atlântica	X
GAGA	Bacupari	<i>Garcinia Gardneriana</i>	Clusiaceae	AL, ME	Nativa	Amazônia, Caatinga, Cerrado e Mata Atlântica	X
GUOP	Maria mole	<i>Guapira opposita</i>	Nyctaginaceae	-	Nativa	Amazônia, Caatinga, Cerrado e Mata Atlântica	X
MASU	Massaranduba	<i>Manilkara subsericea</i>	Sapotaceae	CO	Nativa	Mata Atlântica	X
NEOP	Canela	<i>Nectandra oppositifolia</i>	Lauraceae	OB, CC	Nativa	Caatinga, Cerrado e Mata Atlântica	X
OCAC	Canela	<i>Ocotea aciphylla</i>	Lauraceae	OB, CC	Nativa	Amazônia, Cerrado e Mata Atlântica	X
SYPS	Pati	<i>Syagrus pseudococos</i>	Arecaceae	AL, OB, CO	Nativa	Mata Atlântica	X

Arbustos e trepadeiras							
Código	Nome popular	Nome científico	Família	Usos	Origem	Ocorrência	Ocorre na restinga
ANFR	Gravatá	<i>Ananas fritzmuelleri</i>	Bromeliaceae	AL	Nativa	Mata Atlântica	X
NIIN	Bromélia	<i>Nidularium innocentii</i>	Bromeliaceae	-	Nativa	Mata Atlântica	X
QUAR	Bromélia	<i>Quesnelia arvensis</i>	Bromeliaceae	-	Nativa	Mata Atlântica	X

Espécies vegetais propostas							
Floresta de Restinga Alta Úmida							
Árvores e Palmeiras							
Código	Nome popular	Nome científico	Família	Usos	Origem	Ocorrência	Ocorre na restinga
ASAC	Brejaúva	<i>Astrocaryum aculeatissimum</i>	Arecaceae	AL, OB, CO	Nativa	Mata Atlântica	X
ATDU	Indaiá	<i>Attalea dubia</i>	Arecaceae	AL, OB, CO	Nativa	Mata Atlântica	X
BASE	Tucum	<i>Bactris setosa</i>	Arecaceae	AL, OB, CO	Nativa	Cerrado e Mata Atlântica	X
BAPE	Timbuíba	<i>Balizia pedicellaris</i>	Fabaceae	CC	Nativa	Mata Atlântica	X
CABR	Guanandi	<i>Calophyllum brasiliense</i>	Calophyllaceae	CC, CO	Nativa	Amazônia, Caatinga, Cerrado e Mata Atlântica	X
ERPE	Embiruçu	<i>Eriotheca pentaphylla</i>	Malvaceae	CC	Nativa	Mata Atlântica	X
EUED	Juçara	<i>Euterpe edulis</i>	Arecaceae	AL, OB, CO	Nativa	Cerrado e Mata Atlântica	X
GESP	Guaricanga	<i>Geonoma sp.</i>	Arecaceae	AL, OB, CO	Nativa	Amazônia, Cerrado e Mata Atlântica	X
HAHE	Ipê roxo	<i>Handroanthus heptaphyllus</i>	Bignoniaceae	OB, CO, ME	Nativa	Cerrado e Mata Atlântica	X
HAUM	Ipê amarelo do brejo	<i>Handroanthus umbellatus</i>	Bignoniaceae	-	Nativa	Caatinga, Cerrado e Mata Atlântica	X
JAPU	Carobinha	<i>Jacaranda puberula</i>	Bignoniaceae	ME	Nativa	Cerrado e Mata Atlântica	X
MASU	Massaranduba	<i>Manilkara subsericea</i>	Sapotaceae	CO	Nativa	Mata Atlântica	X
SCAN	Caxeta	<i>Schefflera angustissima</i>	Araliaceae	CO, ME	Nativa	Mata Atlântica	X
SYPS	Pati	<i>Syagrus pseudococos</i>	Arecaceae	AL, OB, CO	Nativa	Mata Atlântica	X
SYRO	Jerivá	<i>Syagrus romanzoffiana</i>	Arecaceae	AL, CO, ME	Nativa	Cerrado, Mata Atlântica e Pampa	X
TACA	Caixeta	<i>Tabebuia cassinoides</i>	Bignoniaceae	OB, CC	Nativa	Mata Atlântica	X
TAGU	Tapiriri	<i>Tapirira guianensis</i>	Anacardiaceae	CO	Nativa	Amazônia, Caatinga, Cerrado, Mata Atlântica e Pantanal	X

Arbustos e trepadeiras							
Código	Nome popular	Nome científico	Família	Usos	Origem	Ocorrência	Ocorre na restinga
GUMA	Camboatá	<i>Guarea macrophylla</i>	Meliaceae	OB, CO	Nativa	Amazônia, Caatinga, Cerrado e Mata Atlântica	X
HEAN	Helicônia	<i>Heliconia angusta</i>	Heliconiaceae	AL, OR	Nativa	Mata Atlântica	X
HEVE	Helicônia	<i>Heliconia velloziana</i>	Heliconiaceae	AL, OR	Nativa	Mata Atlântica	X
MIFA	Pixirica	<i>Miconia fasciculata</i>	Melastomataceae	AL	Nativa	Mata Atlântica	X
MUUR	-	<i>Mucuna urens</i>	Fabaceae	-	Nativa	Amazônia e Mata Atlântica	X
NIIN	Bromélia	<i>Nidularium innocentii</i>	Bromeliaceae	-	Nativa	Mata Atlântica	X
NIPR	Bromélia	<i>Nidularium procerum</i>	Bromeliaceae	-	Nativa	Mata Atlântica	X
PIUM	Pariparoba	<i>Piper umbellatum</i>	Piperaceae	ME	Nativa	Amazônia, Cerrado e Mata Atlântica	X
PSCR	Sanhaçaíba	<i>Psychotria cartaghenensis</i>	Rubiaceae	-	Nativa	Amazônia, Caatinga, Cerrado, Mata Atlântica, Pampa e Pantanal	X

Espécies vegetais propostas							
Floresta Paludosa							
Árvores e Palmeiras							
Código	Nome popular	Nome científico	Família	Usos	Origem	Ocorrência	Ocorre na restinga
TACA	Caixeta	<i>Tabebuia cassinoides</i>	Bignoniaceae	OB, CC	Nativa	Mata Atlântica	X

Herbáceas e forrações							
Código	Nome popular	Nome científico	Família	Usos	Origem	Ocorrência	Ocorre na restinga
CYGI	Piri	<i>Cyperus ligularis</i>	Cyperaceae	OB	Nativa	Amazônia, Caatinga, Cerrado e Mata Atlântica	X
TYDO	Taboa	<i>Typha dominguensis</i>	Typhaceae	OB	Nativa	Amazônia, Caatinga, Cerrado, Mata Atlântica, Pampa e Pantanal	X



CORTE LONGITUDINAL AA

Escala 1:500

## 7. Conclusão: Perspectivas Vegetais

A proposição de abordar a dimensão cultural das plantas como variável central na elaboração projetual paisagística não é simples. Requer, sem dúvida, um profundo questionamento sobre as bases do que hoje constitui a disciplina da Arquitetura da Paisagem. Apesar disso, não seria capaz de abordar neste trabalho, de forma abrangente e com o devido cuidado, as origens e desdobramentos desta disciplina, me permitindo apenas uma breve reflexão sobre as relações entre ser humano e natureza que se cristalizam a partir do século XVIII e permeiam a própria noção do projetar a paisagem, dentro dos paradigmas ocidentais. Friso a intenção de fazer aqui uma reflexão, uma vez que não me proponho a aprofundar os conceitos mobilizados para tanto, mas sim aproximar-los em busca de outros pontos de vista que possibilitem compreender a variedade de modos como nos relacionamos com as plantas e, em contrapartida, como as utilizamos nos projetos da paisagem.

Analizando o modo como são correntemente tratadas as

plantas no projeto paisagístico, é possível perceber, de modo geral, como a sociedade (nesse caso a ocidental)<sup>37</sup> se relaciona com esses seres. Utilizar preferencialmente critérios de forma, cor, textura ou tamanho para a seleção de espécies é uma decorrência do modo objetivado e objetivante que o pensamento ocidental emprega para conhecer e se relacionar com o mundo a sua volta:

Nesta última [a epistemologia objetivista favorecida pela modernidade ocidental], a categoria do objeto fornece o telos: conhecer é objetivar; é poder distinguir no objeto o que lhe é intrínseco do que pertence ao sujeito cognoscente, e que, como tal, foi indevida e/ou inevitavelmente projetado no objeto. Conhecer, assim, é dessubjetivar, explicitar a parte do sujeito presente no objeto, de modo a reduzi-la a um mínimo ideal. (VIVEIROS DE CASTRO, 2002, p.358).

Essa forma de conhecer, cujas raízes remontam mesmo à Grécia Antiga, foi exacerbada pela filosofia iluminista do século XVIII, que consolidou o empirismo como o método por excelência de

<sup>37</sup> Trato aqui da forma de projetar a paisagem de matriz europeia e que constitui a base primeira do modo de como se pensa este projetar no Brasil, não me referindo, assim, aos modos orientais de intervir e pensar a paisagem.

construção do conhecimento. Deste ponto de vista, a separação entre sujeito e objeto é um dado fundamental para a compreensão do mundo, estando na base da forma ocidental de se relacionar com a natureza – noção que apenas faz sentido quando colocada justamente na forma dicotômica cultura/natureza, correspondente à sujeito/objeto. Alçar a “natureza” à condição de algo externo à humanidade, algo que existe e cujos fenômenos se manifestam independentemente desta humanidade, implicou na relação de externalidade e dominação que fundamenta o entendimento desta “natureza” como recurso, como algo à serviço do ser humano.

Esse senso de dominação sobre a natureza, sobre o não-humano – que inclui mesmo partes da humanidade, se considerarmos a linha ontológica moderno-colonial<sup>38</sup>, como proposta por Nelson Maldonado Torres – é, de fato, o que torna plausível, por exemplo, o trânsito global de plantas que, retiradas de seus locais de origem, são espalhadas pelos quatro cantos do planeta, por motivações estéticas, mercadológicas e/ou científicas, em um processo de longa duração que se dá, em escala planetária, desde a expansão ultramarina ibérica do século XVI.

Porém, se colocamos em perspectiva essa forma de se relacionar com a natureza e com as plantas, compreendendo que este é apenas um dos muitos modos possíveis de apreender o mundo a nossa volta, o problema de pensar as plantas do ponto de vista da cultura ganha outra dimensão. Deixa de ser apenas uma questão de se propor a entender os diferentes usos que a vegetação pode ter para essa ou aquela comunidade, e passa a ser uma questão de desvelar outras epistemologias e cosmologias, que nos colocam formas muito diversas de compreensão e relação com os outros seres com os quais compartilhamos nossa existência.

Nesse sentido, podemos encontrar no continente americano um fecundo cenário de diversidade de epistemologias e cosmologias que foram sistematicamente deixadas de lado pelos paradigmas do conhecimento acadêmico fortemente marcado pelo etnocentrismo e eurocentrismo herdados da dominação colonial. No entanto, como abordar outras perspectivas de um ponto de vista que escape ao modo da modernidade ocidental, obcecada “pela ordem, pelo recorte e pela formatação” (GRUZINSKI, 2001, p.51) e pretensamente universal? Essa é uma das questões centrais que a historiografia decolonial, na qual em parte se apoia este trabalho,

---

<sup>38</sup> Vide Nota 1.

busca responder, mas que não possui uma única e legítima resposta (afinal, uma contraposição à epistemologia ocidental passa necessariamente pela percepção de que as respostas são, de fato, diversas). Assim, para esta reflexão, considero importante ponderar o conceito de cultura e pensar nos fenômenos da mestiçagem e da hibridização como formas de adotar outras perspectivas como referenciais epistêmicos que permitam enxergar as plantas sob outros pontos de vista.

Destarte, é preciso frisar que a cultura, enquanto entendida como o fenômeno de “organização da experiência e da ação humanas por meios simbólicos” (SAHLINS, 1997, p.41), não é estática, podendo se modificar ao longo do tempo, sem, no entanto, se tornar outra. A ideia, então, de que o processo de aculturação empreendido pelos processos de globalização torna as culturas cada vez mais homogêneas e que o caminho natural seria a “morte” das culturas tradicionais não corresponde a realidade. Como colocado por Marshal Sahlins (1997, p.57), “justamente por participarem de um processo global de aculturação, os povos “locais” continuam a se distinguir entre si pelos modos específicos como o fazem”. Nessa perspectiva, assumir o caráter mestiço de nossa cultura, em uma perspectiva decolonial, é compreender essa condição não estática e afirmar nossas singularidades frente ao pensamento ocidental

globalizante. E por que não trazer esta postura também para as formas de relação com as plantas expressas no pensamento projetual paisagístico, criando modos mestiços de projetar a paisagem?

Quando remetemos à obra e à prática paisagística de Roberto Burle Marx, percebemos que ali já havia um pensamento mestiço, uma maneira muito particular de tratar a paisagem tropical, mimetizando-a e valorizando-a frente às paisagens e formas de arranjo espacial europeias. De sua forma de projetar a paisagem, a dimensão estética acabou sobressaindo e sendo amplamente reproduzida, sem, no entanto, haver a mesma preocupação em relação às dimensões ecológicas de escolha e emprego das espécies. De qualquer forma, sua obra representa um rico ponto de partida, ao qual seria interessante adicionar o cuidado com o significado cultural que as espécies possuem, em diferentes contextos culturais, conformando paisagens que integram identidades e memórias coletivas. Não somente este cuidado, mas também incorporar no próprio pensamento projetual outras lógicas, outras epistemologias e visões de mundo, específicas do contexto onde se materializará o projeto.

Desse modo, pensar um jardim etnobotânico vem ao

encontro das inquietações acerca das formas de projetar a paisagem e pensar a vegetação, suscitando questionamentos profundos sobre como se dão os modos ocidentais de relação com as plantas e como existem tantas outras maneiras de compreender e se relacionar com o mundo a nossa volta quando voltamos nossos olhares para outras cosmologias. Pensar as plantas, e todos os outros seres com os quais compartilhamos nossa existência, como sujeitos, mesmo que em potencial, como no pensamento ameríndio, é uma dessas outras maneiras capazes de inspirar modos mais equilibrados de convivência com o que entendemos por “natureza”, justamente por inverter uma lógica fundamental que sustenta tal postura: o antropocentrismo. Talvez assim começemos a, de fato, refletir sobre os critérios que empregamos na escolha das espécies, de modo a superar a superficialidade da definição baseada tão somente na forma, cor, textura e condições de luminosidade...

## Referências Bibliográficas

ABREU, Regina. Museus, ruínas e paisagens: patrimonialização e disputa de sentidos. In: GUIMARAENS, Cêça (org.). **Museografia e arquitetura de museus: identidades e comunicação**. In: 2º Seminário Internacional Museografia e Arquitetura de Museus: identidades e comunicação, 2010, Rio de Janeiro.

ALMEIDA, Thiago Valente Vieira de *et al.* Agrobiodiversidade nas comunidades Guarani-Nhandewa no norte do Paraná: memória e resgate. In: **Espaço Ameríndio**, n.1, v.8, p.40-58, jan-jun. 2014.

APYKÁ, Luan Elísio; PACHECO, Dhevan. **Folhas e Raízes: resgatando a medicina tradicional Tupi-Guarani**. São Paulo: Comissão Pró-Índio de São Paulo, 2014.

ARAUJO, Luciana Gomes de. **Etnobotânica caiçara: diversidade e conhecimento de recursos vegetais no litoral paulista**. 2007. 210p. Dissertação (Mestrado em Ecologia) - Instituto de Biologia da Unicamp, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007. Disponível em: <<http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/315743>>. Acesso em: 10 mar. 2019.

ARAUJO, Luciana Gomes de; HANAZAKI, Natalia; PERONI, Nivaldo. **Etnobotânica caiçara no litoral paulista**. 1ª ed. São Carlos: RIMA, 2007.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. In: **Revista Brasileira de Ciência Política**, n.11, p.89-117, mai-ago. 2013.

BASTOS, Marcelo Correa e; DORIA, Carlos Alberto. **A culinária caipira da Paulistânia: A história e as receitas de um modo antigo de comer**. 1ª ed. São Paulo: Três estrelas, 2018.

BRANCO, Alice; CASEIRO, Fernando. **Cultura caiçara: resgate de um povo**. 1ª ed. Peruíbe: Oficina do Livro e Cultura, 2005.

BRASIL. Lei nº 9985, de 18 de julho de 2000. Dispõe sobre a regulamentação do art. 225, 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 19 jul. 2000. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L9985.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9985.htm)>. Acesso em: 20 mar. 2019.

CAMARGO, Talita Cristina Caetano *et al.* Caracterização do estágio sucessional da vegetação da restinga da Vila Barra do Una, Peruíbe – SP. In: **IF Série Registros**, São Paulo, n.40, p.83-87, jul. 2009.

Disponível em: <  
[https://www.researchgate.net/publication/257984745\\_Caracterizacao do estagio sucessional da vegetacao da restante da Vila da Barra do Una Peruibe\\_SP](https://www.researchgate.net/publication/257984745_Caracterizacao_do_estagio_sucessional_da_vegetacao_da_restante_da_Vila_da_Barra_do_Uma_Peruibe_SP)>. Acesso em: 14 mai. 2019.

\_\_\_\_\_. Composição da vegetação herbáceo-arbustiva da restante da Vila Barra do Una, Peruíbe – SP. In: **Revista Ceciliana**, n.1, v.2, p.76-80, 2009. Disponível em: <  
[https://www.researchgate.net/publication/258008559\\_Composicao\\_da\\_vegetacao\\_herbaceo-arbustiva\\_da\\_restante\\_da\\_Vila\\_da\\_Barra\\_do\\_Uma\\_Peruibe\\_SP](https://www.researchgate.net/publication/258008559_Composicao_da_vegetacao_herbaceo-arbustiva_da_restante_da_Vila_da_Barra_do_Uma_Peruibe_SP)>. Acesso em: 28 ago. 2019.

CAMPANILI, Maura; SCHAFFER, Wigold Bertoldo (org.). **Mata Atlântica: patrimônio nacional dos brasileiros**. Brasília: MMA – Ministério do Meio Ambiente, 2010.

CARDOSO, Victor José Mendes. **Peabiru, histórias e plantas**. Rio Claro: UNESP, Departamento de Botânica, s/d. Disponível em: <  
[http://www.rc.unesp.br/ib/victor\\_bot/textos/VictorPeabiru2\[1\].doc](http://www.rc.unesp.br/ib/victor_bot/textos/VictorPeabiru2[1].doc)>. Acesso em: 26 set. 2019.

CÉSAR, Ricardo Gomes *et al.* Does a Native Grass (*Imperata brasiliensis* Trin.) Limit Tropical Forest Restoration Like an Alien Grass (*Melinis minutiflora* P. Beauv.)? In: **Tropical Conservation**

**Science**, v.7, p.639–656, 2014.

CHIQUINHO, Cleber Rocha (org.). **Saberes caiçaras: A cultura caiçara na história de Cananéia**. São Paulo: Páginas e Letras, 2007.

CICCARONE, Celeste. Um povo que caminha: notas sobre movimentações territoriais guarani em tempos históricos e neocoloniais. In: **Dimensões**, v.26, p.136-151, 2011.

CLASTRES, Hélène. **Terra Sem Mal**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1978.

CLASTRES, Pierre. **A fala sagrada**. Mitos e cantos sagrados dos índios guarani. Campinas: Papirus Editora, 1990.

CLASTRES, Pierre. **A sociedade contra o Estado**. São Paulo: Cosac Naify, 2012.

DOURADO, Guilherme Mazza. **Modernidade verde: jardins de Burle Marx**. São Paulo: Editora Senac, EDUSP, 2009.

FELIPIM, Adriana Perez. **O sistema agrícola Guarani Mbyá e seus cultivares de milho: um estudo de caso na aldeia guarani da Ilha do Cardoso, município de Cananéia, SP**. 2001. 135p. Dissertação (Mestrado em Ciências, Área de Concentração: Ciências Florestais) – Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Universidade de

São Paulo, Piracicaba, 2001.

FERREIRA DE CASTRO, Carlos Eduardo *et al.* Helicônias brasileiras: características, ocorrência e usos. In: **Revista Brasileira de Horticultura Ornamental**, n.1, v.17, p.5-24, 2011. Disponível em: <<https://ornamentalhorticulture.emnuvens.com.br/rbho/article/view/725/0>>. Acesso em: 10 out. 2019.

FONSECA-KRUEL, Viviane Stern da *et al.* **Plantas úteis da restinga: o saber dos pescadores artesanais de Arraial do Cabo, Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro, 2006.

FRAZÃO, Annelise; SOMNER, Genise Vieira. Sapindaceae em um remanescente de Floresta Estacional Semidecidual no município de Engenheiro Paulo de Frontin, RJ, Brasil. In: **Hoehnea**, n.43, v.3, p.437-459, 2016. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2236-89062016000300437&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2236-89062016000300437&script=sci_abstract&tlng=pt)>. Acesso em: 19 out. 2019.

FUNDAÇÃO FLORESTAL. Plano de manejo da área de proteção ambiental marinha do litoral centro. Diagnóstico técnico – Produto 2: meio biótico – APAM litoral centro. [2018]. Disponível em: <

[https://sigam.ambiente.sp.gov.br/sigam3/Repositorio/511/Documentos/APAM\\_LC/APAMLC\\_Restinga.pdf](https://sigam.ambiente.sp.gov.br/sigam3/Repositorio/511/Documentos/APAM_LC/APAMLC_Restinga.pdf)>. Acesso em: 05 set. 2019.

GALANTE, Luciana. **Entre plantas e entidades: o conhecimento etnobotânico dos Guarani-Mbya de Tekoa Pyau.** Parapiranga: Faculdade AGES, s/d. Disponível em <[http://xiram.com.uy/ponencias/GT83/Luciana%20Galante\\_%20Entre%20plantas%20e%20entidades-%20o%20conhecimento%20etnobot%C3%A2nico%20dos%20Guarani-Mbya%20de%20Tekoa%20Pyau.pdf](http://xiram.com.uy/ponencias/GT83/Luciana%20Galante_%20Entre%20plantas%20e%20entidades-%20o%20conhecimento%20etnobot%C3%A2nico%20dos%20Guarani-Mbya%20de%20Tekoa%20Pyau.pdf)>. Acesso em: 07 abr. 2019.

GARROTE, Valquíria. Os quintais caiçaras, suas características sócio-ambientais e perspectivas para a comunidade do Saco do Mamanguá, Paraty-RJ. 2004. 198p. Dissertação (Mestrado em Recursos Florestais) - Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz", Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2004.

GIANESELLA, Rubens. Gêneses urbanas do colonialismo: síntese de encontros culturais. In: **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v.20, n.1, p.165-200, jan-jun 2012. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/39812/42676>>. Acesso em: 23 mar. 2019.

GIL, Carmem Zeli de Vargas; MEINERZ, Carla Beatriz. Educação, patrimônio cultural e relações étnico-raciais:

possibilidades para a decolonização dos saberes. In: **Horizontes**, v.35, n.1, p.19-34, jan-abr. 2017.

GRUZINSKI, Serge. **O pensamento mestiço**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

GRUZINSKI, Serge. **As quatro partes do mundo: história de uma mundialização**. São Paulo: Editora UFMG, EDUSP, 2014.

HERZOG, Cecília P. Sobre estética ecológica: reflexões a partir de Rosa Kliass e Fernando Chacel. In: **Drops**, São Paulo, ano 09, n. 027.05, Vitruvius, mai. 2009. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/drops/09.027/1795>>. Acesso em: 10 mar. 2019.

IBGE. **Manual Técnico da Vegetação Brasileira**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv63011.pdf>>. Acesso em: 02 jun. 2019.

INNERHOFER, Susanne; BERNHARDT, Karl-Georg. Ethnobotanic Garden design in the Ecuadorian Amazon. In: **Biodiversity and Conservation**, v.20, ed.2, p.429-439, fev.2011.

INSTITUTO PÓLIS. **Litoral sustentável: desenvolvimento com inclusão social – resumo executivo** Peruíbe. São Paulo:

Instituto Pólis, 2013. Disponível em <<http://polis.org.br/publicacoes/resumo-executivo-de-peruibe-litoral-sustentavel-desenvolvimento-com-inclusao-social/>>. Acesso em: 31 mai. 2019.

IPHAN. **Paisagem Cultural**. Brasília: DEPAM/IPHAN, 2009. Disponível em: <[http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Livreto\\_paisagem\\_cultural.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Livreto_paisagem_cultural.pdf)>. Acesso em: 4 ago. 2019.

JONES, Susan Bahnick; HOVERSTEN, Mark Elison. Attributes of a successful ethnobotanical Garden. In: **Landscape Journal**, n.23, v.2, p.153-169, jan.2004.

LA REDACCIÓN. El milagro del jardín botánico. In: **Proceso**, Ciudad de México, jul. 2003. Disponível em: <<https://www.proceso.com.mx/189877/el-milagro-del-jardin-botanico>>. Acesso em: 8 mar. 2019.

LADEIRA, Maria Inês (org.). **Terras Guarani no litoral: ka'agüy oreramói kuéry ojou rive vaekue ý/ as matas que foram reveladas aos nossos antigos avós**. São Paulo: CTI, 2004.

LIMA, Pedro Paulo de Mello e Souza. **A flora no cotidiano de**

**uma população tradicional caiçara.** 2017. 56p. Dissertação (Mestrado em Ecologia), Universidade Santa Cecília, Santos, 2017.

**MAINARDI, Camila.** **Construindo proximidades e distanciamentos: etnografia Tupi Guarani da Terra Indígena Piaçaguera/SP.** 2010. 98p. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2010.

**MALDONADO-TORRES, Nelson.** Transdisciplinaridade e decolonialidade. In: **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 31, n.1, p.75-97, jan-abr. 2016.

**MARTINS, Renata Maria de Almeida.** Ventanas al Mar: Paisaje y Naturaleza en las antiguas Misiones de la Compañía de Jesús en el litoral de Brasil, entre Río de Janeiro, São Paulo y Paraná. In: **CAMPOS VERA, Norma** (Ed.). In: **Paisaje y Naturaleza**. La Paz: Fundación Visión Cultural, s/p, no prelo (trabalho apresentado no IX Encuentro Internacional del Barroco Latino-Americanano. em Buenos Aires, novembro de 2018).

**MARTINS, Suzana Ehlin** *et al.* Caracterização florística de comunidades vegetais de restinga em Bertioga, SP, Brasil. In: **Acta Botanica Brasilica**, n.22, v.1, p.249-274, 2008.

**MATTA, Priscila.** **Modos ameríndios de conhecer as**

**florestas: produção de relações e percepções.** 2016. 210p. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. doi:10.11606/T.8.2016.tde-23032016-153311. Acesso em: 23 out. 2019.

**MELATTI, Julio Cesar.** **Índios do Brasil.** São Paulo: Edusp, 2014.

**MÉTRAUX, Alfred.** A Religião dos Tupinambás e suas relações com a das demais tribos tupi-guaranis. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1950.

**MIGNOLO, Walter D.** **La idea de América Latina: la herida colonial y la opción decolonial.** Barcelona: Editorial Gedisa, 2007.

**MIRANDA, Tatiana Mota; HANAZAKI, Natalia.** Conhecimento e uso de recursos vegetais de restinga por comunidades das Ilhas do Cardoso (SP) e de Santa Catarina (SC), Brasil. In: **Acta Botanica Brasilica**, n.22, v.1, p.203-215, 2008.

**MIRANDA, Tatiana Mota.** **Etnobotânica de restinga em comunidades da Ilha do Cardoso (SP) e da Ilha de Santa Catarina (SC).** 2006. 165p. Dissertação (Mestrado em Biologia Vegetal) – Centro de Ciências Biológicas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

MONTANARI, Thaís Cristina. **A Capela de São Miguel Arcanjo em São Miguel Paulista: um documento de Arquitetura e Arte.** Dissertação (Mestrado) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2019.

MORO, Marcelo Freire *et al.* Alienígenas na sala: o que fazer com espécies exóticas e trabalhos de taxonomia, florística e fitossociologia?. In: **Acta Botanica Brasilica**, n.26, v.4, p. 991-999, 2012.

OLIVEIRA, Flávia Camargo de. **Etnobotânica da exploração de espécies vegetais para confecção do cerco-fixo na região do Parque Estadual Ilha do Cardoso, SP.** 2007. 166p. Dissertação (Mestrado em Biologia Vegetal) – Centro de Ciências Biológicas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

OLIVEIRA, Rosemary de Jesus; MANTOVANI, Waldir; MELO, Maria Margarida da Rocha Fiúza de. Estrutura do componente arbustivo-arbóreo da floresta atlântica de encosta, Peruíbe, SP. In: **Acta Botânica Brasílica**, n.15, v.3, p.391-412, 2001.

PAULA, Laís Lima de. **Etnobotânica das canoas de um tronco só, sob uma perspectiva temporal, ao longo do litoral sul-sudeste brasileiro.** 2018. 82p. Dissertação (Mestrado em Biologia de Algas, Fungos e Plantas) - Universidade Federal de Santa Catarina,

Florianópolis, 2018.

PEIXOTO, Carlos Augusto Brasil. **Geodiversidade do estado de São Paulo.** São Paulo: CPRM, 2010.

PERUÍBE-SP. Lei complementar n.121, de 03 de junho de 2008. Institui a lei de uso do solo do município de Peruíbe e dá outras providências. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/al/sp/p/peruibe/lei-complementar/2008/12/121/lei-complementar-n-121-2008-institui-a-lei-de-uso-do-solo-do-municipio-de-peruibe-e-da-outras-providencias>>. Acesso em: 28 set. 2019.

RIBEIRO, Mônica Bárbara. **A expansão urbana de Peruíbe: aspectos legais e a realidade do uso e ocupação da terra.** 2006. 130p. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

SAHLINS, Marshall. O “pessimismo sentimental” e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um objeto em vias de extinção. Partes 1 e 2. In: **Maná**, n.3, v.1, p.41-73, 1997.

SANTOS, Ana Lucia Gomes dos; FURLAN, Sueli Ângelo. Estudo multitemporal do manguezal de Peruíbe – SP. In: **GEOUSP** –

**Espaço e Tempo**, São Paulo, n.28, p.167-178, 2010.

SCHADEN, Egon. **Aspectos fundamentais da cultura Guarani**. São Paulo: EDUSP/E.P.U., 1974.

SILVA, Luciano Moreira da; FISCH, Simey Thury Vieira. **Utilização de palmeiras nativas da Floresta Atlântica pela comunidade do entorno do Parque Estadual da Serra do Mar, Ubatuba, SP**. In: **Revista Biociências**, n. spe., v.18, p.77-85, 2012.

STELLA, Roseli Santaella. **História e restauro da igreja mais antiga de São Paulo**. Disponível em: <[https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/subprefeitura s/sao\\_miguel\\_paulista/noticias/?p=2377](https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/subprefeitura-s/sao_miguel_paulista/noticias/?p=2377)>. Acesso em: 25 mar. 2019.

STUMPF, Elisabeth Regina Tempel *et al.* Espécies nativas que podem substituir as exóticas no paisagismo. In: **Revista Brasileira de Horticultura Ornamental**, n.2, v.21, p.165-172, 2015.

TRINDADE, Jaelson Bitran. A Aldeia de São João Batista de Peruíbe. In: UCHOA, Dorath Pinto. **Projeto Arqueológico, Antropológico, Histórico, Ecológico, Museológico e Turístico do município de Peruíbe, estado de São Paulo**. São Paulo: MAE-USP, 1992.

UCHOA, Dorah e; BASTOS, Paulo. As ruínas do Abarebebê e o

Museu da Paisagem. In: **Projeto Design**, São Paulo, n.20, p.102-105, mai. 1997.

VIEIRA SANTOS, Regina Helena. Itanhaém-Abarebebê: patrimônio histórico e arquitetônico na paisagem cultural do litoral paulista. In: **XVII Jornadas Internacionais sobre as Missões Jesuíticas**, São Leopoldo, 2018. Resumos. São Leopoldo: Unisinos, 2018.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Os pronomes cosmológicos e o perspectivismo ameríndio. In: **Mana**, n.2, v.2, p.115-144, 1996.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. A inconstância da alma selvagem. In: \_\_\_\_\_. **A inconstância da alma selvagem**. São Paulo: Cosac Naify, 5<sup>a</sup> ed., 2014.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Perspectivismo e multinaturalismo na América indígena. In: \_\_\_\_\_. **A inconstância da alma selvagem**. São Paulo: Cosac Naify, 5<sup>a</sup>ed., 2014.

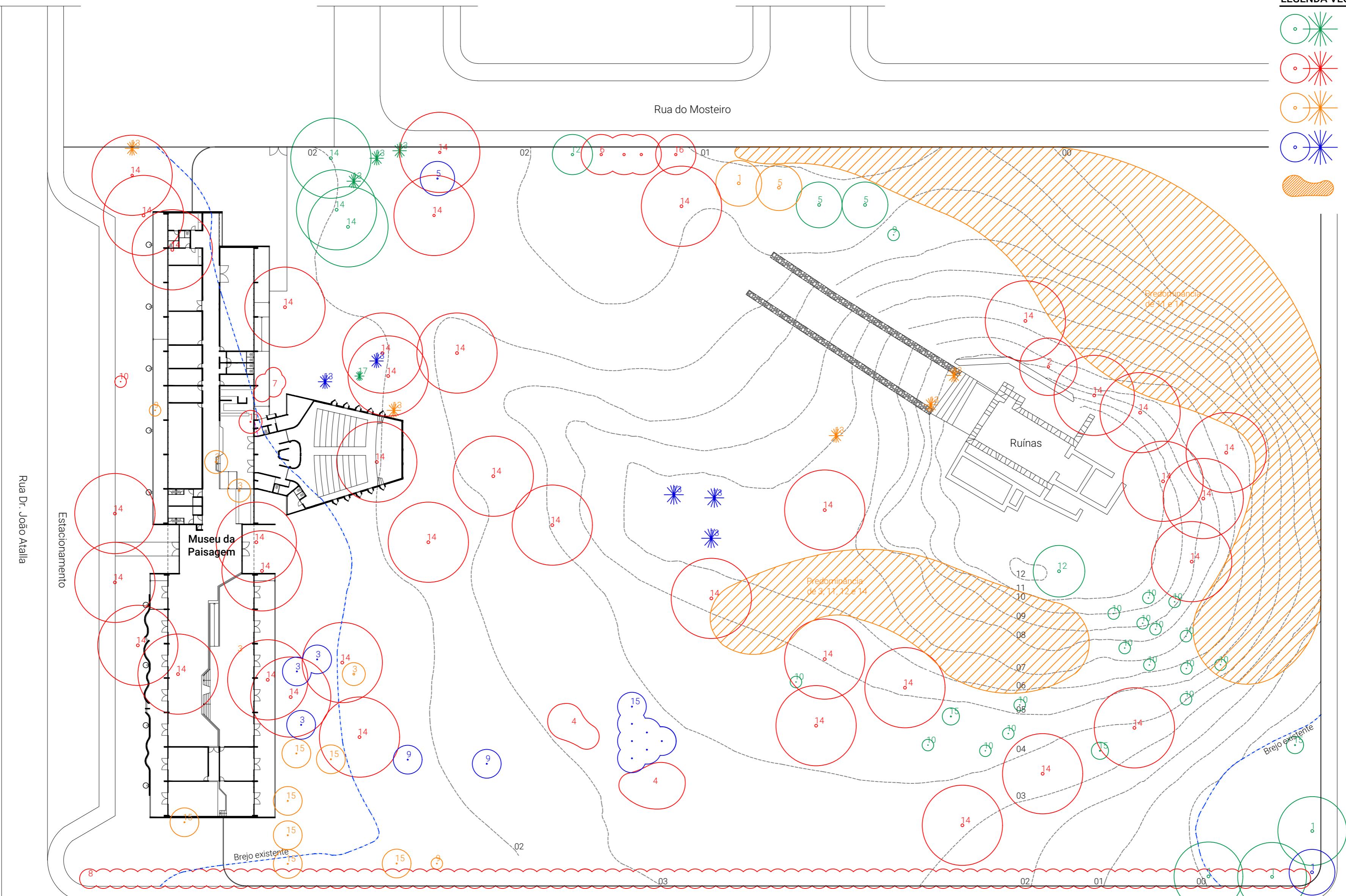
ZUCHIWSCHI, Elaine *et al.* Limitações ao uso de espécies florestais nativas pode contribuir com a erosão do conhecimento ecológico tradicional e local de agricultores familiares. In: **Acta Botanica Brasilica**, n.24, v.1, p.270-282, 2010.

Árvores e palmeiras existentes

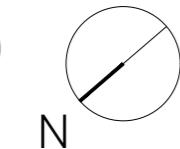
	Nome popular	Nome científico	Família	Usos	Origem	Ocorrência
1	Ingarana	<i>Abarema brachystachya</i>	Fabaceae	OB	NA	
2	Pata de vaca	<i>Bauhinia variegata</i>	Fabaceae	OR	EX (China, Índia)	-
3	Embaúba	<i>Cecropia pachystachya</i>	Urticaceae	ME	NA	Amazônia, Caatinga, Cerrado, Mata Atlântica e Pantanal
4	Areca-bambu	<i>Dypsis lutescens</i>	Arecaceae	OR	EX (Madagascar)	-
5	Grumixama	<i>Eugenia brasiliensis</i>	Myrtaceae	AL	NA	Mata Atlântica
6	Sansão do campo	<i>Mimosa caesalpiniifolia</i>	Fabaceae	OU	NA	Amazônia, Caatinga, Cerrado e Mata Atlântica
7	Bananeira	<i>Musa paradisiaca</i>	Musaceae	AL	CU (Índia)	-
8	Bambu	<i>Não identificado</i>	Poaceae	CO	EX	-
9	Araçá	<i>Psidium cattleianum</i>	Myrtaceae	AL, ME	NA	
10	Goiabeira	<i>Psidium guajava</i>	Myrtaceae	AL, ME	NU (Sul do México e norte da América do Sul)	Amazônia, Caatinga, Cerrado e Mata Atlântica
11	Cheflera, árvore guarda-chuva	<i>Schefflera actinophylla</i>	Araliaceae	OR	NU (Nova Guiné, Austrália, Java)	Mata Atlântica
12	Aroeira-mansa	<i>Schinus terebinthifolius</i>	Anacardiaceae	AL, ME	NA	Cerrado, Mata Atlântica, Pampa
13	Jerivá	<i>Syagrus romanzoffiana</i>	Arecaceae	AL	NA	Cerrado, Mata Atlântica, Pampa
14	Jambolão, jamelão	<i>Syzygium cumini</i>	Myrtaceae	AL, ME	NU (Índia)	Amazônia, Cerrado, Mata Atlântica e Pantanal
15	Ipê amarelo	<i>Tabebuia sp.</i>	Bignoniaceae	AL, OU	NA	
16	Sete copas	<i>Terminalia catappa</i>	Combretaceae	OR, ME	EX (Índia)	-

#### LEGENDA VEGETAÇÃO - MANEJO

- Copas das árvores e palmeiras existentes a serem mantidas
- Copas das árvores e palmeiras existentes a serem suprimidas
- Copas das árvores e palmeiras existentes a serem transplantadas - local de origem
- Copas das árvores e palmeiras existentes a serem transplantadas - local de transplante
- Áreas de vegetação a serem manejadas



IMPLEMENTAÇÃO  
Escala 1:500



#### JARDIM ETNOBOTÂNICO DO ABAREBEBÊ

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo

Planta de Manejo da Vegetação Existente

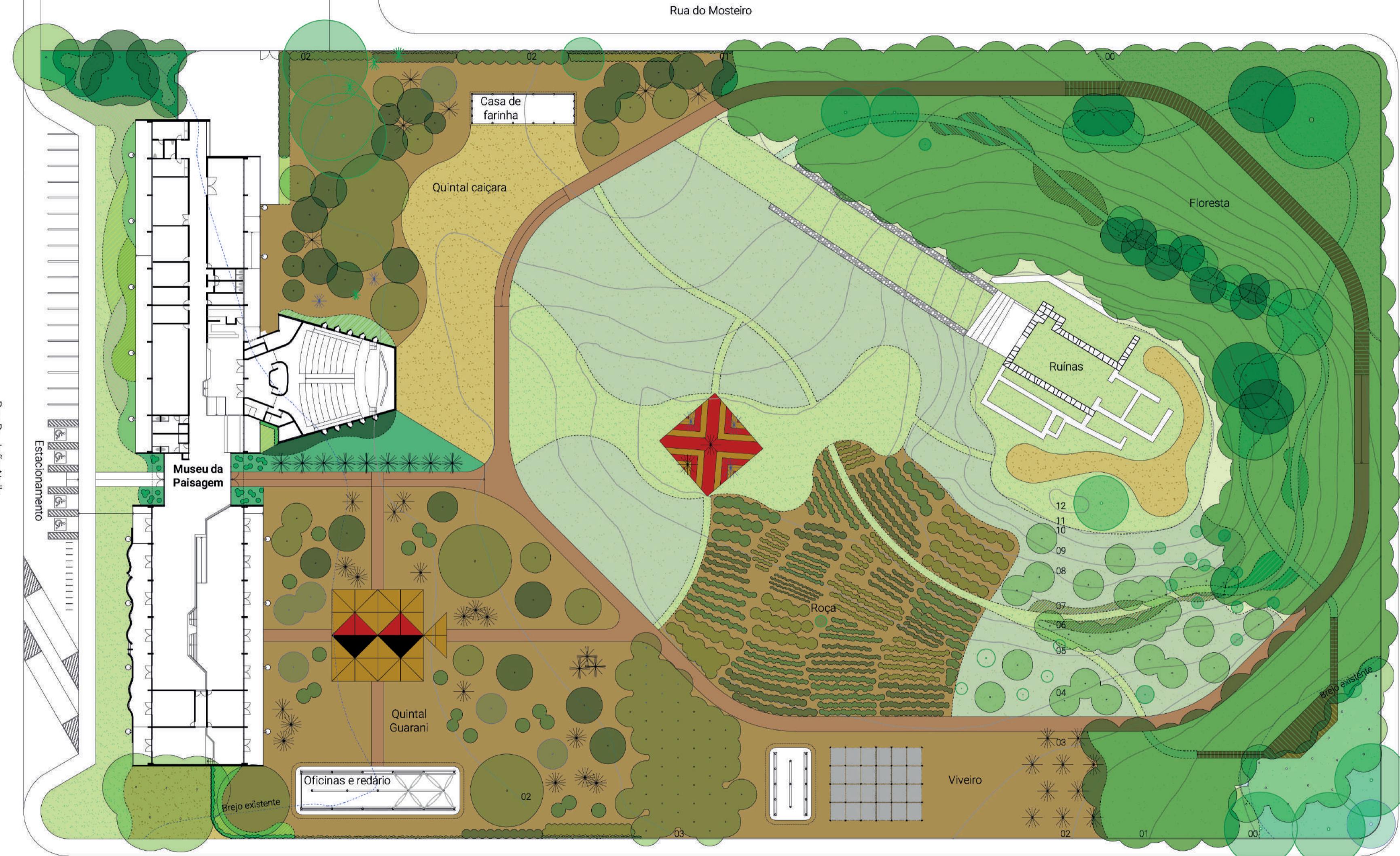
Escala 1:500

Trabalho Final de Graduação

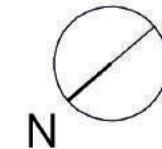
2º Semestre 2019

Mônica Bertoldi André

Anexo 01/03



**IMPLEMENTAÇÃO**  
Escala 1:500



#### JARDIM ETNOBOTÂNICO DO ABAREBEBÊ

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo

#### Plano de Massas

Escala 1:500

Trabalho Final de Graduação

2º Semestre 2019

Mônica Bertoldi André

Anexo 02/03


Espécies vegetais propostas							
Árvores e Palmeiras							
Código	Nome popular	Nome científico	Família	Usos	Origem	Ocorrência	Ocorre na restinga
ALPE	Timbuíba	<i>Albizia pedicellaris</i>	Fabaceae	CC	Nativa	Amazônia, Cerrado e Mata Atlântica	X
ANOC	Caju	<i>Anacardium occidentale</i>	Anacardiaceae	AL, ME	Nativa	Amazônia, Caatinga, Cerrado, Mata Atlântica, Pampa e Pantanal	X
ASPA	Peroba	<i>Aspidosperma parvifolium</i>	Apocynaceae	CC	Nativa	Mata Atlântica	
ASAC	Brejáuva	<i>Astrocaryum aculeatissimum</i>	Arecaceae	AL, OB, CO	Nativa	Mata Atlântica	X
ATDU	Indaiá	<i>Attalea dubia</i>	Arecaceae	AL, OB, CO	Nativa	Mata Atlântica	X
BASE	Tucum	<i>Bactris setosa</i>	Arecaceae	AL, OB, CO	Nativa	Cerrado e Mata Atlântica	X
BIOR	Urucum	<i>Bixa orellana</i>	Bixaceae	AL, PI	Nativa	Amazônia, Cerrado e Mata Atlântica	X
CABR	Guanandi	<i>Calophyllum brasiliense</i>	Calophyllaceae	CC, CO	Nativa	Amazônia, Caatinga, Cerrado e Mata Atlântica	X
CAGU	Guavira	<i>Campomanesia guaviroba</i>	Myrtaceae	AL	Nativa	Cerrado e Mata Atlântica	X
CEFI	Cedro	<i>Cedrela fissilis</i>	Meliaceae	CO, CC	Nativa	Amazônia, Caatinga, Cerrado, Mata Atlântica, Pantanal e Pampa	
CHGO	Aguáí	<i>Chrysophyllum gonocarpum</i>	Sapotaceae	AL	Nativa	Amazônia, Cerrado e Mata Atlântica	
CIAU	Limão	<i>Citrus aurantifolia</i>	Rutaceae	AL, ME	Exótica cultivada	-	
CISI	Laranja	<i>Citrus sinenses</i>	Rutaceae	AL, ME	Exótica cultivada	-	
ERPE	Embíruçu	<i>Eriotheca pentaphylla</i>	Malvaceae	CC	Nativa	Mata Atlântica	X
EUBR	Grumixama	<i>Eugenia brasiliensis</i>	Myrtaceae	AL	Nativa	Mata Atlântica	X
EULA	Cambuci	<i>Eugenia langsdorffii</i>	Myrtaceae	AL	Nativa	Mata Atlântica	X
EUPR	Araçarana	<i>Eugenia prasina</i>	Myrtaceae	AL	Nativa	Cerrado e Mata Atlântica	X
EUSP	Laranjinha do mato	<i>Eugenia speciosa</i>	Myrtaceae	AL	Nativa	Mata Atlântica	X
EUST	Guamirim vermelho	<i>Eugenia stigmatosa</i>	Myrtaceae	AL	Nativa	Mata Atlântica	X
EUUN	Pitanga	<i>Eugenia uniflora</i>	Myrtaceae	AL, ME	Nativa	Cerrado, Mata Atlântica e Pampa	X
EUED	Juçara	<i>Euterpe edulis</i>	Arecaceae	AL, OB, CO	Nativa	Cerrado e Mata Atlântica	X
FIGU	Figueira-branca	<i>Ficus guanatitica</i>	Moraceae	OB, CC	Nativa	Cerrado e Mata Atlântica	X
GAGA	Bacupari	<i>Garcinia Gardneriana</i>	Clusiaceae	AL, ME	Nativa	Amazônia, Caatinga, Cerrado e Mata Atlântica	X
GEAM	Jenipapo	<i>Genipa americana</i>	Rubiaceae	AL, PI	Nativa	Amazônia, Caatinga, Cerrado, Mata Atlântica, Pampa e Pantanal	X
GESP	Guaricanga	<i>Geonoma sp.</i>	Arecaceae	AL, OB, CO	Nativa	Amazônia, Cerrado e Mata Atlântica	X

GUOP	Maria mole	<i>Guapira opposita</i>	Nyctaginaceae	-	Nativa	Amazônia, Caatinga, Cerrado e Mata Atlântica	X
HAAL	Ipê-amarelo	<i>Handroanthus albus</i>	Bignoniaceae	CO	Nativa	Mata Atlântica	X
HAHE	Ipê roxo	<i>Handroanthus heptaphyllus</i>	Bignoniaceae	OB, CO, ME	Nativa	Cerrado e Mata Atlântica	X
HAUM	Ipê amarelo do brejo	<i>Handroanthus umbellatus</i>	Bignoniaceae	-	Nativa	Caatinga, Cerrado e Mata Atlântica	X
INED	Ingá	<i>Inga edulis</i>	Fabaceae	AL, CC	Nativa	Amazônia, Caatinga, Cerrado e Mata Atlântica	X
JAPU	Carobinha	<i>Jacaranda puberula</i>	Bignoniaceae	ME	Nativa	Cerrado e Mata Atlântica	X
MASU	Massaranduba	<i>Manilkara subsericea</i>	Sapotaceae	CO	Nativa	Mata Atlântica	X
MATO	Vapurunga	<i>Marlierea tomentosa</i>	Myrtaceae	AL	Nativa	Mata Atlântica	X
NEGR	Canela	<i>Nectandra grandiflora</i>	Lauraceae	OB, CC	Nativa	Cerrado e Mata Atlântica	X
NEOP	Canela	<i>Nectandra oppositifolia</i>	Lauraceae	OB, CC	Nativa	Caatinga, Cerrado e Mata Atlântica	X
OCAC	Canela	<i>Ocotea aciphylla</i>	Lauraceae	OB, CC	Nativa	Amazônia, Cerrado e Mata Atlântica	X
PLED	Cambucá	<i>Plinia edulis</i>	Myrtaceae	AL	Nativa	Mata Atlântica	X
PLRI	Guaramirim	<i>Plinia rivularis</i>	Myrtaceae	AL	Nativa	Amazônia, Caatinga, Cerrado e Mata Atlântica	X
POCA	Abiu	<i>Pouteria caimito</i>	Sapotaceae	AL	Nativa	Amazônia, Cerrado e Mata Atlântica	X
PSCA	Araçá	<i>Psidium cattleyanum</i>	Myrtaceae	AL, ME	Nativa	Caatinga, Cerrado e Mata Atlântica	X
PSGU	Goiaba	<i>Psidium guajava</i>	Myrtaceae	AL, ME	Naturalizada	-	
SCAN	Caxeta	<i>Schefflera angustissima</i>	Araliaceae	CO, ME	Nativa	Mata Atlântica	X
SCTE	Aroeira	<i>Schinus terebinthifolius</i>	Anacardiaceae	AL, ME	Nativa	Cerrado, Mata Atlântica e Pampa	X
SCPA	Guapuruvu	<i>Schizolobium parahyba</i>	Fabaceae	CC	Nativa	Mata Atlântica	
SYPS	Pati	<i>Syagrus pseudococos</i>	Arecaceae	AL, OB, CO	Nativa	Mata Atlântica	X
SYRO	Jerivá	<i>Syagrus romanzoffiana</i>	Arecaceae	AL, CO, ME	Nativa	Cerrado, Mata Atlântica e Pampa	X
TACA	Caixeta	<i>Tabebuia cassioides</i>	Bignoniaceae	OB, CC	Nativa	Mata Atlântica	X
TAGU	Tapiriri	<i>Tapirira guianensis</i>	Anacardiaceae	CO	Nativa	Amazônia, Caatinga, Cerrado, Mata Atlântica e Pantanal	X
VOBI	Guaricica	<i>Vochysia bifalcata</i>	Vochysiaceae	CC	Nativa	Mata Atlântica	

Arbustos e trepadeiras							
Código	Nome popular	Nome científico	Família	Usos	Origem	Ocorrência	Ocorre na restinga
ANCO	Abacaxi	<i>Ananas comosus</i>	Bromeliaceae	AL	Nativa	Mata Atlântica	
ANFR	Gravatá	<i>Ananas fritzmuelleri</i>	Bromeliaceae	AL, OR	Nativa	Mata Atlântica	X
ARTR	Cipó mil-homens	<i>Aristolochia triangularis</i>	Aristolochiaceae	ME	Nativa	Amazônia, Cerrado e Mata Atlântica	X
BRAN	Caraguatá	<i>Bromelia antiacantha</i>	Bromeliaceae	AL, ME	Nativa	Mata Atlântica, Pampa	X
CAPA	Mamão	<i>Carica papaya</i>	Caricaceae	AL, ME	Naturalizada	Amazônia, Caatinga, Cerrado, Mata Atlântica e Pantanal	
COAR	Café	<i>Coffea arabica</i>	Rubiaceae	AL	Exótica cultivada	-	
COCU	Erva baleeira	<i>Cordia curassavica</i>	Boraginaceae	ME	Nativa	Mata Atlântica	X
COSP	Cana do brejo	<i>Costus spiralis</i>	Costaceae	ME	Nativa	Amazônia, Caatinga, Cerrado, Mata Atlântica e Pantanal	X
CUMA	Abóbora	<i>Cucurbita maxima</i>	Cucurbitaceae	AL	Cultivada	-	
DAEC	Própolis vermelho	<i>Dalbergia ecastaphyllum</i>	Fabaceae	ME, OU	Nativa	Amazônia e Mata Atlântica	X
DARU	Cipó caboclo	<i>Davilla rugosa</i>	Dilleniaceae	OB	Nativa	Amazônia, Mata Atlântica	X
DIVI	Coroãnhia	<i>Dioclea violacea</i>	Fabaceae	OB	Nativa	Caatinga, Mata Atlântica, Pampa e Pantanal	X
DIAL	Cará guaçu	<i>Dioscorea alata</i>	Dioscoreaceae	AL	Cultivada	-	
DICA	Cará de espinho	<i>Dioscorea cayennensis</i>	Dioscoreaceae	AL	Cultivada	-	
DIDO	Cará	<i>Dioscorea dodecaneura</i>	Dioscoreaceae	AL	Nativa	Amazônia, Caatinga, Cerrado e Mata Atlântica	X
DITR	Cará mimoso	<i>Dioscorea trifida</i>	Dioscoreaceae	AL	Nativa	Amazônia, Cerrado	
EPFU	-	<i>Epidendrum fulgens</i>	Orchidaceae	-	Nativa	Mata Atlântica	X
GOHI	Algodão	<i>Gossypium hirsutum</i>	Malvaceae	OB	Naturalizada	Amazônia, Caatinga, Cerrado e Mata Atlântica	
GUMA	Camboatá	<i>Guarea macrophylla</i>	Meliaceae	OB, CO	Nativa	Amazônia, Caatinga, Cerrado e Mata Atlântica	X
HEAN	Helicônia	<i>Heliconia angusta</i>	Heliconiaceae	AL, OR	Nativa	Mata Atlântica	X
HEVE	Helicônia	<i>Heliconia velloziana</i>	Heliconiaceae	AL, OR	Nativa	Mata Atlântica	X
JUCA	Jacobinia	<i>Justicia carnea</i>	Acanthaceae	-	Nativa	Mata Atlântica	X
LASI	Cabaça	<i>Lagenaria siceraria</i>	Cucurbitaceae	OB	Cultivada	-	
MAES	Mandioca	<i>Manihot esculenta</i>	Eufórbiaeae	AL	Nativa	Amazônia, Cerrado e Mata Atlântica	X
METE	Taquara	<i>Merostachys ternata</i>	Poaceae	OB	Nativa	Mata Atlântica	X
MIFA	Pixirica	<i>Miconia fasciculata</i>	Melastomataceae	AL	Nativa	Mata Atlântica	X
MIGL	Guaco	<i>Mikania glomerata</i>	Asteraceae	ME	Nativa	Cerrado e Mata Atlântica	X

MUUR	-	<i>Mucuna urens</i>	Fabaceae	-	Nativa	Amazônia e Mata Atlântica	
MUPA	Bananeira	<i>Musa X paradisiaca</i>	Musaceae	AL	Exótica cultivada	-	
NILA	Tabaco	<i>Nicotiana langsdorffii</i>	Solanaceae	OU	Nativa	Mata Atlântica	
NIIN	Bromélia	<i>Nidularium innocentii</i>	Bromeliaceae	-	Nativa	Mata Atlântica	X
NIPR	Bromélia	<i>Nidularium procerum</i>	Bromeliaceae	-	Nativa	Mata Atlântica	X
PAED	Maracujá	<i>Passiflora edulis</i>	Passifloraceae	AL, ME	Nativa	Amazônia, Caatinga, Cerrado, Mata Atlântica e Pantanal	X
PAJI	Maracujá	<i>Passiflora jilekii</i>	Passifloraceae	AL, ME	Nativa	Mata Atlântica	X
PAMI	Timbó	<i>Paullinia micrantha</i>	Sapindaceae	OU	Nativa	Mata Atlântica	X
PA/SE	Timbó	<i>Paullinia sp./ Serjania sp.</i>	Sapindaceae	OU	Nativa	Cerrado e Mata Atlântica	X
PHAP	Cipó imbé	<i>Philodendron appendiculatum</i>	Araceae	OB, ME	Nativa	Mata Atlântica	X
PHBI	Guaimbé	<i>Philodendron bipinnatifidum</i>	Araceae	AL, OB, ME	Nativa	Cerrado e Mata Atlântica	X
PIUM	Pariparoba	<i>Piper umbellatum</i>	Piperaceae	ME	Nativa	Amazônia, Cerrado e Mata Atlântica	X
PSCR	Sanhaçáiba	<i>Psychotria cartaghenensis</i>	Rubiaceae	-	Nativa	Amazônia, Caatinga, Cerrado, Mata Atlântica, Pampa e Pantanal	X
QUAR	Bromélia	<i>Quesnelia arvensis</i>	Bromeliaceae	-	Nativa	Mata Atlântica	X
SEPE	Fedegoso	<i>Senna pendula</i>	Fabaceae	OR	Nativa	Amazônia, Caatinga, Cerrado, Mata Atlântica e Pantanal	X
TICL	Orelha de gato	<i>Tibouchina clavata</i>	Melastomataceae	ME	Nativa	Mata Atlântica	X
TITR	Quaresminha/Jacatirão do brejo	<i>Tibouchina trichopoda</i>	Melastomataceae	OR	Nativa	Mata Atlântica	X
ZEMA	Milho	<i>Zea mays</i>	Poaceae	AL	Cultivada	-	

Herbáceas e forrações							
Código	Nome popular	Nome científico	Família	Usos	Origem	Ocorrência	Ocorre na restinga
ARHY	Amendoim	<i>Arachis hypogaea</i>	Fabaceae	AL	Naturalizada	Amazônia, Caatinga, Cerrado, Mata Atlântica, Pampa, Pantanal	
IPBA	Batata doce	<i>Ipomea batatas</i>	Convolvulaceae	AL	Naturalizada	Amazônia, Caatinga, Cerrado, Mata Atlântica, Pampa, Pantanal	X
IPCA	Ipoméia	<i>Ipomoea cairica</i>	Convolvulaceae	-	Nativa	Amazônia, Cerrado e Mata Atlântica	X
NECA	Íris da praia	<i>Neomarica candida</i>	Iridaceae	OR	Nativa	Mata Atlântica	X
PHVU	Feijão	<i>Phaseolus vulgaris</i>	Fabaceae	AL	Cultivada	-	
SCCA	Piri	<i>Schoenoplectus californicus</i>	Cyperaceae	OB	Nativa	Mata Atlântica e Pampa	X
SPTR	Margaridão	<i>Sphagneticola trilobata</i>	Asteraceae	-	Nativa	Amazônia, Caatinga, Cerrado, Mata Atlântica, Pampa e Pantanal	X
TYDO	Taboa	<i>Typha dominguensis</i>	Typhaceae	OB	Nativa	Amazônia, Caatinga, Cerrado, Mata Atlântica, Pampa e Pantanal	X



# IMPLANTAÇÃO

Escala 1:200

Rua Campanário

**NICO DO ABAREBEBÊ**

Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo

Escala 1:200

2º Semestre 2019

Anexo 03/03